

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Margoth Nandes da Cruz

O encontro da Psicologia Histórico-Cultural com Frantz Fanon: conexões a partir da categoria de sociogenia

Mestrado em Psicologia Clínica

São Paulo

2024



Margoth Nandes da Cruz

O encontro da Psicologia Histórico-Cultural com Frantz Fanon: conexões a partir da categoria de sociogenia

Mestrado em Psicologia Clínica

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção de título de MESTRE em Psicologia Clínica, sob a orientação da Prof^a Dr^a Edna Maria Severino Peters Kahhale.

São Paulo

2024

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadores ou eletrônicos.

Assinatura _____

Data _____

e-mail margothcz@gmail.com

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

C957 Cruz, Margoth Nandes da
O encontro da Psicologia Histórico-Cultural com Frantz
Fanon: conexões a partir da categoria de sociogenia. /
Margoth Nandes da Cruz. -- São Paulo: [s.n.], 2024.
158p. il. ; cm.

Orientador: Edna Maria Severino Peters Kahhale.
Dissertação (Mestrado)-- Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia:
Psicologia Clínica.

1. Frantz Fanon. 2. Sociogenia. 3. Psicologia Histórico
Cultural. 4. Clínica psicológica contemporânea. I. Kahhale,
Edna Maria Severino Peters. II. Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em
Psicologia: Psicologia Clínica. III. Título.

CDD

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Margoth Nandes da Cruz

Título: O encontro da Psicologia Histórico-Cultural com Frantz Fanon: conexões a partir da categoria de sociogenia

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de título de Mestre em Psicologia Clínica.

Aprovada em: 07/03/2024

Banca examinadora:

Profª Drª Edna Maria Severino Peters Kahhale – PUCSP (Orientadora)

Profº Drº Deivison Mendes Faustino – UNIFESP

Profº Drº Márcio Farias – PUCSP

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) nº 130106/2022-4.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres da minha família. Vocês são a minha base, os meus passos são possíveis porque ao meu lado existem vocês. Em especial minha mãe, Maria Cristina, obrigada por ter me ensinado desde pequena que podemos ser mais do que dizem que nós somos.

À minha orientadora Edna, por ter me recebido de forma querida e ter aceitado estar junto comigo na construção dessa pesquisa; sua postura zelosa foi muito importante neste percurso.

A todos do grupo de pesquisa, o Lessex, que me proporcionaram tantas trocas sobre as implicações teórico-práticas da clínica. A parceria com a Beatriz Maria, colega de atendimento na clínica-escola. Gratidão em especial as amizades feitas na pós: Julia Costa, Juliano Baltazar e Jamille Khouri, nossa parceria é um dos grandes frutos deste período na PUC-SP.

Agradeço ao Deivison Faustino que aceitou participar da banca e na qualificação me deu valiosas sugestões. À Beatriz Brambilla, que me acompanhou em diferentes etapas do mestrado, como membra da banca e como supervisora da clínica-escola e do meu estágio docência.

Ao meu companheiro, Vitor Mateus, pela relação de cuidado que construímos durante a pesquisa e no todo da vida. As trocas cotidianas como colegas de estudos fanonianos, as leituras atentas e os momentos de descanso no meio dessa labuta foram essenciais para eu cumprir este compromisso.

Aos meus amigos, mesmo os que não estiveram tão próximos na produção desta pesquisa. Em particular, Dafne Boni, Larissa Luz e Rodrigo Lopes pela disponibilidade para ler meus textos com rigor e carinho. À Mellyssa que me ajudou com o Abstract.

À minha psicóloga, Patrícia Monteiro, que me acompanhou nos períodos mais tortuosos da minha relação com a academia e esteve comigo na construção dos motivos geradores de sentido que culminaram no meu retorno a pós-graduação.

Agradeço imensamente as pessoas que tive e tenho contato por meio do meu trabalho como psicóloga, desde as experiências da graduação ao período pós-formada. Dentro das contradições este exercício profissional me realiza. Sou grata as pessoas que troquei nos atendimentos clínicos, nas supervisões, nos encontros de estudos, entre outros espaços formativos.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

Felizmente não me faltou amparo para atravessar as oscilações inerentes ao processo de escrita acadêmica, resultando mais ganhos do que danos.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui e que me motivam a aprimorar o meu trabalho.

Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres
(Rosa Luxemburgo)

*“Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
É tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar”*
(Gonzaguinha)

É preciso que o passado, o presente e o futuro
constituam os três interesses predominantes da
pessoa e é impossível ver ou realizar qualquer coisa
de positivo, de valioso ou de duradouro sem levar
em conta esses três elementos.

(Frantz Fanon)

CRUZ, M. N. **O encontro da Psicologia Histórico-Cultural com Frantz Fanon: conexões a partir da categoria de sociogenia**. 158f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2024.

RESUMO

A presente pesquisa trata-se de um estudo teórico-propositivo, de caráter exploratório que abordará questões teórico-metodológicas nas obras de Frantz O. Fanon, a partir da sua categoria de sociogenia, articulando as suas possíveis contribuições à Psicologia Histórico-Cultural. Intelectual, revolucionário e profissional da saúde, que estudou a relação entre sociedade, organização social – o colonialismo – e o manejo em saúde, vem sendo amplamente estudado no Brasil em diferentes áreas. O objetivo geral desta pesquisa é compreender como que a categoria de sociogenia de Frantz Fanon contribui para a psicologia histórico-cultural. Isto se ramifica para os seguintes objetivos específicos: 1. Definir a categoria de sociogenia de Frantz Fanon; 2. Contextualizar a realidade vivenciada pelo autor e que compõe sua teoria; 3. Apresentar os subsídios teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural e a compreensão do ser social; 4. Avaliar as possíveis contribuições da categoria sociogenia para a teoria e prática balizadas na Psicologia Histórico-Cultural; 5. Identificar as contribuições da teoria de Fanon para a abordagem em tela. Compreende-se que, dentre os desafios contemporâneos apontados na Agenda 2030 a pesquisa debruça-se principalmente a ODS10, redução das desigualdades. A metodologia foi o delineamento de pesquisa bibliográfica, a partir de acesso a obras de Fanon, com ênfase no período de atuação em psiquiatria na Argélia. Realizadas leituras do tipo seletiva, analítica e interpretativa, com tomada de apontamentos foram elaboradas as relações de semelhanças e diferenças entre a teoria fanoniana e a psicologia histórico-cultural. Dentre os achados da pesquisa foi identificado como a principal contribuição a consideração sobre a exterioridade do corpo enquanto um dos aspectos sociais constitutivos do desenvolvimento do sujeito.

Este estudo foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) nº 130106/2022-4.

Palavras-chave: Frantz Fanon; sociogenia; relações raciais; psicologia histórico-cultural; clínica psicológica contemporânea.

CRUZ, M. N. **The encounter between Cultural-Historical Psychology and Frantz Fanon: connections based on the category of sociogeny.** 158f. Dissertation (Master in Psychology Clinic) – Graduate Program in Psychology Clinic. Pontifical Catholic University of São Paulo. São Paulo. 2024.

ABSTRACT

The present research is a theoretical-propositive study, of an exploratory nature, which will address theoretical-methodological issues in the works of Frantz O. Fanon, based on his category of sociogeny, articulating its possible contributions to Cultural-Historical Psychology. He was an intellectual, revolutionary and health professional, who studied the relationship between society, social organization - colonialism - and health management, which contributions has been widely studied in Brazil in different areas. The general objective of this research is to understand how the category of sociogeny from Frantz Fanon works contributes to cultural-historical psychology. This is divided into the following specific objectives: 1. Define the category of sociogeny of Frantz Fanon; 2. Contextualize the reality experienced by the author and that composes his theory; 3. Present the theoretical and methodological foundations of Cultural-Historical Psychology and the understanding of the social being; 4. Evaluate the possible contributions of the sociogeny category for the theory and practice based on Cultural-Historical Psychology; 5. Identify the contributions of Fanon's theory to the approach at hand. It is understood that, among the contemporary challenges pointed out in the 2030 Agenda, this research focuses mainly on ODS10, reducing inequalities. The methodology was composed of bibliographic research, based on access to Fanon's works, with emphasis on his period of activity in psychiatry on Algeria. Selective, analytical, and interpretive readings were carried out, along with discussing the relations of similarities and differences between the Fanonian theory and cultural-historical psychology were elaborated. Among the findings of the research, the main contribution was identified as the discussion of the exteriority of the body as one of the social aspects that constitute the development of the subject.

This study was carried out with the support of the National Council for Scientific and Technological Development - Brazil (CNPq) No. 130106/2022-4.

Keywords: Frantz Fanon; sociogeny; racial relations; cultural-historical psychology; contemporary psychological clinic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da trajetória de Fanon	41
Figura 2 – Fanon e sua equipe médica no HPB.....	48
Figura 3 – Fotografia tirada na Argélia.....	57
Figura 4 – A relação entre o Singular e o Universal mediada pelo Particular.....	83
Figura 5 – A formação social da personalidade.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
FNL	Frente de Libertação Nacional da Argélia
FPS	Funções psicológicas superiores
HPB	Hospital Psiquiátrico Blida-Joinville
PHC	Psicologia Histórico-Cultural
PNMB	Pele Negra, Máscaras Brancas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
RP	Reforma Psiquiátrica
II GM	Segunda Guerra Mundial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. FRANTZ FANON E O COLONIALISMO	24
1.1. A CATEGORIA DE SOCIOGENIA	24
1.2. BIOGRAFIA DE FRANTZ OMAR FANON	35
1.3. A PRÁXIS DE FANON NA ARGÉLIA.....	42
1.4. CATEGORIA SOCIOGENIA E O ESTABELECIMENTO DA “SOCIO”	61
2. A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E O SER SOCIAL	73
2.1. A PSICOLOGIA BASEADA NO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E A UNIDADE DIALÉTICA SINGULAR-PARTICULAR-UNIVERSAL.....	73
2.2. A CONCEPÇÃO DE SUJEITO E O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO HUMANO	83
2.3. A FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE PARA A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	103
3. RELAÇÕES ENTRE A TEORIA DE FRANTZ FANON E A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	115
3.1. APROXIMAÇÕES ENTRE A CATEGORIA DE SOCIOGENIA DE FANON E A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL	116
3.2. ASPECTOS PARA A LEITURA DA UNIDADE PSICOFÍSICA NUMA PERSPECTIVA FANONIANA	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visou compreender como a categoria de sociogenia de Frantz Omar Fanon (1925-1961) tem a contribuir para a Psicologia Histórico-Cultural. Trata-se de um estudo teórico-propositivo, de caráter exploratório, com delineamento de pesquisa bibliográfica, a análise e interpretação se fundamenta no materialismo histórico-dialético. O intuito é colaborar com a construção teórico-prática da abordagem, sua concepção de sujeito e do desenvolvimento de personalidade abrangendo as particularidades brasileiras.

Partimos da seguinte *questão*: Como pode contribuir a categoria de sociogenia de Frantz Fanon para a Psicologia Histórico-Cultural?

Para tanto, o *objetivo geral* deste trabalho é entender como a categoria de sociogenia de Frantz Fanon tem a contribuir para a Psicologia Histórico-Cultural.

Isto se ramifica para os seguintes *objetivos específicos*:

1. Definir a categoria de sociogenia de Frantz Fanon;
2. Contextualizar a realidade vivida pelo autor e que compõe sua teoria;
3. Apresentar os subsídios teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural e a compreensão do ser social;
4. Avaliar as possíveis contribuições da categoria sociogenia para a teoria e prática balizadas na Psicologia Histórico-Cultural.
5. Identificar as contribuições da teoria de Fanon para a abordagem em tela;

Nossa hipótese de pesquisa era de que seria identificada rica contribuição da teoria de Fanon, a partir da categoria sociogenia, para a perspectiva da histórico-cultural. Tanto para o ofício de apreensão da realidade concreta e complexa, e em especial para uma análise das relações raciais alinhada à realidade concreta do país, que tem na sua história uma marca comum de países que foram colonizados: as relações raciais configuradas pelo racismo e violência da dominação racial. Trata-se, portanto, de um reconhecimento necessário para elaboração teórica em que os sujeitos sejam racializados e o olhar sobre a existência social corresponda às relações sociais brasileiras.

Localizada num lugar profissional, político e pessoal, alimento o interesse em pesquisar sobre a realidade da psicologia, principalmente no que tange a análise das

relações raciais, sobretudo na abordagem da qual subsídio minhas intervenções, a psicologia histórico-cultural. No meu percurso de estudos fui me aproximando de diferentes pesquisadores que se debruçam sobre a temática das relações raciais e para a realização desta pesquisa avançada foi escolhido o teórico martinicano Frantz Fanon, profissional da saúde, intelectual e revolucionário que estudou a relação entre sociedade, organização social – o colonialismo¹ – e o manejo em saúde. O autor vem sendo amplamente estudado no Brasil em diferentes áreas do conhecimento, principalmente nas ciências humanas.

Entendemos que nossa pesquisa vai dialogar prioritariamente com a psicologia histórico-cultural, porém ela está em relação direta com a psicologia sócio-histórica. As duas denominações dizem respeito de uma formulação similar, visto que se tem por comum a fundamentação no materialismo histórico-dialético e aos estudos recebidos no Brasil da produção psicológica no contexto russo pós-revolucionário, que dentre as escolas psicológicas soviéticas se destaca a de Lev Semiónovich Vigotski² e seus colaboradores.

De forma sucinta podemos afirmar que a psicologia histórico-cultural está inserida no bojo da teoria histórico-cultural, cujo principais temas de pesquisa versam sobre a natureza social do psiquismo, a periodização do desenvolvimento e a formação da personalidade, fundamentada em autores soviéticos. Enquanto a psicologia sócio-histórica nasce na Escola de São Paulo da PUC-SP por Silvia Lane com objetivo de construir a psicologia social crítica, inicialmente fundamentada nos autores soviéticos, mas organizando uma agenda própria, ampliando debates e inaugurando outras categoriais, com principais temas de estudos voltados para o campo da psicologia social³.

Temos o entendimento de que a psicologia histórico-cultural e a psicologia sócio-histórica, carregam mais ou menos declaradas a tradição marxista, e por isso, tem o compromisso de construir uma psicologia crítica e atenta às demandas da

¹ O colonialismo é um fenômeno histórico de grande complexidade, abordaremos de forma limitada principalmente a expansão europeia do período de 1880 a 1935 no continente africano, quando as potências europeias em vantagens materiais partilharam a África em quarenta unidades políticas, intensificando as mudanças que já vinham ocorrendo da relação entre os dois continentes nos últimos três séculos (Silvério, 2013).

² Nós adotamos a grafia Vigotski, respeitando-se as diferentes grafias nos casos de citação, uma vez que o nome deste autor pode variar em decorrência das diferentes traduções.

³ Em caso de referências será respeitado a escolha do termo utilizado pela autoria, podendo ser estes entre outros, como sócio-histórico-cultural. Em momentos que nos direcionamos as duas denominações será incluída os dois termos em barra oblíqua. No segundo capítulo abordaremos mais este ponto.

realidade concreta. Contudo, segundo o pesquisador e psicólogo social Márcio Farias (2023) no que concerne as relações raciais, os debates são incipientes, não ocorrendo uma sistematização qualificada sobre.

Assim, considerando-se a aparente ausência de um desenvolvimento teórico-metodológico sistemático das relações raciais e a racialização no campo da psicologia sócio-histórica/histórico-cultural e a relevância de tal tema, acredito que esta dissertação possa contribuir para a práxis do profissional, que se fundamenta nestas abordagens, considerando as contribuições de Fanon.

Esta perspectiva está em consonância com dois movimentos no Brasil: a construção de uma clínica na histórico-cultural/sócio-histórica e o aumento de estudos sobre Frantz Fanon. Estes dois dizem respeito ao nosso tempo.

O primeiro é percebido na dinâmica social, na lógica de oferta e demanda de serviços, sendo que nos últimos anos vem ocorrendo algumas iniciativas de instituições de pesquisa traçando elaborações teórico-práticas na área clínica, entre elas um grupo dentro do programa de pós-graduação em psicologia clínica na PUCSP, espaço que integro como mestranda. Apontamos aqui que, além da propositiva de aprofundar sistematização teórico-prática sobre o sujeito singular e as especificidades desse manejo profissional, urge a necessidade de ser mais estudado o próprio movimento de expansão da área para compreendermos o que é indicado sobre as condições objetivas e suas contradições na demanda por atenção em saúde.

O segundo movimento diz respeito a um crescimento de acesso a intelectuais negros, e este intelectual – Fanon – em específico que se destaca pela sua investigação rigorosa e apurada da relação entre contexto socioeconômico e a constituição das subjetividades, motivando investigações de suas contribuições para as questões contemporâneas (Faustino, 2020). Diante disso, esta pesquisa coaduna com o movimento de tecer debates contemporâneos sobre o autor, tentando não o fragmentá-lo, mas fomentar diálogos críticos e propositivos com a abordagem em tela.

É praticamente um consenso dos movimentos negros que o racismo brasileiro tem como base a inferioridade e desumanização do outro – não branco. Fundado no período colonial e se reconfigurando visando a manutenção da precariedade da vida dessa população plural, ao mesmo tempo pasteurizada. Os dados de desigualdade racial confirmam a diferença entre população branca e negra⁴, havendo mais

⁴ Um informativo feito em 2019 expondo os dados sobre desigualdade racial pode ser acessado aqui: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

ampliação de estudos que contemplam outras categorias étnico-raciais, como os povos originários, população quilombola, ribeirinha, entre outras.

De acordo com a pesquisadora Rosana Heringer (2002), as desigualdades raciais são um grande desafio ao campo das políticas públicas no Brasil. Nas últimas décadas, foram imprescindíveis os diagnósticos sobre a discriminação racial no contexto brasileiro para que assim pudesse ocorrer a formulação de estratégias e possibilidades de enfrentamento do racismo por esta via estatal, como por exemplo o sistema de ações afirmativas.

Segundo o levantamento de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a maioria da população se autodeclara negra, 55,5%, sendo 45,3% declarados pardos e 10,2% pretos⁵. Dentre as classificações raciais no Brasil o censo do IBGE trabalha com as seguintes categorias raciais: branco, preto, pardo, indígena e amarelo, sendo a categoria negra a aglutinação entre pretos e pardos, na qual a cor de pele e traços fenotípicos são os principais fatores para compreender a raça negra, no sentido sociológico (IBGE, 2022).

Na psicologia, os estudos vêm aumentando, nas diferentes abordagens e áreas de atuação, consequência também da política de ações afirmativas no ensino superior, uma das conquistas das lutas sociais, sobretudo do movimento negro. O Conselho Federal de Psicologia há duas décadas⁶ reconhece a psicologia como uma área que deve se comprometer com a promoção da igualdade racial e da valorização da diversidade étnico-racial, estabelecendo diretrizes éticas para a atuação das/os profissionais da psicologia em relação aos aspectos étnico-raciais na sua prática profissional, posicionando-se declaradamente alinhada à luta antirracista. Diante disso, entendemos que é imprescindível para o profissional da psicologia histórico-cultural/sócio-histórica a apropriação dos acúmulos sobre as relações raciais.

No artigo “*Raça e subjetividade: do campo social ao clínico*” das psicólogas Lia Schucman e Mônica Gonçalves (2020), que se debruça sobre as relações raciais e se fundamenta na psicologia sócio-histórica/histórico-cultural, é discorrido como raça e racismo estão embrenhadas no campo social e se inscrevem singularmente nos sujeitos, sendo levantadas formas de abordar a questão das relações raciais na

⁵ Este e mais dados podem ser acessados no link:

<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>

⁶ Foi construída uma linha do tempo das ações realizadas pelo Sistema Conselhos:

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Linha-do-tempo-para-site_cdh_cfp_2022.pdf

prática profissional do psicólogo, com ênfase no contexto clínico. Referenciando estudos de pesquisadoras negras sobre o tema, as autoras afirmam que de modo geral os psicólogos se sentem sem recursos ou insuficientes para abordar os sofrimentos de ordem racial na clínica, sendo hegemônico a reprodução de discursos do sujeito universal branco, no qual não são consideradas as particularidades e mediações raciais, logo, corroborando com a lógica da violência racial e não garantindo um espaço seguro para quem procura atendimento (Schucman; Gonçalves, 2020).

Por se tratar de especificidades histórico-culturais, as autoras ressaltam o caráter dialético e não essencialista, afirmando que as categorizações se inscrevem de diferentes formas e por meio de diferentes parâmetros no tempo-espaço. Com isso elas enfatizam a importância da/o psicóloga/o tenha uma compreensão sociológica da raça e da complexidade das classificações raciais à nível global, nacional e local, para, assim, conseguir dimensionar as relações sociais cotidianas que o sujeito experiencia ao longo da vida. Para as autoras, reconhecer este fato e conhecer sobre as classificações raciais se tornam necessárias para manejo sobre o processo de formação da identidade racial (Schucman; Gonçalves, 2020).

No material “A clínica na psicologia sócio-histórica: uma abordagem dialética”, Edna Kahhale e Jeferson Montreozol (2019) apresentam a psicologia clínica sócio-histórica comprometida com as questões da contemporaneidade, que assume a dialética sujeito e sociedade, possibilitando o desenvolvimento das potências criativas e críticas do sujeito no limite das condições objetivas, ou seja, da realidade material. Os autores afirmam que a área clínica historicamente remete à ciência psicológica moderna e sua relação com os saberes biomédicos devido à sua base tradicionalista. Para os autores as teorias clássicas em sua maioria são baseadas no viés idealista e na manutenção de dicotomias entre sujeito e sociedade, objetividade e subjetividade, expressando-se num cenário terapêutico que propicia uma lógica privada e higienista, não priorizando as condições históricas e sociais (Montreozol; Kahhale, 2019).

Entendemos, portanto, que o profissional da psicologia ao centralizar os processos históricos da vida do ser humano, numa perspectiva materialista histórica e dialética, depara-se com a realidade das relações de exploração e dominação próprias do sistema capitalista. No contexto brasileiro, as relações sociais são marcadas pelas diversas violências, perpetradas desde o início do período colonial, aos indígenas, às mulheres, às pessoas com deficiência, às crianças, entre outras.

Neste projeto, dentre as várias violências estruturais presentes no Brasil, foi dado ênfase à violência racial e ao racismo antinegro.

Nesta direção que objetivamos na presente pesquisa traçar possíveis contribuições de Frantz Fanon para a elaboração teórica e interventiva da psicologia histórico-cultural. Nascido na colônia francesa da Martinica, em 1925, Fanon cursou psiquiatria forense na França e pós-formado atuou na Argélia, onde participou ativamente na Guerra de Independência deste território. Fanon foi expulso do país quando pede demissão após cerca de três anos de trabalho, direcionando-se para Tunísia onde residiu até evolução da sua leucemia, morrendo em 1961.

No livro de Deivison Faustino (2020) “*A disputa em torno de Frantz Fanon: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos*” produto de sua tese de doutorado, é realizado um mapeamento das produções brasileiras e fora do país, sobre Fanon, expondo os diferentes posicionamentos e interesses teóricos particulares no interior do legado político e teórico extenso do intelectual anticolonial. Suas obras foram recepcionadas no Brasil no início dos anos 70, recebendo diferentes destaque ao longo das décadas e atualmente vem aumentando os estudos no campo das ciências humanas e da saúde por sua teoria ímpar sobre as relações raciais e o colonialismo.

Também Faustino, no artigo “*Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo*” (2018b) identifica na categoria de sociogenia a base estruturante da teoria fanoniana. O pesquisador discorre diferentes momentos da produção do martinicano no qual é evidente a sociogenia como fio condutor de seu pensamento e práxis. A proposta com o artigo foi de realizar um contraste crítico à polarização dos estudos fanonianos que ora dão ênfase nos aspectos macropolíticos e/ou econômicos ora em aspectos subjetivos/psíquicos e/ou culturais das reflexões de Fanon.

A pesquisadora e assistente social Rachel Passos no artigo “*Frantz Fanon, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil: o que escapou nesse processo?*” (2019) vai discorrer sobre as contribuições do teórico no campo da saúde mental, apontar as influências da teoria fanoniana para a luta antimanicomial e denunciar o apagamento das relações raciais na constituição do campo da atenção psicossocial brasileiro. Ela aponta que “Fanon é conhecido no Brasil pelo debate sobre colonialismo e a Luta Antirracista, porém pouco se fala de suas muitas e relevantes contribuições para a saúde mental” (Passos, 2019, p. 76).

Nesta direção, nossa pesquisa coaduna com a defesa da relação entre clínica e política de Fanon, e para tanto, realizamos o seguinte recorte temporal do intelectual a ser analisada: o Fanon pós-formado e sua atuação profissional, sua prática clínica atuando como diretor-chefe do Hospital Psiquiátrico na Argélia e suas elaborações teórico-práticas, no qual foi aprofundado a análise do colonialismo e do racismo na formação social e a relação disto com a saúde psíquica.

Em vista disso, nosso intuito é reconhecer as múltiplas influências na construção teórica de Fanon, e traçar um possível diálogo contemporâneo com a teoria e prática emergente na psicologia sócio-histórica/histórico-cultural.

A metodologia utilizada neste trabalho por se tratar de um estudo teórico-propositivo, de caráter exploratório, foi o delineamento da pesquisa bibliográfica. Portanto, foi acessado as obras de Fanon⁷ e leituras complementares e a partir disso foram realizadas leituras do tipo seletiva, analítica e interpretativa, com tomada de apontamentos a fim de identificar as informações contidas nos materiais relacionando com o objetivo desta pesquisa, traçando análises e conferindo sínteses mais amplas, que poderiam contribuir com a psicologia histórico-cultural.

Assim, para o nosso fazer metodológico os procedimentos utilizados foram as produções de fichas e a constante organização lógica do assunto, para assim ocorrer a redação do texto propriamente dito. Para a análise e interpretação nos fundamentamos no materialismo histórico-dialético, alinhado à tradição marxista. De acordo com Edna Kahhale (2019), a dialética como proposta metodológica na pesquisa vai ao encontro da captação do real devido a práxis⁸ se tratar de uma ação intencional, mediata e refletida.

Iniciamos este empreendimento apoiada pela psicóloga e pesquisadora Carolina Laurenti (2012), que defende a pertinência dos estudos teóricos no campo da psicologia devido a importância da ciência se ater ao compromisso com o debate epistemológico e teórico-metodológico. Com isso, ela traz orientação para um tipo de pesquisa teórica, como ela denomina, pesquisa conceitual, em síntese:

⁷ Foram acessados apenas as obras do Fanon nas suas versões traduzidas em português/br, ou seja, não são os textos originais do autor, de língua francesa.

⁸ Segundo a autora e Montreozol (2019, p. 196): “A práxis marxista pode ser definida como ‘atividade material do homem que transforma o mundo material e social para fazer dele um mundo humano’ (Vásquez, 1977, p. 3). Ou ainda, é a ‘atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformam-se a si mesmos. É a ação que [...] precisa da reflexão, da teoria; e é a teoria que remete à ação’ (Konder, 1992, p. 115)”.

A pesquisa conceitual é necessária ao progresso científico da Psicologia, e não um obstáculo a ele. A pesquisa conceitual consiste em um processo sistemático de investigação que visa produzir, ao final, conhecimento científico mediante o exame dos conceitos das teorias psicológicas. Esse estudo se dá, ao menos, em três níveis de análise. O primeiro situa o(s) conceito(s) na rede conceitual mais ampla da teoria psicológica em discussão; o segundo nível sonda os compromissos filosóficos (ontológicos, epistemológicos, éticos, estéticos) do(s) conceito(s) analisado(s); e o terceiro nível de análise examina o contexto histórico, social, biográfico, econômico e político da trama conceitual investigada (Laurenti, 2012, p. 180).

A partir disto foi realizado o primeiro passo da pesquisa, resultando em nosso primeiro capítulo. Realizamos os três níveis de análise proposto pela Laurenti (2012), contudo não na ordem exposta pela autora. Entendemos que para apresentação da pesquisa este formato pode não ser o mais vantajoso para a organização do raciocínio, para a escrita e para o leitor. Outro ponto pertinente situar é que foi feita a escolha de utilizar “categoria” em vez de “conceito” utilizado pela pesquisadora, optamos por fazer essa substituição para maior alinhamento com a tradição marxista. Nosso intuito foi o de realizar um aprofundamento da categoria do autor a partir do recorte delimitado, oferecendo condições de discernir relações de influência e estabelecer um diálogo crítico.

No segundo capítulo nos dedicamos em apresentar a psicologia histórico-cultural, abordando de forma breve a recepção dos autores da psicologia soviética dos quais nos referimos no Brasil e o cenário atual. Este conteúdo é aglutinado em três seções, a primeira na qual discorreremos sobre a unidade dialética singular-particular-universal; em seguida explicitando algumas categorias fundamentais que são pressupostos para a formulação do desenvolvimento do psiquismo humano; e por fim, abordamos sobre a formação social da personalidade.

O terceiro e último capítulo foi dedicado a traçar aproximações e distanciamentos da teoria de Fanon com a abordagem da psicologia histórico-cultural, a partir de um exame crítico. Somado a isso expusemos nossos achados com destaque no que identificamos durante a pesquisa como a principal contribuição: a leitura da unidade psicofísica e a importância de se considerar a exterioridade do corpo enquanto um dos aspectos sociais constitutivos do desenvolvimento do sujeito.

É válido comentar de forma breve o meu caminho até chegar a este compromisso de pesquisa avançada. Ainda na minha graduação em Psicologia realizada na Universidade Federal do Paraná, fui me aproximando da psicologia histórico-cultural por acreditar que esta é uma teoria que vai ao encontro da minha visão de mundo e que visa a potencialidade de transformação do sujeito e da

realidade. Também nos primeiros contatos veio junto um estranhamento na concepção de sujeito, de tradição marxista, o qual ao se afirmar o princípio da determinação da consciência pela existência social, a questão da raça e as relações raciais brasileiras estavam ausentes.

Em minha pesquisa monográfica para fins de conclusão da graduação, estudei o papel dos estudos psicológicos na manutenção do racismo no início do século XX no Brasil, o que me levou ao campo da historiografia da Psicologia, das teorias do pensamento social brasileiro e ao debate sobre a construção do conhecimento⁹. O objetivo era compreender a origem da relação entre Psicologia e relações raciais no Brasil com uma análise fundamentada no materialismo histórico-dialético. Ao longo desta pesquisa fui me defrontando com o refinamento da persuasão da ciência psicológica e suas teorias dominantes, que dão aporte para uma compreensão a-histórica do sujeito, atravessada no nosso país pelo paradigma racial, assim foi reafirmado para mim a importância de olhar a questão racial de forma atenta e permanente para não reproduzir perspectivas que corroboram com a relação de subalternidade estrutural.

Em 2018, então formada, iniciei a prática clínica pela perspectiva histórico-cultural. No ano seguinte, fui aluna da terceira turma do Curso Teórico Vivencial “Psicologia e Relações Raciais” do Instituto AMMA Psique e Negritude, espaço que contribuiu para a sistematização das apropriações dos meus estudos na temática das relações raciais e possibilitou o contato com pesquisadores que se debruçam no tema das relações raciais, dentro e fora da psicologia.

A minha prática como psicóloga clínica converge com o movimento recente de construção do que pode ser denominada uma área clínica na abordagem da psicologia histórico-cultural, como já mencionado. Sendo assim, a intenção desta pesquisa é de cooperar nos trabalhos realizados para a construção da teoria e prática clínica nesta perspectiva. Principalmente no que tange ao tema das relações raciais e demais formas de dominação, que intensificam os processos de exploração, partindo da afirmação de que somos um país notoriamente marcado pelo racismo e demais violências estruturais.

Visamos somar com a produção de uma nova gramática que se nomeie o fenômeno, descrevendo-o e visando sua transformação (Schucman e Gonçalves,

⁹ Intitulado: “*O papel dos estudos psicológicos na manutenção do racismo no início do século XX*”, concluída em 2017.

2020) e indo ao encontro das contradições do racismo à brasileira, para assim tencioná-las visando sua superação. Abrindo possibilidade para que no futuro a pesquisa propicie caminhos passíveis de aplicação prática, não apenas na saúde, mas nas diferentes áreas de atuação em psicologia.

Entendemos que dentre os desafios contemporâneos a presente pesquisa relaciona-se com o debate sobre a desigualdade social e saúde mental, sendo que no Brasil há uma relação direta com as desigualdades raciais e a luta de combate ao racismo. Esta postura vai ao encontro da Agenda 2030¹⁰ e a ODS 10 que visa a Redução das Desigualdades e a ODS 4 que almeja uma educação de qualidade, considerando também a possibilidade de proveito da pesquisa de proporcionar material a ser utilizado nos currículos de formação nas instituições de ensino superior em Psicologia.

Reafirmando Fanon (2020c, p. 26) “só haverá desalienação genuína na medida em que as coisas, no sentido mais materialista possível, tiverem voltado ao seu lugar”. Portanto, a presente pesquisa teórica-propositiva, de caráter exploratória, procurou compreender quais as contribuições de Frantz Fanon para a psicologia histórico-cultural, a partir da categoria de sociogenia.

¹⁰ Em 2000 foi lançada pela Organização das Nações Unidas a iniciativa de sustentabilidade nomeada Pacto Global, considerado um projeto voluntário que fornece diretrizes para promoção de crescimento sustentável da economia, a reformulação para este decênio, intitulado “Agenda 2030”, estipula 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com 169 metas, de nível mundial a local.

1. Frantz Fanon e o colonialismo

Neste capítulo vamos dar ênfase ao pensamento de Frantz Omar Fanon, profissional da saúde e revolucionário que construiu uma análise sobre o colonialismo a partir de uma perspectiva anticolonial, destacando o racismo e a racialização para a organização social e a relação desta na constituição do sujeito.

Para tanto, foram construídos quatro subcapítulos, o primeiro apresenta a categoria de sociogenia de Fanon traçando o contexto de debates sociais e acadêmicos na sua época. No segundo expomos uma breve biografia do intelectual mencionando alguns fatos de sua vida e a importância deles para sua constituição enquanto pensador teórico-prático. O terceiro subcapítulo aprofunda o contexto para nós delimitado: o seu período na Argélia, seu trabalho como médico psiquiátrico e o seu engajamento político. Por último, trataremos da categoria de sociogenia de Fanon atrelando a uma das suas influências, o cientista social Georges Balandier, no intuito de compreender seu rigor analítico junto com a investigação da realidade concreta.

1.1. A categoria de sociogenia

No artigo “*Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo*”, Deivison Faustino (2018b) considera a categoria de sociogenia como um fio condutor – ou base estruturante – importante para a compreensão da teoria de Fanon e de sua práxis anticolonial. Em seu primeiro livro, *Pele negra, máscaras brancas* (PNMB), Fanon já realiza ali articulações com outras áreas e autores, abordando a sociogenia logo na introdução do livro. Nas palavras do autor:

A análise que realizamos é psicológica. Continua a nos parecer evidente, contudo, que a verdadeira desalienação do negro requer um reconhecimento imediato das realidades econômicas e sociais. Se há um complexo de inferioridade, ele resulta de um duplo processo:

- Econômico, em primeiro lugar;
- E em seguida, por interiorização, ou melhor, por epidermização dessa inferioridade. Em reação à tendência constitucionalizante do final do século XIX, Freud, por meio da psicanálise, exigiu que levasse em conta o fator individual. Ele substituiu uma tese filogenética pela perspectiva ontogenética. Veremos que a alienação do negro não é uma questão individual. Além da filogenia e da ontogenia, existe a **sociogenia** (Fanon, [1952] 2020c, p. 24-25, grifo nosso).

Este estudo clínico¹¹, como o próprio Fanon denomina a obra, tratou-se de uma tentativa de explicação psicopatológica e filosófica sobre a alienação¹² do negro e o sofrimento derivado desta condição. Ele estava com 26 anos quando entregou este texto de sete capítulos com propósito de finalizar sua graduação em psiquiatria¹³ na Faculdade Mista de Medicina e Farmácia de Lyon, interior da França. O material foi recusado pelo seu professor, naquele momento tinha como título “Ensaio sobre a desalienação do negro” e só foi lançada meses depois com o nome conhecido publicamente como *Pele Negra, Máscaras Brancas*.

Reconhecido como um marco teórico, ilustra bem o início de sua busca em compreender o sofrimento psíquico do negro pela perspectiva social do colonialismo, além do mais, neste texto se sobressai sua escrita poética-científica. Nisto já se destaca que as suas produções no campo da saúde havia sínteses que vão para além das explicações filogenéticas e ontogenéticas hegemônicas na época.

Sua graduação foi um período de intenso estudo, Fanon inseriu-se em diversas atividades dentro e fora da academia e teve contato com muitos debates em voga na época. Dentre as produções que teve acesso ele destaca na introdução de PNMB a corrente da filogênese e da psicogênese, pesquisas em desenvolvimento na época que iam de leituras mais ou menos aproximadas entre si. Julgamos importante aqui delimitar brevemente do que se trata estas duas perspectivas – filogenética e psicogenética, para assim compreender o movimento de Fanon de criar a categoria analítica em tela, a sociogenia.

Os estudos filogenéticos, de forma geral, estudam a evolução de diferentes grupos de indivíduos existentes na terra. Naquele período principalmente as ciências da saúde se debruçavam sobre o desenvolvimento da espécie humana, marcadas pela tentativa de se espelhar nas ciências da natureza vista com maior valor científico. Grande parte destes estudos foram utilizadas para interesses outros, como por

¹¹ Segundo Claude D’Allonnes (2004, p. 72) um estudo clínico, assim como a entrevista, são métodos práticos usados há muito tempo pelas ciências da saúde e ciências humanas, “trata-se de uma construção efetuada pelo profissional ou o pesquisador, a partir de elementos provenientes de uma ou várias fontes e destinada a ser comunicada para fins diversos”.

¹² “A alienação para Fanon não se resumia, como ocorre no senso comum, a uma falta de conhecimento sobre algo ou sobre si, mas sim, a uma perda de si ou da capacidade – implicada em situações sociais concretas – de se autodenominar como indivíduo ou grupo social, subordinado ao colonialismo” (Faustino, 2013, p. 219)

¹³ Fanon foi um psiquiatra forense de formação e realizou outras atividades laborais, como a docência e o jornalismo, podemos defini-lo como um polímata.

exemplo o darwinismo social¹⁴. Houve estudos com correlações mais ou menos diretas, como a somatótipo, ou psicologia constitucional, teoria desenvolvida pelo psicólogo americano William Sheldon, que associava biotipos corporais a determinados tipos de temperamento e caráter moral, fundamentado e alinhado a teoria eugênica de Francis Galton¹⁵ e aos estudos sucessores deste, sobretudo na antropologia criminal.

Sendo assim, a filogênese estava em disputa e se desdobrava em diferentes ciências em desenvolvimento naquele momento. A graduação de medicina de Fanon estava diretamente ligada às perspectivas biologizantes, havendo na psiquiatria uma base nos estudos da organogênese¹⁶ e a defesa de que a alienação mental se tratava apenas de uma alteração neurológica, destituído (e destituindo) o enfermo do seu meio, por meio de internamento em hospital de alienados. Portanto, podemos inferir que a perspectiva de prevenção e tratamento do público-alvo desta área médica era majoritariamente alinhada ao modelo asilar¹⁷, o que passou a ser mais questionado após a Segunda Guerra Mundial (II GM).

Na obra que substituí PNMB e foi utilizada para a conclusão do curso, intitulada *“Um caso de doença de Friedreich com delírio de possessão: Alterações mentais, modificações de caráter, distúrbios psíquicos e déficit intelectual na heredodegeneração espinocerebelar”* (Fanon, [1951] 2020a) Fanon mantém uma

¹⁴ No artigo de Alessandro Santos, Lia Vainer Schucman e Hildeberto Martins (2012, p. 169) em que é exposto um breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações raciais os autores explicam que “evolucionismo social ou darwinismo social, segundo o qual os seres humanos são desiguais por natureza devido às diferentes aptidões inatas que fazem de uns superiores e outros inferiores”. Logo, esta perspectiva reconhecia as diferenças, mas determinava desigualdades.

¹⁵ Eugenia, ou “melhoramento da raça humana”, é uma ciência que foi iniciada por Galton (1822-1911) com sua obra *“Hereditary genius”* de 1869. Sua teoria consiste em diretrizes para estudos de manipulação da hereditariedade a fim de melhorar ao máximo as qualidades inatas dos seres humanos, principalmente ao que tange as habilidades mentais. Esta intervenção na evolução humana poderia extinguir “deficiências e degenerações” e construir um mundo ideal evoluído que não houvesse doença, crime, loucura etc. Dentre as descobertas, Galton formulou uma classificação das diferenças de raças, de forma hierarquizada do mais “primitivo” ao mais “evoluído”, no qual brancos estariam no topo desta pirâmide. A teoria eugenista foi disseminada e difundida por todo ocidente no final do século XIX e início do século XX (Masiero, 2005).

¹⁶ Entendida atualmente como parte do processo embrionário, na qual inicia-se o desenvolvimento dos órgãos.

¹⁷ O modelo asilar e suas tecnologias foram vigentes até início do século passado em boa parte do mundo, inclusive no Brasil. Na psiquiatria clássica fundada por Pinel no século XVIII inicia-se uma proposta de cura aos loucos por meio do estrito isolamento numa instituição asilar, no qual o foco seria a doença mental. Numa lógica manicomial a assistência custodial de alienados era mantida juntamente com a atuação higienista de manutenção do controle e segregação espacial. Na história do movimento da Luta Antimanicomial e as diferentes Reformas Psiquiátricas pelo mundo a finalidade é a destruição do modelo biomédico e da hegemonia asilar com a introdução do modelo psicossocial. Para maior aprofundamento deste debate, um dos autores mais acessados no Brasil é o psiquiatra italiano Franco Basaglia, precursor da Psiquiatria Democrática Italiana.

postura crítica a filogenia. O trabalho apesar de aparentar maior alinhamento ao modelo esperado da época, por ter como objeto de pesquisa uma doença orgânica e ter escrita próxima do exigido na faculdade, Fanon explicita que mesmo em diagnósticos de origem orgânica se a compreensão for restrita a neurologia há prejuízo para a prática clínica médica psiquiátrica, sendo importante e necessário abarcar a dimensão ontogenética e o contexto social.

A ontogênese pode ser compreendida como o curso do desenvolvimento da vida após o nascimento do sujeito. Na história da Psicologia é reconhecido o grande papel dos estudos da ontogenia na construção de autonomia da ciência psicológica frente às demais disciplinas já consolidadas. Nesse movimento, tem grande destaque o feito do neurologista psiquiatra austríaco Sigmund Freud com a criação da psicanálise, sendo de grande interesse de Fanon desde o início da sua formação. Isto porque Freud realiza uma virada epistêmica da filo para ontogênese, uma substituição bastante original a partir de críticas a biologização e defesa na centralidade da história do indivíduo. No Brasil apesar de os estudos fanonianos serem relativamente recentes, muitos abordam os aspectos psicológicos e sua relação com a psicanálise¹⁸.

No início da obra PNMB Fanon ([1952] 2020c, p. 25) afirma: “De fato, acreditamos que apenas uma interpretação psicanalítica da questão negra pode revelar as anomalias afetivas responsáveis pelo edifício complexual”, sendo incisivo sua visão sobre a potencialidade da abordagem ontogenética para a questão da alienação. Nesta mesma obra ele também pontua as limitações desta abordagem, como fará ao longo de sua vida.

Dentro desta dinâmica, Alice Cherki ([2000] 2022), em “*Frantz Fanon: Um retrato*” – biografia lançada recentemente no Brasil, conta diferentes momentos de Fanon que caracteriza um tanto sua relação com a trajetória de formação psicanalítica estabelecida no meio social da época. De acordo com ela, durante a residência com François Tosquelles, logo após a escrita de PNMB, Fanon escolheu não fazer parte do círculo psicanalítico, que naquela época correspondia a realização da análise

¹⁸ No Brasil a relação entre psicanálise e relações raciais tem entre seus marcos a obra célebre “*Tornar-se negro*” da médica psicanalista Neusa Santos Souza. Publicada em 1983, ela traz Fanon em PNMB, na tradução espanhola, para compreender as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social no contexto brasileiro. Apesar disso, trata-se de uma exceção naquele período e nos anos seguintes.

didática, uma atividade formativa para licenciamento de analista. Esta postura foi destoante do seu mentor e de demais colegas da psicoterapia institucional¹⁹.

A abordagem psicanalítica – freudiana e lacaniana, ganhou expansão ao longo dos anos, principalmente na França, chegando a ponto de ser considerada “sistema definitivo para a resolução de todos os conflitos” (Cherki, [2020] 2022, p. 148). Apesar disso, Fanon não chega a realizar processo analítico com um analista, sua reticência à abordagem durará por quase toda sua vida, “ao seu ver, ela [a psicanálise] era incapaz de considerar a história individual em seus vínculos com a grande história” (Cherki, [2000] 2022, p. 52 – inserção nossa).

Pontuamos esta informação não para desqualificar a ligação de Fanon com a psicanálise, mas o inverso, apontar que ele não teve uma relação apologética sobre a abordagem e que desde o início apropriou-se de suas ferramentas analíticas, apontando suas limitações e necessidade de revisão, construindo assim seus próprios nexos. Ele não correspondeu às lógicas estabelecidas em seus meios, tomando decisões a partir do que fazia sentido para si, dentro de um compromisso analítico teórico. Por isso, não era incomum incisivas críticas à abordagem e a alguns psicanalistas, como principal exemplo o diálogo crítico com Octave Mannoni²⁰ em todo o PNMB, com maior ênfase no quarto capítulo “*Sobre o suposto complexo de dependência do colonizado*” dedicado a rebatê-lo, como comenta “temos o direito de declarar nossa insatisfação. Temos o dever de mostrar ao autor em que nos distanciamos dele” (Fanon, [1952] 2020c, p. 27).

São muitas as influências de Fanon, como não cabe em nosso objetivo destrinchar minuciosamente aqui todos os diálogos com as muitas teorias psicológicas e de outras ciências, será brevemente citado alguns autores que notamos em alguns de seus textos: os estudos do suíço Piaget são referidos por vezes, principalmente a

¹⁹ Identificado enquanto uma abordagem psiquiátrica, a psicoterapia institucional foi desenvolvida na França com pioneirismo de Tosquelles que é considerado também um dos líderes da vanguarda da reforma psiquiátrica francesa. O contexto desta experiência e mais sobre esta abordagem será mais bem desenvolvido no subcapítulo 1.3.

²⁰ Psicanalista francês, em 1950 publicou sua obra “*Psychologie de la colonisation*” (traduzido “*Psicologia da colonização*”) traçando dois modelos de personalidade, do colonizado (malgaxe) e do colonizador (europeu) em Madagascar, país que morou e trabalhou durante anos. Apesar das posições anticoloniais, sua obra tem características de uma etnografia clássica em que a posição do pesquisador é dotada em nome de um universalismo atrelado a sua brancura e que, por consequência, nega a humanidade do não branco. De acordo com Cherki ([2000] 2022, p. 65) “o mais revoltante para Fanon é o fato de Mannoni, através de suas categorias psicológicas, parecer não enxergar o quanto a situação colonial acarreta danos de modo radical e irreversível”. Das críticas suscitadas o próprio Mannoni vai discorrer em outra obra anos depois, assumindo sua aproximação recente com a psicanálise e confessando ter se revelado mais conservador do que suponha (Cherki, [2000] 2022).

ideia de "sociocentria", do qual Fanon cita, ver "notáveis estudos" deste teórico que se inspira nos métodos botânicos para examinar o desenvolvimento da criança e sua interação com o meio (Fanon; Azoulay, [1954] 2020a). No campo psicanalítico, além de Sigmund Freud, cita o francês Jacques Lacan desde o PNMB e posteriormente Fanon vai conhecer as teorias do húngaro Sándor Ferenczi alimentando bastante entusiasmo com sua produção sobre o trauma, de acordo com Cherki ([2000] 2022).

A teoria do austríaco Wilhelm Reich e seus desdobramentos teóricos sobre a psicologia de massa do fascismo (Cherki, [2000] 2022, p. 71) também chamava a atenção de Fanon. Parte da teoria do suíço Carl Jung foi comentada por Fanon em PNMB, considerado fundador da psicologia analítica. Também alimentava bastante interesse nas produções do psicólogo austríaco Alfred Adler.

Outras teorias que Fanon teve grande interesse são a filosofia fenomenológica e o existencialismo de Sartre²¹. Ainda na introdução do PNMB Fanon usa a expressão "complexo psicoexistencial" para se referir o acometimento do racismo colonial para a população negra, há neste empreendimento analítico um compromisso de explicação filosófica sobre este fenômeno, e para tal, ele referencia a fenomenologia e a base para vida ética, a relação entre o Eu e o Outro.

No campo psicológico a abordagem fenomenológica existencial também conta com o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty, teórico com que Fanon teve aulas no início da sua graduação. Encontramos em textos posteriores referências a teoria da Gestalt que postula um fluxo de dinâmica figura-fundo no campo organismo-ambiente. A abordagem terapêutica da Gestalt é formulada pelos alemães Fritz Perls e Laura Perls.

Para Cherki ([2000] 2022, p. 56) a confecção de PNMB tratou de um "encontro com a fenomenologia, o existencialismo e a psicanálise, dos quais ele forjava suas primeiras ferramentas conceituais". Ela destaca que apesar de na década de 50 não ser novidade estudar sobre a "questão do negro" não era comum que as formulações fossem realizadas por uma pessoa negra, ao contrário, o debate era protagonizado por pesquisadores brancos.

²¹ O pesquisador brasileiro Nilson Lucas Dias Gabriel se dedica a estudar Fanon a partir da perspectiva existencialista de Sartre, sua dissertação se desdobrou no livro "*A liberdade em Frantz Fanon: a existência aos olhos dos condenados*", publicado em 2021.

O agrupamento aqui é feito de forma simplória e valeria um estudo à parte, queríamos apenas apresentar, ainda que de forma superficial, o movimento de Fanon de incorporar teorias consideradas mais desenvolvidas para os assuntos que lhe eram pertinentes. Compreendemos que a busca tanto de estudos atrelados a psicogenética quando os da ontogenética tinham sua importância na medida em que no fazer investigativo deve-se atentar a produção atual para assim produzir discussão que avance os debates. Contudo, como ele apontou, estas duas perspectivas de forma isoladas não eram suficientes para explicar a complexidade dos fenômenos do qual se debruçava e que eram questões pertinentes a demais intelectuais de sua época: a alienação colonial e o racismo.

Faustino (2018a) em seu livro *“Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro”*, obra que traz a biografia de Fanon entrelaçada com sua produção teórica, menciona – apoiado em Renato Ortiz²² – que na década de 40 a França estava sendo mobilizada e mobilizando o tema do humanismo de forma central, com relações diretas e indiretas entre o marxismo e o existencialismo, evidenciando o conceito de alienação e atrelando a ideia de libertação. Neste sentido, a França era considerada um dos centros de debate das novas ideias políticas-filosóficas que antecederam a II GM e que se aprofundaram decorrentes do próprio processo de conflito militar global.

O pós-guerra suscitou o debate sobre o racismo devido o holocausto realizado pelos nazistas apoiado pelo discurso supremacista branco. Para as ciências da saúde o cenário pós-guerra expandiu a demanda de estudos e práticas voltados para os feridos de guerra, sobretudo a avaliação e reabilitação, contexto no qual Fanon realizava sua formação. Fora do eixo central houve denúncias sobre o consternamento generalizado ocorrer apenas após o conflito dentro do interior da Europa quando a prática genocida era normalizada e banalizada²³.

Expandindo este debate foi sendo mais visibilizado a sistematização sobre o movimento histórico de estabelecimento da sociedade moderna, no qual a civilização ocidental ao empreender a expansão colonial europeia justificou-se na

²² Renato Ortiz é um sociólogo que tem dentre as linhas de estudos o mundo intelectual francês do pós-guerra, ele fez artigos na década de 90 sobre Fanon numa preocupação explícita de traçar uma teorização fanoniana do racismo e da nação.

²³ No Curso de Psicopatologia Social que está na Coletânea *Alienação e Liberdade: Escritos Psiquiátricos*, Fanon cita seu mentor Aimé Césaire e seu célebre livro *“O discurso sobre o Colonialismo”*, de 1955, ele aponta que o seu conterrâneo afirmava que: “se os europeus são anti-hitleristas, é porque Hitler tentou aplicar a eles o que eles aplicavam aos povos que colonizaram” (Fanon, [1959-1960] 2020a. p. 287).

subcategorização do outro, não europeu, com a classificação hierárquica das raças. Em outro artigo Faustino (2019, p. 86) ao abordar este plano de fundo, comenta sobre o processo de diferenciação racializada, no qual estas:

Representam dimensões incontornáveis daquilo que a modernidade apresentou como mais autêntico: do humanismo renascentista ao humanismo iluminista, o que se viu foi a afirmação da liberdade e da autodeterminação como essências humanas ao mesmo tempo em que se convivia com a escravidão colonial dos povos não europeus. O curioso é que essa negação racial de humanidade só foi problematizada, na Europa, quando o racismo científico espalhou seu cheiro fétido no interior de suas próprias fronteiras.

Neste sentido, se a construção do que é humano a partir do humanismo iluminista e das correntes positivistas é a do sujeito provido de alma, essência e racionalidade, o outro é dito como não-humano, podendo assim, ser objetificado e coisificado²⁴. Em PNMB, Fanon ([1952] 2020c, p. 27) afirma que “a civilização branca e a cultura europeia impuseram ao negro um desvio existencial”. O filósofo brasileiro Renato Nogueira (2020a, p. 17), na apresentação da edição brasileira da Coletânea “*Alienação e Liberdade: Escritos Psiquiátricos*”²⁵ discorre sobre a sociogenia a partir deste aspecto:

Segundo a perspectiva sociogênica, o racismo integra um complexo sócio-histórico que está na base da formação da subjetividade, no núcleo da cisão colonial que determina quem está fora e quem está dentro. A colonização divide o mundo em duas partes: em uma, vive o colonizador, a régua, o cânone, a imagem da humanidade, o branco; em outra, o inverso, o negativo.

Para o cientista social brasileiro Antônio Sérgio Guimarães (2008) é demarcado em Fanon a contemporaneidade do pós-guerra e dois eixos que haviam sido criados no campo político: o primeiro marcado pelas raças e pela descolonização, e o segundo eixo na polarização da luta de classes e o anti-imperialismo. Ele afirma que tanto Fanon quanto Sartre²⁶ representavam “a fusão do anti-imperialismo, do antirracismo,

²⁴ Para aprofundar tal ponto, ver artigo do Deivison Faustino (2013) “*A emoção é negra, a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des)universalização do ‘ser’ negro*”.

²⁵ Publicada em 2020 no Brasil, a maioria dos escritos eram inéditos, um grande passo de ampliação do acesso ao autor e sua produção, muitas destas realizadas com demais psiquiatras pesquisadores. Na Coletânea pode ser encontrado a tese de exercício recusada, mencionado anteriormente, e formulações teórico-práticas de três experiências de trabalho em Hospitais Psiquiátricos: o HP em Saint-Alban (França), HP Blida-Joinville (Argélia), e no Hospital Charles Nicolle, onde havia um serviço de centro-dia de neuropsiquiatria (Tunísia). Em todos os textos é discorrido direta ou indiretamente sobre a importância das relações sociais para compreensão da psicopatologia individual.

²⁶ Numa outra produção de Faustino é dedicado a discorrer sobre tal relação, intitulado “*Sartre, Fanon e a dialética da negritude: diálogos abertos e ainda pertinentes*” (2020).

da descolonização e das lutas de classes" (Guimarães, 2008, p. 102), pontuando algumas diferenças com o que ocorreu no contexto brasileiro daquele período.

É de conhecimento comum que as Lutas pela Independência²⁷ realizadas por muitos países africanos visando a Libertação do jugo da colonização europeia, na década de 40 a 60, são frutos de articulações das forças políticas e culturais de cada país e com relações estabelecidas no âmbito internacional, cada qual com sua especificidade. Veremos que desde o início da sua juventude Fanon esteve atrelado a luta anticolonial e ao longo de sua vida vai se tornando mais posicionado como um independentista favorável a solidariedade internacionalista (Cherki, [2000] 2022).

Os psicólogos brasileiros Pedro da Costa e Kíssila Mendes (2021, p. 69) no artigo "*Frantz Fanon, saúde mental e a práxis antimanicomial*" ao falarem sobre a sociogênese de Fanon no que diz respeito a saúde mental e a alienação comentam:

Para que haja alienação mental é necessário que exista a alienação do ser humano; mais, essa alienação mental diz, antes de tudo, de um ser alienado de si, do mundo, das coisas, dos outros, mesmo que em relação com eles. No que se refere ao colonizado, a alienação mental expressa um ser cindido pela própria cisão colonial que faz dele um não-ser, um não-humano, ao defrontá-lo com o ser humano, de fato: o europeu, o branco. Ela se pauta numa relação de afirmação pela negação, de elevação pela inferiorização; possibilita o desenvolvimento do humano em todas as suas dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais etc. na/pela fatalização do colonizado, seja ela a morte propriamente dita ou a sua fatalização subjetiva.

Como traz Jean Khalifa ([2018] 2020a, p. 30) na introdução da edição inglesa que foi incluída na tradução da Coletânea *Alienação e Liberdade*, sobre o percurso de Fanon em PNMB:

Para Fanon, a oposição é obsoleta, pois as formas que as doenças mentais tomam são determinadas pela estrutura das relações de que o indivíduo é capaz, ou incapaz, de participar, portanto, por fatores "externos", nem orgânicos nem psíquicos, mas institucionais e sociais.

Diante do exposto, conseguimos visualizar melhor às lacunas nas teorias que imperavam e o movimento de Fanon de lançar em seus primeiros ensaios conceituais a categoria de sociogenia. No artigo de Guimarães (2008) em que tenta identificar e examinar a recepção de Fanon no Brasil ele traz Renato Ortiz e a afirmação deste de

²⁷ De acordo com Faustino (2018b, p. 157): "A realização do Congresso de Manchester, em 1945, e a volta de Nkrumah a Gana, apelando para a revolução nacional como único caminho viável para a independência dos países asiáticos no pós-guerra e a conquista de independência da Líbia (1951) vão resultar, a partir de 1956 – época em que Fanon já vivia em Blida, na Argélia, como médico chefe de um hospital psiquiátrico – na chamada "avalanche negra" a partir da independência do Sudão, do Marrocos e da Tunísia, em 1956; da independência de Gana, em 1957, e Guiné, em 1958, seguidos pelo Camarões, Somália, República do Congo, Senegal e o Togo, em 1960, entre outras".

que os estudos de Fanon se estruturam a partir de dois conceitos fundamentais: o de alienação e o da situação colonial, tendo como fontes originárias Hegel²⁸, o jovem Marx e Balandier.

Compreendemos que somado a estes referenciais, Fanon em PNMB estava imerso nas reflexões que permeavam sua existência enquanto antilhano que transitando pela metrópole vai elaborando as marcas de suas experiências. Ele jovem faz um adendo neste sentido: "lembraremos mais uma vez que as conclusões a que chegaremos se aplicam às Antilhas francesas; não ignoramos, todavia, que os mesmos comportamentos são encontrados no seio de qualquer raça que tenha sido colonizada" (Fanon, [1952] 2020c, p. 40).

Cherki ([2000] 2022), ao falar sobre o PNMB e o impacto na época, visto o grande alcance da obra e sua repercussão até os dias atuais, afirma que este impacto se dá pelo caráter inovador do ensaio que até mesmo escapava ao debate "racional", visto que dentro da dicotomia razão e emoção demarcado pelo pensamento cartesiano, Fanon é lido por muitos como um autor visceral. De acordo com ela:

A preocupação de Fanon obedece a duas exigências em contínua e mútua tensão. Sem ignorar os aspectos econômicos e políticos, ele quer transmitir uma experiência subjetiva do negro imerso no mundo dominado por brancos cientes dessa sua supremacia. Trata-se de comunicar ao leitor, para além de ideias, a mais incomunicável parte dessa condição. Transmitir essa experiência subjetiva, mas também, com base em fatos sociológicos, políticos e psicanalíticos, proceder a uma análise que tente relatar essa condição na esperança de ultrapassá-la em prol tanto dos negros quanto dos brancos (Cherki, [2000] 2022, p. 57-58).

Ele tenta compreender a relação entre sujeito negro e branco utilizando este binômio racial. Veremos mais à frente que estas configurações e categorizações raciais se complexificam no decorrer de suas análises ainda que mantendo uma base, a sociogenia e a investigação sobre colonialismo, racismo e capitalismo.

Com este panorama, conseguimos apreender a postura de Fanon de não corroborar passivamente com algumas correntes e que ao buscar pelas respostas de suas inquietações vai expandindo suas leituras e conhecimento do seu entorno, priorizando a análise concreta da realidade. O movimento de aproximação e de distanciamento com determinados autores é um marco no seu percurso como intelectual. Com esta inquietação voraz ele faz a seguinte exposição e provocação:

²⁸ No artigo de Faustino (2020) "*Notas sobre a sociogenia, o racismo e o sofrimento psicossocial no pensamento de Frantz Fanon*" a segunda seção é dedicada a apresentar o diálogo crítico de Fanon com Hegel sobre a dialética do reconhecimento.

Existe um drama naquilo que se convencionou chamar de ciências humanas. Deve-se postular uma realidade humana padrão e descrever suas modalidades psíquicas, considerando apenas suas imperfeições, ou será que não se deve buscar incansavelmente uma compreensão concreta e sempre nova do homem? (Fanon, 2020c [1952], p. 37).

Em relação ao PNMB vimos por cima que sua postura ousada e que o rompimento das tradições contribuiu com a recusa de sua tese de exercício, ele mesmo quando comenta sobre a seção de metodologia, comum em produções acadêmicas, comenta: “É de bom-tom introduzir uma obra de psicologia com uma exposição da perspectiva metodológica adotada. Fugiremos à regra. Deixamos os métodos aos botânicos e aos matemáticos. Chega um ponto em que os métodos sofrem reabsorção.” (Fanon, [1952] 2020c, p. 26).

Isto posto, nos alinhamos a defesa de Faustino (2018b) ao afirmar que a sociogenia se refere como um enquadramento reflexivo para compreensão da relação entre capitalismo, colonialismo e racismo. No artigo o pesquisador sobre Fanon resgata a partir de vinhetas trechos de obras distintas do intelectual para evidenciar que sua análise está para além da polarização que é lida por muitos estudiosos, ora numa perspectiva macropolítica e ora pelos aspectos subjetivos.

Faustino (2018b) então apresenta três níveis de análise fanoniana, o primeiro diz respeito à realidade na qual as relações capitalistas, baseadas na exploração, expandiram traçando um processo maior de dominação, destacando assim o racismo e a racialização, iniciado pela guerra colonial e a noção de humanidade na sociedade moderna. O segundo nível refere-se à conformação das categorias raciais construídas na/pela violência colonial, reconfigurando as relações sociais e cristalizando-as, como podemos pensar a divisão racial e sexual do trabalho.

O terceiro e último nível da análise do Fanon sobre o colonialismo diz respeito ao processo complexo e contraditório de interiorização subjetiva da racialização na situação colonial. Nisto Faustino destaca dois aspectos: o primeiro que seria a epidermização e seu caráter determinante para as relações e o segundo quando ocorre amoldamento do olhar dos sujeitos sobre si mesmo e sobre o outro, desdobrando-se numa lente distorcida no qual a percepção se dá pelas marcas epidérmicas do racismo (Faustino, 2018b). Estes pontos serão tratados mais detalhadamente ao longo desta pesquisa.

Nosso objetivo nesta primeira seção foi o de apresentar a categoria de sociogenia de Fanon pontuando alguns dos debates sociais e acadêmicos que

estavam em desenvolvimento e seu próprio movimento de construir sua teoria, a análise do colonialismo e a operação da categoria sociogenia/sociogênese. A seguir, será apresentada uma breve biografia de Fanon.

1.2. Biografia de Frantz Omar Fanon

Frantz Omar Fanon nasceu no dia 20 de julho de 1925 em Fort-de-France, capital da Martinica, Ilha que faz parte das Pequenas Antilhas na região do Caribe, até recentemente um Departamento Ultramarino da França²⁹. O país se construiu com base na exportação de produtos tropicais como a cana-de-açúcar e na exploração de mão de obra escrava africana, por isso sua população é majoritariamente negra.

De acordo com a biografia feita por Deivison Faustino (2018a), os pais de Fanon foram funcionários públicos e tiveram oito filhos. Pertencente à classe média, durante a adolescência Fanon estudou no Lycée, uma instituição de ensino acessada por uma parcela pequena da população martinicana e que tinha a estrutura curricular similar ao da metrópole, ou seja, o modelo europeu francês.

É na sua adolescência que Fanon tem as suas primeiras experiências de exposição explícitas às tensões raciais, quando uma série de soldados franceses são enviados para a capital de Martinica, em busca de refúgio após a ocupação nazista no sul da França, logo no Início da II GM, evento intitulado Regime de Vichy. Neste momento, Fanon estava completando quinze anos, adquirindo conhecimento vindo da Europa e vivendo numa sociedade em que a maior parte da população era de negro-martinicanos e as relações eram permeadas pela concepção de cidadania francesa (Faustino, 2018a).

Em pouco tempo de inserção desses soldados começou a ficar evidente para Fanon, e para toda a população martinicana, os conflitos raciais, o que se desdobrou numa segregação explícita para com os antilhanos. Apesar dos discursos de “filhos da nação” para todas as pessoas que viviam em territórios pertencentes a França, foi se tornando cada vez mais nítido que esta relação foi forjada pela dominação colonial,

²⁹ Em 2015 converteu-se em uma coletividade territorial única, ainda permanecendo em território francês. Outros departamentos de ultramar são: Guadalupe, Reunião, Mayotte e a Guiana Francesa. Informação retirada do site Enciclopédia Latino-americana, link <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/martinica>

realidade que expôs as contradições da imagem propagada de Fort-de-France enquanto a cidade mais francesa fora da França.

Como já discorrido, em PNMB Fanon relata algumas das suas experiências e constrói as primeiras elaborações analíticas sobre o que viveu e acompanhou na sua terra natal. Segundo ele, havia uma ideologia assimilacionista³⁰ que atravessa a socialização dos moradores da colônia e influenciava na construção da identidade. A princípio os antilhanos se viam como franceses e foram ensinados a amar a metrópole, a se reconhecer a partir da identidade europeia. Para a sociedade martinicana os negros seriam os africanos, estes concentravam o que era negativo e por isso deveria ser evitado. A organização social baseava-se nesta concepção hierárquica e era expressa de diferentes formas, uma delas era na própria linguagem, a língua oficial do país era o francês e a língua nativa crioula³¹ não era bem-vista (Faustino, 2018a).

Ainda assim, depois destas vivências marcantes, Fanon alistou-se ao exército francês para lutar na II GM em defesa de sua pátria-mãe, junto com dois amigos da escola, em 1944. O treinamento durou seis meses e foi realizado na Dominica e na região da África do Norte, no *front* ele fez parte dos soldados de campanha antilhana, grupo distinto dos franceses continentais e dos soldados africanos. Fanon se deparou com uma França devastada pela guerra. Tal experiência requalificou a percepção de Fanon sobre as diferenças de tratamento entre os franceses, ele presenciou e reconheceu estas tipificações de subgrupos que reproduzia a hierarquia na qual os franceses da colônia recebiam melhores condições do que os antilhanos, enquanto aos africanos eram reservados os tratamentos mais desumanos (Faustino, 2018a).

Ferido na guerra, Fanon retorna à Martinica em 1945, com vinte anos de idade, trazendo consigo uma condecoração. O status de veterano de guerra deu a ele o

³⁰ O modelo assimilacionista ou republicano, é baseado na ideia de que a equidade e a igualdade podem ser alcançadas através da plena adoção de regras e valores coletivos da república, evitando diferenciações de caráter cultural. Segundo Leonardo Cavalcanti e Gustavo Simões (2013, p. 155) "a ideia de assimilacionismo tem a sua origem no contexto francês a partir da formulação da lei de nacionalidade francesa no século XIX que tem no seu bojo uma suposição fundamentalista que consiste na afirmação que a igualdade jurídica formal dentro das esferas da república pressupõe uma homogeneidade e horizontalidade em termos de identidade cultural". Para Cherki ([2000] 2022, p. 133) "a assimilação no âmbito de uma sociedade colonizada não pressupõe o intercâmbio, mas o desaparecimento de toda uma cultura em benefício de outra, ou seja, a dominante."

³¹ As línguas crioulas é uma das famílias linguísticas, comum em países que foram colonizados, diz respeito a linguagens que se originam da necessidade de comunicação forçada entre povos falantes de duas ou mais línguas diferentes. De acordo com o contexto martinicano, refere-se a uma junção de línguas africanas e europeias, especialmente o francês, amplamente falada nos meios informais daquela população.

direito de ser cidadão francês e com isso, entre outras coisas, passou a considerar sua inserção no ensino superior. Neste meio tempo, Fanon em sua terra natal encontra novamente seu professor de Lycée, Aimé Césaire³² (1913-2008) e participa da campanha política do mentor intelectual, que então disputava o cargo de deputado na capital da Martinica pelo Partido Comunista (Faustino, 2018a).

De acordo com Faustino (2018a, p. 39) “a presença de Césaire se fará indiscutivelmente visível na produção fanoniana” isto porque o poeta, dramaturgo e político estava empenhado em compreender os problemas sociais de sua época e de seu território, temas que se tornaram pertinentes também a Fanon. Césaire havia concluído o ensino superior em Paris e durante a graduação fundou o jornal *l'Étudiant noir* (traduzido “O estudante negro”) inaugurando o termo “negritude” e expondo críticas a opressão francesa, o que mais tarde levaria à fundação do movimento estético da negritude e às sistematizações sobre o colonialismo e o racismo europeu.

No ano seguinte, 1946, Fanon colocando em prática os projetos de ingressar no ensino superior na metrópole, inicia o curso de Odontologia em Paris. O compromisso não perdura mais que algumas semanas e, em seguida, ele começa o curso de Psiquiatria na Faculdade Mista de Medicina e Farmácia de Lyon, localizado no interior da França. No mesmo período de formação também cursou disciplinas no curso de Letras, mantendo seu interesse pela literatura no decorrer da vida. Neste período de graduação, como discorremos na seção anterior, Fanon acessou um rico espaço intelectual, o estudante teve uma formação calcada no biologicismo vigente nas ciências da saúde daquela época, mas também teve contato com diversos debates das ciências humanas que estavam em efervescência devido o período pós-guerra (Faustino, 2018a).

Desde o início da graduação Fanon teve contato com debates anticoloniais e participou de atos contra a ocupação colonial, apesar disso não se inseriu em organizações, seu principal interesse estava voltado ao trabalho teórico e reflexivo, como a participação de cafés com discussões sobre temas pertinentes. Na universidade havia pouquíssimos negros, em sua maioria africanos, como expõe Faustino (2018a) ao falar sobre os vínculos do estudante durante a formação e sobre o seu trabalho de conclusão de curso, aos 26 anos, em 1951.

³² O artista e intelectual Aimé Césaire é reconhecido mundialmente como o maior poeta do surrealismo e sua atuação na luta anticolonial como negro marxista.

Ao longo desta formação acadêmica muitos foram os temas que ele teve acesso e se engajou. Com destaque nesta breve biografia cito alguns dos seguintes autores ainda não mencionados e que foram identificados na biografia feita por Faustino (2018a): leitura dos escritos do germânico Georg F. Hegel e logo depois do alemão Karl Marx. Autores do campo psiquiátrico que conversavam com a filosofia, como o alemão Karl Jaspers e francês Georges Canguilhem.

Como já mencionado, seu trabalho de conclusão de curso foi recusado na época pelo professor orientador por não se adequar às convenções formais de lógica e escrita da época. A graduação em medicina tinha como base as teorias fisiológicas, não sendo aceita sua pesquisa tão distinta do esperado. Em vez disso, Fanon precisou construir uma nova tese ao encontro das exigências acadêmicas, defesa que ocorreu com sucesso pouco tempo depois, intitulada “*Alterações mentais, mudança da personalidade, transtornos psíquicos e deficiência intelectual na heredo-degeneração spino-cerebelar: à propósito de um caso de doença de Friendreich com delírio de possessão*” (Faustino, 2018a).

Formando Fanon retornou a Antilhas, em 1953, quando assumiu como médico substituto em Colson, na Martinica. Segundo Cherki ([2000] 2022), esta experiência durou pouco e aumentou um certo desapontamento que Fanon tinha com seus conterrâneos, para ele, não era expresso pela população um grande desejo de mudança do status colonial. Apesar do distanciamento físico que se sucedeu, Fanon manteve uma atenção ao seu país de origem, à medida que foi conhecendo mais territórios que eram marcados pela colonização.

Neste período Fanon buscou conhecer pessoalmente o catalão François Tosquelles (1912-1994), um psiquiatra e professor na residência médica em Saint-Alban-sur-Limagnole, no sul da França, e que estava sendo reconhecido pela construção da psicoterapia institucional. Ingressando na residência, Fanon pôde colaborar ativamente nesta concepção, sendo um grande marco para o seu desenvolvimento profissional e político como psiquiatra. Juntos escreveram artigos teórico-práticos, produções estas que podem ser encontradas na Coletânea “*Alienação e Liberdade: escritos psiquiátricos*” (Fanon, 2020a). Em momentos que Tosquelles compartilhou sobre o tempo de formação de Fanon descreveu-o como uma pessoa de presença marcante, questionadora e implicada (Cherki, [2000] 2022).

Finalizando sua residência, o psiquiatra forense dedicou-se aos exames do Le Médiat des Hôpitaux Psychiatriques, concurso que permitia o aprovado escolher um

posto para ser diretor-chefe em uma instituição psiquiátrica. Aprovado e, após alguns trâmites, Fanon assume o cargo no Hospital Psiquiátrico de Blida-Joinville (HPB), região não central da Argélia, também território francês, local que trabalhou entre 1953 e 1956³³ (Faustino, 2018a). No trabalho como diretor-chefe no Hospital Psiquiátrico de Blida (HPB), ele iniciou práticas da psicoterapia institucional que aprendeu na residência.

Concomitante à sua inserção na Argélia, em 1953, estava ocorrendo uma expansão das Lutas da Independência no continente africano. Esta ebulição culminou na Guerra de Independência da Argélia (1954-1962)³⁴, evento em que Fanon atuou ativamente poucos anos após a sua mudança para a região. Faustino (2018a, p. 80) comenta parte da sua atuação política no período que residia no país argelino:

O primeiro contato com os ativistas nacionalistas, em especial da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), veio em 1955 (...) Com o tempo, Fanon passou a tratar clandestinamente – física e psicologicamente – os militantes nacionalistas no interior do hospital que gerenciava. Para tal, contava com a vista grossa e até mesmo colaboração de alguns de seus colegas de trabalho. Para além disso, passou a oferecer treinos de primeiros socorros aos guerrilheiros e a contrabandear medicamentos como morfina, penicilina e outros materiais que poderiam ser úteis no *front*.

Esta complexidade da realidade circundante gerou impactos para Fanon que decidiu pedir demissão do seu cargo de diretor-chefe no final de 1956 e, posteriormente, foi para Tunísia onde continuou suas atividades profissionais e políticas, atuando como docente e participando de diferentes espaços institucionais e políticos dentro e fora do continente africano, mantendo a pesquisa e as produções escritas. Ganhando cada vez mais reconhecimento pela sua pluralidade e ao mesmo tempo coerência, essa visibilidade também lhe gerou riscos e algumas experiências de tentativas de enfraquecimento, como um atentado relatado na biografia feita por Faustino (2018a).

Os últimos anos de vida foram de grandes sínteses da sua experiência e das mudanças sociais que acompanhava/participava, foi neste período que mais produziu teoricamente. Em 1959 ele escreveu o livro “*L’An V de la révolution algérienne*” (O

³³ Este período faz parte do recorte temporal delimitado na presente pesquisa e será esmiuçado na seção seguinte.

³⁴ Sabe-se que foi um conflito bastante sangrento e violento, com grande número de mortos, Cherki ([2000] 2022) no seu livro vai relatando e nomeando os integrantes argelinos, as ações militares, assim como as represálias e torturas. Também na tese de Walter Lippold, intitulada “*Frantz Fanon e a rede intelectual argelina: circulação de ideias revolucionárias e sujeito coletivo no jornal El Moudjahid (1956-1962)*” de 2019 é possível saber mais sobre a Guerra de Independência da Argélia e a participação de Fanon.

Ano V da Revolução Argelina)³⁵ e em 1961 lançou “*Os condenados da Terra*”, mesmo ano de sua morte, pouco tempo antes do fim da Guerra em que foi obtida a independência da Argélia³⁶.

Nos últimos dias de vida, Fanon, fazendo tratamento de leucemia já em estágio avançado, aceitou ser levado para Washington – EUA. Lá ele faleceu, em dezembro de 1961, aos 36 anos. Neste mesmo ano, mergulhado na revolução em andamento escreve em nove semanas seu último livro (Faustino, 2018a).

Pouco foi discorrido sobre a vida “íntima/familiar” de Fanon, em parte porque a sua vida cotidiana era dedicada principalmente as atividades profissionais e políticas, e em partes pelo seu perfil mais reservado. De acordo com Cherki ([2000] 2022) sabe-se que ele teve laços fortes com a sua família, permeada por afeto e cuidado, mantendo contato mesmo com a distância geográfica, ela afirma que foram poucos e pontuais os relatos de Fanon sobre assuntos de tom mais pessoal.

Fanon teve dois filhos, a primeira paternidade foi 1947, quando numa relação casual com uma estudante branca e europeia descobriu que seria pai. A filha Mireille Fanon Mendès-France atualmente é pesquisadora e ativista, não se sabe muito mais sobre a relação que tiveram e a pedido da filha o nome da mãe não é revelado (Faustino, 2018a).

Alguns anos depois ele conheceu Marie-Josèphe Dublé, estudante do curso de Letras, mulher branca nascida na França, conhecida como Josie. Casaram-se em 1952, união que durou até o fim da vida de Fanon, juntos tiveram um filho, Olivier Fanon. Compreendemos que poderia haver uma certa reprodução da configuração familiar hegemônica na qual a mulher é a maior responsável pela vida doméstica, contudo, o que é certo é que Josie auxiliou Fanon no processo de produção dos pensamentos do teórico e que se manteve atuante na luta contra o colonialismo nos anos que se sucederam, até seu suicídio em 1988, na Argélia³⁷ (Cherki, [2000] 2022).

Torna-se uma tarefa difícil organizar uma breve biografia de um sujeito que, apesar do pouco tempo de vida, passou por tantas experiências e, acima de tudo,

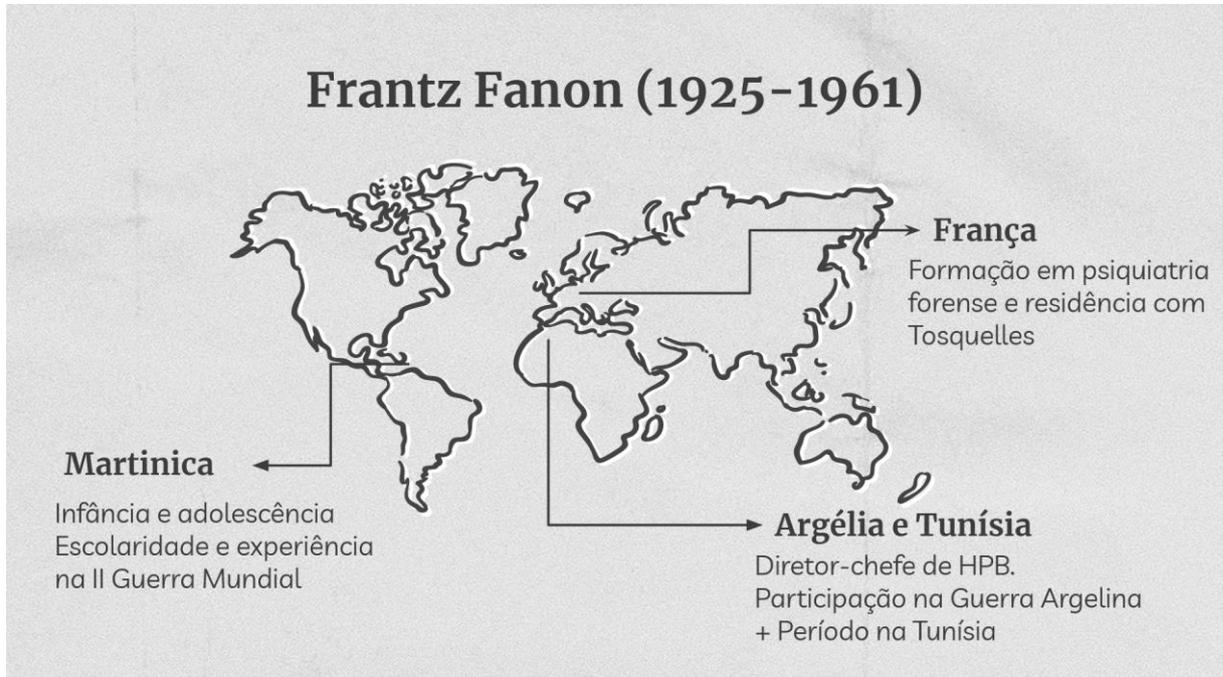
³⁵ Segunda das três obras que Fanon escreveu em vida, publicada em 1959 na Tunísia, mas a partir de exemplos vividos da Argélia em 1956, a obra ainda não tem tradução em português. Em espanhol se traduziu “*Sociología de una revolución*”.

³⁶ O filme “A Batalha de Argel” (1965), de direção de Gillo Pontecorvo, retrata de forma interessante a presença da violência no contexto da Guerra de Independência Argelina.

³⁷ É possível acessar a tradução de uma entrevista com Josie Fanon no link: <https://traduagindo.com/2023/03/16/entrevista-com-josie-fanon-os-intelectuais-ocidentais-nao-entenderam-frantz-fanon/>

construiu ativamente a si mesmo e a realidade à sua volta. Priorizamos aqui retratar aspectos principais da sua história de vida, a Figura 1 ilustra esta trajetória geográfica.

Figura 1 – Mapa da trajetória de Fanon.



Fonte: elaborada pela autora (Cruz, 2024).

De acordo com o exposto conseguimos saber que logo no início de sua vida as contradições de acessos e interdições devido aos conflitos raciais próprias do colonialismo o fizeram vivenciar enredos intensos. Como traz Cherki sobre Fanon ser um homem do seu tempo:

De que condição se trata? Em particular, da condição do antilhano, do negro das velhas colônias, que, tanto na França quanto nas próprias colônias, encontra-se subjugado desde seu nascimento num mundo de brancos que é não só dominante, mas também referencial. De fato, esse mundo branco se torna a referência exclusiva não somente sobre o plano político e econômico, mas em todos os registros, linguagem, cultura, mitos e valores sob os quais um sujeito se constitui desde seu ingresso no mundo (Cherki, [2000] 2022, p. 58).

Conforme a perspectiva vigotskiana, o sujeito é inserido no mundo já organizado socialmente e se desenvolve a partir das relações sociais, pela linguagem e pelas atividades que são exercidas, nas possibilidades e limitações de construção de consciência sobre o mundo, esta realidade concreta que é múltipla, determinada e contraditória. Inferimos que Fanon por meio dos espaços e das experiências dramáticas vividas, foi se apropriando deste olhar da realidade e com isso, revela e

denuncia a organização social gerida pela exploração e dominação racial, auto orientado na busca de modificar a realidade. Este ponto será melhor discutido mais adiante.

Considerando nosso percurso de pesquisa no próximo subcapítulo aprofundaremos o período pós-formado de Fanon e sua experiência na Argélia, onde atuou como diretor-chefe no Hospital Psiquiátrico de Blida (HPB) e se inseriu na Guerra de Independência Argelina.

1.3. A práxis de Fanon na Argélia

Levando em conta que na seção anterior foi realizada um conciso percurso da vida biografada de Fanon, aqui escolhemos delimitar e aprofundar o período pós-formado e seu trabalho na Argélia, com duas atividades exercidas de forma interligadas: a prática clínica e a atividade política. Para tal, utilizaremos trechos de suas produções e de biógrafos que ilustram este processo a fim de corroborar com a defesa de sua práxis.

Para Costa e Mendes (2021) a teoria e prática de Fanon podem contribuir com subsídios à Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica (RP) brasileiras, principais temas que os pesquisadores se dedicam. No artigo não há um momento específico em que é feita uma definição teórico-metodológica da *práxis*, contudo, é implícito a tradição marxista. Para eles, a compreensão da radicalidade teórica e prática do médico psiquiatra revolucionário se expressa no enquadramento reflexivo da sociogenia, por meio de “síntese dialética objetivo-subjetiva das dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais no processo do indivíduo se produzir (e ser produzido) face à sociedade (e também produzindo-a)” (Da Costa; Mendes, 2021, p. 68).

Com intuito de dar mais visibilidade a atuação profissional atrelada à ação política de Fanon, os pesquisadores resgatam diversos excertos da Coletânea *Alienação e Liberdade*, dando mais luz às suas contribuições no campo da saúde, sobretudo no campo da saúde mental e a crítica à psiquiatria manicomial da época. Os autores então apresentam três pilares da práxis de Fanon: o entendimento fanoniano sobre a saúde mental e a loucura; a necessidade de superação do

manicômio; e a sua crítica à psiquiatria como braço do sistema colonial (Da Costa; Mendes, 2021).

Neste capítulo, em consonância com este artigo escolheu-se analisar as obras de Fanon no período de sua atuação como profissional da saúde mental na Argélia, no Hospital Psiquiátrico Blida-Joinville, porém não faremos a mesma linha de diálogo dos pesquisadores da RP devido a atenção com nosso objetivo de pesquisa. Alguns textos da Coletânea *Alienação e Liberdade* e o quarto capítulo de *O Ano v da Revolução Argelina*³⁸, intitulado “*Medicina e Colonialismo*” serão as principais produções de Fanon que analisaremos a partir daqui.

De acordo com Faustino (2018a) e Cherki ([2000] 2022), a Argélia já era solo conhecido para Fanon antes de sua estadia para assumir a posição de diretor-chefe do HPB. No período em que foi soldado na II GM teve treinamento no Norte da África, sendo enviado à escola de cadetes em Bougie e depois em Orã, cidades litorâneas do país argelino. Apesar de ter sido um contato breve, os biógrafos afirmam que Fanon teve uma ideia da discriminação étnica naquele solo e as contradições do nacionalismo francês intensificado pelo conflito militar.

Cherki ([2000] 2022) descreve que foi no quarto ano de medicina que Fanon passou a se interessar mais por psiquiatria, fazendo estágio na área com Jean Dechaune. Este professor estava alinhado ao modelo asilar vigente na época e tinha como principal interesse a área da psicocirurgia. Fanon fez residência temporária no Hospital de Saint-Ylie, um período marcado por relações institucionais conflituosas, como a reação ao seu artigo “A Síndrome Norte-Africana”³⁹ e a recusa da sua tese de exercício, publicada posteriormente como PNMB (Cherki, [2000] 2022).

Ingressando na residência médica com François Tosquelles no Hospital Saint-Alban, região montanhosa ainda mais distante de Paris do que Lyon, ali inicia o primeiro de quinze meses junto com demais colegas. Tosquelles, médico psiquiatra catalão, mudou-se para França devido à vitória franquista na Guerra Espanhola (1936-1939) após lutar juntamente com as milícias antifascistas. Em Saint-Alban ele atuou por doze anos até assumir a direção do Hospital, em 1953. Na primeira de muitas

³⁸ Como já mencionado, a obra não tem tradução em português ainda, acessamos a tradução deste único capítulo realizado pela Editora Terra sem Amos, que traduziu a partir da edição mexicana “*Sociología de una revolución*” de 1976.

³⁹ No original “*Le Syndrome Nord-africain*”, Cherki ([2000] 2022, p. 46) afirma que Fanon fez no artigo “uma extraordinária reflexão sobre a rejeição e a reificação do outro, conhecido por uma variedade de nomes pejorativos (...) Ele denuncia o racismo e a negligência do sistema médico francês diante do paciente norte-africano, que chega com sua dor”.

décadas que se sucederam estava sendo construída uma nova abordagem em psiquiatria com formulações teórico-práticas, a psicoterapia institucional ou socioterapia, sua trajetória e influência foi cada vez mais marcante nas décadas posteriores⁴⁰. Segundo Cherki ([2000] 2022, p. 51-52):

Graças a Tosquelles, Saint-Alban se tornou um centro importante de pesquisa terapêutica em psiquiatria, aliando psicoterapia institucional aos métodos somáticos de tratamento então em vigor. O objetivo não era amordaçar a loucura, mas questionar e ouvi-la, de modo a favorecer uma reconstrução. A hipótese, em Saint-Alban, bastante nova para a época, apoiava-se na ideia de que as pessoas “vivessem juntas”, tanto os “loucos” quanto os “não loucos”, cuidadores e internos, de modo a se construir na própria instituição o ambiente para a encenação do que não foi bom ou não ocorreu. O espaço da loucura é indagado em sua estreita relação com a alienação social e também cultural. É preciso desalienar a instituição psiquiátrica, criando um espaço em que os cuidadores e os internos, os doentes mentais e os que não o são, desenvolvam seus dispositivos. Fanon encontra aí, por oposição a suas experiências anteriores, incluindo o trabalho com Dechaune no hospital de Dole, um ponto de encontro no qual a alienação é interrogada em todos os seus registros com base numa percepção que enlaça o somático e o psíquico, o estrutural e o histórico.

Esta relação com a alienação social e cultural para compreensão da loucura de forma que interroga todos os seus registros coaduna com a movimentação de crítica ao modelo asilar que se intensificou no continente europeu com o pós-guerra. A visão dominante da época de uma psiquiatria puramente descritiva e de controle aos alienados começava ser cada vez mais questionada, com especificidades para cada país. Na França, os setores críticos em expansão foram formulando a compreensão de que a instituição é alienante e alienada e por isso ela precisava ser revista (Cherki, [2000] 2022).

Segundo Ruiz *et al.* (2013), a perspectiva naquele momento era a de cuidado com a instituição para que ela pudesse de fato ser agente de saúde mental, portanto, fazia-se necessário desfazer a organização segregada e rígida do trabalho terapêutico, realizado até então de forma hierárquica e autoritária de profissionais para

⁴⁰ Devido a delimitação da presente pesquisa não faz parte dos nossos objetivos discorrer sobre Reforma Psiquiátrica e as experiências europeias, entendendo que no contexto brasileiro a principal influência é a Psiquiatria Democrática Italiana. Em Ruiz (2013) os autores apontam que grande parte da produção brasileira tece críticas à experiência da reforma psiquiátrica francesa, reduzindo-a a um reformismo dentro do modelo asilar. No artigo é abordado a história de Tosquelles no campo passando pelas suas experiências antes de sua chegada à França, sua contribuição no movimento institucionalista e desdobramentos para a compreensão da atividade, sobretudo o trabalho, com diversas iniciativas ao longo dos anos de diferentes profissionais que tiveram contato direto e indireto com Tosquelles. Destaca-se para nós, no período de contato estreito com Fanon durante a sua residência, a relação direta de Tosquelles com o marxismo, o surrealismo e trocas com militantes da resistência.

asilares. O Hospital Saint-Alban oportunizou estas experiências na medida que em sua topografia distante dos grandes centros e, especificamente a instituição, ficava num local aberto, em que os camponeses atravessavam para chegar ao comércio da região, assim, rompendo de antemão com a tradição de confinamento sendo um “local de passagem e acolhida” até mesmo para refugiados de guerra, ação feita em apoio de Tosquelles e outros integrantes (Ruiz, 2013, p. 860).

Uma produção que aponta os frutos desta atividade formativa de Fanon e sua troca neste período pode ser encontrada na Coletânea *Alienação e Liberdade*, no artigo “*Indicações da terapêutica de Bini no quadro das terapêuticas institucionais*”, realizada juntamente com Tosquelles e apresentado em julho de 1953 no Congresso de Médicos Alienistas e Neurologistas da França e de Países de Língua Francesa, em Paris. Ao final deste artigo, eles sintetizaram uma lista de sete exigências para a organização hospitalar numa perspectiva institucional, partindo da concepção de que a personalidade do sujeito é dinâmica, e não fixa, destacando a importância da atenção para não reproduzir uma postura médica que tende a reduzir e aniquilar o sujeito enfermo, a ideia era que de que as atividades orientadas para fins terapêuticos poderiam romper com esta tradição alienante (Fanon, 2020a).

Na mesma Coletânea ([1952-1953] 2020a), há numa das seções cinco textos de Fanon no Jornal do Hospital Saint-Alban, intitulado “*Traço de União*”, o jornal, lançado em 1950, era uma das atividades psicoterápicas. Nestes ensaios encontramos uma escrita de tom mais literário, mas não menos preocupada com a técnica e com o desenvolvimento de uma prática atenta ao objetivo de desalienação, tão caro a todos envolvidos. Num dos textos Fanon afirmou: “acima de tudo, porém, um conselho: jamais aceitem que uma paciente se tornou crônica em definitivo. Considerá-la crônica é deixar de dar atenção à atividade psicoterápica” (FANON, [1952-1953] 2020a, p. 267).

Após esta residência tão significativa para Fanon, ele teve uma experiência curta como médico-chefe em um Hospital na França, contudo, suas intervenções baseadas num raciocínio clínico da socioterapia que intensificaram seu estilo desafiador geraram situações que desencadearam seu afastamento imediato. No caso, Fanon autorizou que os internos fossem ao mercado, a intervenção que foi negada pelo diretor-administrativo da instituição eclodiu, no dia seguinte, numa greve dos internos que prestavam serviços de mão de obra no hospital, sendo imediata a ação de dispensar Fanon (Cherki, [2000] 2022).

É com este acúmulo de formação que Fanon assumiu o cargo de diretor-chefe em Blida-Joinville, na Argélia, próximo a capital Argel, onde trabalhou por três anos, com início no final de 1953, sendo o primeiro ano de trabalho, antes da Guerra de Independência da Argélia, e os dois últimos após a ebulição do confronto e já realizando atividades clandestinas como guerrilheiro, nos anos 1955-56. Logo, se faz importante ressaltar que, neste contexto específico, a realidade passava por um processo de transformação radical.

Cabe aqui um enfoque à Argélia da época, Cherki ([2000] 2022) que é psiquiatra e psicanalista argelina judia discorre sobre o contexto histórico-cultural e socioeconômico do país, que pertencia ao domínio francês desde 1830, e que carrega uma complexidade única, como o é principalmente em regiões que passaram por processos colonizatórios. Com mais de cem anos de inserção impositiva e militarizada da França, a população argelina, que tinha numericamente cerca de dez milhões de habitantes na década de 40, tinha como perfil 90% de residentes não europeus. Fanon que já tinha uma bagagem anticolonial se defronta com um ambiente ainda mais multifacetado.

De acordo com Cherki ([2000] 2022, p. 75), o território colonial na Argélia e sua configuração racial podiam ser compreendidas entre europeus, judeus e nativos “ou seja, cristãos, judeus e muçulmanos”. Os primeiros dois grupos, europeus e judeus, eram minoria e com diferenças entre si, porém mais aglutinado no que diz respeito a economia e a política comparado ao terceiro grupo. No livro a autora discorre sobre as diversas características considerando geografia do país, o regime político, as instituições, a cultura, entre outros.

Segundo ela, o racismo era na maior parte da vida cotidiana algo naturalizado e justificado pela suposta hierarquia racial e supremacia branca. Nesta escala, o europeu estava situado no topo e o negro na base, abaixo dos nativos muçulmanos⁴¹. Esta segregação também era gerenciada pelos serviços do Estado como na assistência em saúde, na educação e na segurança. Vale apontar que Blida é a primeira cidade militar na Argélia e, que apesar de aparente aceitação para com as diferentes etnias, o tratamento era designado a partir do pensamento colonial, “a barreira entre os diferentes grupos étnicos surge nesse microcosmo ainda mais nítida

⁴¹ “diz o provérbio ‘os franceses cospem nos espanhóis, que cospem nos italianos, que cospem nos malteses, que cospem nos judeus, que cospem nos árabes, que cospem nos negros’ (Cherki, [2000] 2022, p. 79)

do que na capital” (Cherki, [2000] 2022, p. 96). Dessa maneira, na sociedade colonial opera-se um racismo que é ao mesmo tempo refinado quanto grosseiro.

Um fato histórico significativo anos antes da chegada de Fanon é o massacre de Sétif e Ghelma, iniciado dia 08 de maio de 1945. Dia que marca a vitória da Europa contra a Alemanha nazista em que durante a comemoração a população argelina reivindica sua liberdade, culminando em um massacre com mais de cem argelinos muçulmanos mortos no primeiro dia, desdobrando-se numa série de retaliações nas duas cidades, resultando em mais assassinatos e deixando uma marca que alterou significativamente as relações franco-argelinas⁴².

Em relação a área da saúde na qual Fanon foi alocado, Cherki ([2000] 2022) aponta que desde o início do século XX o país estava recebendo notificações das condições precárias do serviço oferecido a população. Nos anos 30 iniciou-se uma série de reformas para melhoria do sistema de saúde que contou dentre as iniciativas a criação do Hospital Psiquiatra Blida-Joinville, principal referência do país no tratamento de doentes mentais (Cherki, [2000] 2022).

Logo no início do seu trabalho, em 1953, Fanon se depara com novos desafios na execução da perspectiva socioterápica no HPB, ele era o quinto diretor-chefe e chega marcado pela falta de experiência no país e sua passagem por Saint-Alban, com recepção e tratamento ora positiva e ora negativa. Cherki ([2000] 2022) ressalta que havia sobretudo uma curiosidade pelo jovem médico que marcou profundamente a todos⁴³.

Deste modo, podemos compreender que os processos de identidade tinham um aspecto grupal imprescindível e que Fanon teve uma experiência única naquele espaço, sendo ele um negro antilhano, médico formado na Europa, diretor-chefe e preceptor no principal Hospital Psiquiátrico. Na Figura 2, uma fotografia de parte da equipe médica de Fanon, pode-se ver uma considerável diversidade de perfil se considerar gênero e raça/etnia.

⁴² Numa busca simples sobre o fato, muito dos resultados estão em outras línguas, foi acessado em 16/04/2023 o link: https://en.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9tif_and_Guelma_massacre.

⁴³ A exposição da biografia é bastante detalhada e aprofundada, perpassa a história pregressa do hospital e os principais atores no cenário do qual Fanon está inserido, a equipe de chefes-diretor era de maioria metropolitanos, sendo uma mulher; a equipe de enfermagem de maioria muçulmana, assim como os internos, Cherki destaca alguns nomes que se sobressaíram da hegemonia de anonimato e desumanização de um Hospital Psiquiátrico. Por vezes a escritora afirma que havia uma relação estreita dos funcionários com o sindicato havendo uma atenção destes com as condições precárias de trabalho, entendimento que foi se radicalizando junto com a realidade circundante.

Figura 2 – Fanon e sua equipe médica no HPB.



Fonte: Arquivos Frantz Fanon/IMEC

As condições de trabalho no HPB eram significativamente distintas da experiência da residência na França, este reconhecido como um ambiente propício para a socioterapia. Similar aos demais modelos manicomiais o HPB havia muitos internos para poucos profissionais – cerca de 400 internos em cada divisão, num cotidiano desumanizador que espantou Fanon, porém não o assolou. Logo nos primeiros meses sugerindo práticas interventivas a todo Hospital, ele assumiu uma divisão para si, organizada em duas alas: a de mulheres europeias e de homens muçulmanos (Cherki, [2000] 2022; Fanon; Azoulay, [1954] 2020a).

No artigo “*A socioterapia em uma ala de homens muçulmanos: dificuldades metodológicas*”, escrito em 1954 como parte da tese de exercício de Jacques Azoulay – do qual Fanon foi orientador, os autores relatam a experiência de reformular a ala dos homens muçulmanos levando em consideração a dimensão cultural da expressão da enfermidade mental, bem como para o seu tratamento.

Projetada em conjunto com a equipe da divisão coordenada por Fanon, foi sendo aplicada às propostas de atividades socioterápica, como reuniões e festas,

havendo uma atenção para que todos participassem, inclusive a equipe de enfermagem, que inicialmente não compreendia o sentido dessas iniciativas. Os autores discorrem sobre as atividades construídas por vezes com relatos do convívio e sempre articulando com a fundamentação teórica, apontando a intencionalidade de cada intervenção e seu desdobramento. Os resultados não demoraram para aparecer na ala de mulheres europeias que passaram a se engajar com as atividades (Fanon; Azoulay, [1954] 2020a).

O intuito de integrar a trama de uma vida social no espaço institucional, com ênfase nas atividades coletivas, gerava mobilização das enfermas que foram se engajando com as intervenções, amenizando as dores da vida manicomial e aumentando o ritmo de altas. Como afirmam os autores ([1954] 2020a, p. 175): “a instituição, então, se torna forte demais para não alterar a postura da paciente perante o ambiente: ela não é mais capaz de viver sua loucura sem se ocupar daquilo que a cerca”.

Contudo, não foi ocorrendo o mesmo na ala dos homens muçulmanos, primeiramente destacava-se a especificidade da língua na interação, os enfermos falavam árabe e da equipe médica poucos tinham domínio dessa língua, são relatadas sucessivas tentativas de nas reuniões construírem juntos as atividades coletivas, porém o desinteresse era tanto que os encontros foram suspensos. Foi iniciado um acompanhamento em grupos menores à noite com um enfermeiro responsável, mas esta proposta também não foi bem-sucedida (Fanon; Azoulay, [1954] 2020a).

Após meses de tentativas de elencar propostas previamente elaboradas das quais não só não houve engajamento dos internos como também gerou um clima desagradável na instituição, Fanon reconheceu o grande fracasso da sua tentativa de inserir a socioterapia na ala dos homens muçulmanos. Ele e Azoulay ([1954] 2020a) descreveram a rotina hostil e desfavorável que já ocorria e que acirrou, era comum situações características da violenta vida manicomial, como atritos entre internos e enfermeiros, e entre os próprios funcionários.

Com o contraste entre as alas se intensificando, era necessária uma investigação apurada sobre este fracasso e uma reorganização para mais uma tentativa de aplicação da socioterapia:

Hávamos ingenuamente concebido nossa divisão como um todo e tentado adaptar a uma sociedade muçulmana os enquadramentos de uma sociedade ocidental de marcada evolução tecnológica. Tentamos criar instituições e

esquecemos de qualquer iniciativa desse tipo tem de ser precedida de uma investigação tenaz, concreta e real das bases orgânicas da sociedade autóctone⁴⁴ (...) como seria possível uma análise estrutural se colocávamos entre parênteses os contextos geográficos, históricos, culturais e sociais? (Fanon; Azoulay, [1954] 2020a, p. 182).

Para tanto, foi realizado uma análise funcional da sociedade muçulmana. Este empreendimento confrontava valores hegemônicos da ciência médica e tratava-se de uma tarefa complexa considerando a história milenar do país e a mais recente, o colonialismo francês, com fins de dar maior contorno às modificações estruturais que estavam ocorrendo. No texto, contando de forma breve a historicidade do país, fica explícito os impactos do domínio francês e seu caráter impositivo no modo de produzir e reproduzir a vida, sobretudo para os nativos. Os autores relacionam estas informações com os dados de perfil dos internos, como por exemplo, o fato de que a maioria era analfabeta (Fanon; Azoulay, [1954] 2020a).

Ao abordar as explicações possíveis para este mal início, eles resgatam o caráter assimilacionista da psiquiatria calcada numa referência única que desconsidera a cultura, ou que quando leva em conta é num caráter reducionista e estereotipado. Nisto, eles concluem que a investigação concreta da sociedade e suas relações deveriam preceder a criação das instituições⁴⁵. Adiante, também enfatizaram a indissociabilidade entre o biológico, psicológico e sociológico (Fanon; Azoulay, [1954] 2020a, p.183): “com todas as letras, era preciso passar do biológico ao institucional, da existência natural à existência cultural”.

⁴⁴ “autóctone” refere-se a quem é natural de determinada região, ao povo natural do território. A expressão é bastante utilizada por Fanon neste e em demais obras dele que se debruça sobre a população argelina, principalmente aos nativos, atualmente referido como muçulmanos.

⁴⁵ Devido ao nosso recorte temporal e geográfico, não será aprofundado a experiência de Fanon em Tunis, todavia, é válido comentar que houve ainda mais transformações nos espaços de trabalho e consequentemente para toda a vida social, como exemplo a instauração de um Centro-Dia, proposta na qual o interno fica no Hospital durante o dia e a noite dorme em sua casa. Com isso ocorreu ainda mais distanciamento de Fanon com as formulações de Tosquelles. Como pode ser observado neste trecho do artigo “*A internação diurna na psiquiatria: valores e limites (2)*” (Fanon; Geromini, [1959] 2020a, p. 90-91): “A institucional-terapia está certamente longe de ser inútil. Num grande complexo psiquiátrico como Blida (cerca de 1,8 mil pacientes) ou como o Hospital Razi (Túnis), que conta com uma população de 1,3 mil pacientes, a socioterapia luta com eficácia contra a progressiva desagregação da personalidade. A socioterapia em ambiente manicomial é indispensável, pois tem a vantagem de preservar nos pacientes seu aspecto socializado. Ela contribui de maneira ativa para evitar a cronicização, a podridão manicomial e a degradação do paciente. Mas ela raramente cura. Ela reativa os processos delirantes e alucinatórios, provoca novas dramatizações e permite ao médico compreender melhor o que poderia eventualmente “ocorrer lá fora”. No entanto, o caráter inerte dessa pseudossociedade, sua estreita limitação espacial, o número reduzido de elementos móveis e, por que não reconhecer, a experiência vivida da internação-aprisionamento limitam consideravelmente o valor curativo e desalienante da socioterapia. Assim, consideramos atualmente que o verdadeiro ambiente socioterápico é e continuará a ser a sociedade concreta propriamente dita”

Ressaltando que um dos pontos de dificuldades era a comunicação, os autores relataram a necessidade de que o intérprete estivesse alinhado a proposta socioterápica para o atendimento ser estabelecido. Isto porque era comum que os enfermos não tivessem apreço pelo intérprete visto que ele não fazia questão de transmitir de forma literal a mensagem, prejudicando diretamente o atendimento (Fanon; Azoulay, [1954] 2020a). Na análise de Fanon, esta dinâmica poderia fazer com que o intérprete fosse considerado um cúmplice do jugo colonial.

Fanon explicava a importância do trabalho do intérprete, mas de início a equipe não compreendia os desdobramentos desta dificuldade de contato e diálogo que resultava muitas vezes em desconfiança e inibição do enfermo, que apresentava enrijecimento corporal, respostas monossilábicas e até mesmo temor pela sua própria vida diante da autoridade médica (Fanon, [1959] 2020b). Neste ponto é retomado que o fazer médico de formular diagnósticos psiquiátricos é realizado também por meio da linguagem e com tal mediação frágil prejudicava em muito a viabilidade de aderência ao tratamento, citando assim o fenômeno do encontro.

A referência ao fenômeno do encontro entre profissional e enfermo relaciona-se diretamente com sua afirmação de “encontro impossível” utilizada no capítulo *Medicina e Colonialismo* quando retratado o momento da consulta, caracterizado pela relação entre médico e a pessoa que recebe o atendimento (Fanon, [1959] 2020b). Para Fanon, este não encontro se expressa a nível das relações interpessoais e, de forma mais ampla, na desintegração da sociedade na situação colonial. É recorrente em seus escritos a exposição das dificuldades envolvidas, fundamentadas no falseamento e cristalizações da realidade circundante, gerando percepções confusas para todos do território⁴⁶. Diante disso, a realidade aparente não condiz com a complexidade do colonialismo, e o encontro possível seria a partir da luta e organização coletiva.

Assim, após a investigação foi possível compreender que muitas das atividades propostas no início de fato não eram em nada compatíveis com a vivência cotidiana e cultural dos muçulmanos, “se quiséssemos fazer reuniões vespertinas cotidianas,

⁴⁶ Ele também discorre sobre o fenômeno do encontro no contexto americano que foi marcada pelo *apartheid* – segregação explícita entre negros e brancos: “quando um negro americano está diante de um branco, há de imediato estereótipos que intervêm; não é preciso que ele seja “genuíno” com o branco, porque os sistemas de valores não são os mesmos; na base, há uma mentira, que é a mentira da situação. (...) se o negro é dominado, não se pode exigir dele um comportamento humano” (Fanon, [1959-1960] 2020a, p. 285).

seria preciso que nos inspirássemos muito mais na realidade” (Fanon; Azoulay, [1954] 2020a, p. 190). Entre as novas propostas construídas em conjunto com os nativos se destacavam a hora do café mourisco⁴⁷, reuniões periódicas com um “contador” profissional e atividades camponesas, entre outras atividades coletivas comum a região do Magreb. Como eles afirmaram ao final deste empreendimento houve aumento de pacientes muçulmanos aderindo as atividades, melhorando o espaço institucional e o tratamento.

Podemos ver que a lugar étnico-racial dos profissionais ganhava importância neste processo. Fanon negro antilhano e Azoulay argelino judeu, os dois pouco conheciam sobre a cultura muçulmana e de início agiram de modo acultural com os internos, mesmo que estes já estivessem agrupados justamente pela etnia e classificação racial vigente e ordenadora da vida social⁴⁸. Cherki, argelina judia, relata a íntima parceria entre Fanon e Azoulay, assim como a influência do diretor-chefe para a formação do jovem médico Azoulay, como ele mesmo afirmou em uma entrevista realizada em 1998.

Foi com Fanon que Azoulay descobriu não só que havia “uma identidade cultural muçulmana argelina”, mas também que isso tinha importância; que havia uma ligação entre a opressão cultural e os aspectos da psicopatologia. O papel da cultura na patologia foi, de fato, para ele – como para muitos outros – uma descoberta: “Fanon tinha uma estrutura intelectual que lhe permitia apreender um conteúdo que, de outro modo, eu consideraria folclore e que, graças a ele, eu perceberia que não era.” Ora, quando se conheceram, Fanon estava na Argélia fazia dois meses e Azoulay tinha nascido naquele país; os seus avós e bisavós também (Cherki, [2000] 2022, p. 90-91).

Com isso, fica mais perceptível a relação entre os próprios argelinos que, apesar de inserção nos mesmos espaços, poderiam não ter conhecimento de outras etnias de forma verdadeira, o que era sabido por vezes estava pré-concebido em entendimentos atravessados pelo racismo colonial, automaticamente passível de folclorização. Vejamos, Azoulay cresceu, estudou e trabalhou juntamente com demais argelinos, entre eles os muçulmanos, mas até esta experiência com Fanon não lhe era refletido essa organização social do qual ele passaria a atuar como profissional de saúde. Ainda que no artigo de Fanon e Azoulay seja citado certa “ingenuidade” neste não olhar, sabe-se que este *modus operandi* está alinhado a uma concretude

⁴⁷ Prática coletiva secular no Magreb, mais comum nas cidades, se trata de encontro entre homens para beber uma xícara de café e conversar.

⁴⁸ Demarcamos também que esta divisão entre internos também era realizada a partir da diferença de gênero, assim, ocorria um entrelaçamento destes marcadores.

daquela realidade e com a ciência médica da época, a etnopsiquiatria clássica, em particular com a doutrina do primitivismo do qual muitos pesquisadores da Escola de Argel⁴⁹ embasaram sua teoria e prática.

Cherki ([2000] 2022) contextualiza a psiquiatria universitária de Argel, desde o início do século XX, trazendo seu papel importante para a construção da assistência médica da região e o fato de que a instituição era responsável pela formação da maior parte dos médicos formados no país. A princípio Fanon manteve distância deste núcleo, mas com o tempo que vai se apropriando dos distintos espaços do país vai se apropriando cada vez mais dessas múltiplas determinações e tecendo suas posições.

Neste ambiente científico tinha-se por pressuposto a teoria do primitivismo, está fundamentada pela perspectiva biologizante e localizacionista, sendo reiteradas por uma perspectiva clínica: os estudos da etnopsiquiatria. Esta tese com ligação estreita à ordem colonial argumentava que havia uma diferença anatômica-cerebral entre os sujeitos, assim, de forma hierárquica os nativos teriam um desenvolvimento limitado e imaturo, caracterizado pelos impulsos e pouca destreza para a vida social, enquanto os europeus teriam atingido uma maturação cerebral e com as faculdades mentais mais desenvolvidas. Esta dicotomia entre primitivismo e civilização era reafirmada e legitimada por tais estudos, “por essa ótica, ‘esses primitivos não podem nem devem se beneficiar dos progressos da civilização europeia’” (Cherki, [2000] 2022, p. 106).

Fanon já havia observado e percorrido no seu artigo “*Síndrome do norte africano*” publicado em 1952, sobre o racismo que permeava a prática médica e o atendimento negligente do profissional para com o enfermo norte-africano, esta percepção se confirmava no seu cotidiano profissional no HPB. Era comum ele assistir episódios de atendimentos no qual os diagnósticos estavam atravessados por estereótipos do colonizado e, por consequência, prescrições que não cooperavam para um acompanhamento contínuo, havendo muitas notificações de evasão nos serviços (Fanon, [1959] 2020b).

Em *Medicina e Colonialismo*, Fanon traz alguns relatos de falas da equipe e dos enfermos, o discurso diagnóstico referia a dor do atendido como difusa assim “como nos animais”. Junto a isso, traz a regra de ação da equipe: “Não se pratica medicina, mas a arte dos veterinários” (Fanon, [1959] 2020b, p. 14). Em síntese, ele

⁴⁹ Como era conhecido o Departamento de Psiquiatria da Universidade de Argel (Cherki, [2000] 2022).

retratou a incidência de consultas no qual a avaliação do médico era a de uma animalização do colonizado, muito atrelado a doutrina do primitivismo.

Na linha deste raciocínio Fanon argumentou que o médico, ainda que fosse autóctone, representaria o europeizado, ocidentalizado, trazendo consigo a imagem de avanço e de inserção ao universo racional, “mais uma vez, o mundo colonial se manifesta em toda a complexidade e multiplicidade de suas facetas. Surge continuamente a oposição de mundos que se excluem, a interação contraditória de diferentes técnicas, o confronto veemente de valores” (Fanon, [1959] 2020b, p. 20). No artigo intitulado “*A vida cotidiana nos douars*”, sobre a percepção de doença mental no seio de determinada cultura, Fanon e Azoulay (2020a [1954 ou 1955], p. 208) afirmam:

Desses dados se depreende uma noção importante: certas condutas, certas reações podem nos parecer “primitivas”, mas isso não passa de um juízo de valor, discutível e apoiado em caracteres mal definidos, que nos impede de progredir no conhecimento do homem muçulmano argelino. Na realidade, é preciso dizer que essas crenças, condutas ou reações não nos devem surpreender, pois não são sinal de algo normal, fortuito ou paradoxal, como seria o caso se as encontrássemos em meio a populações do continente europeu, por exemplo.

Portanto, a partir desta compreensão, a aparência que distingue os conhecimentos tradicionais e a tecnologia médica precisavam ser mais bem examinadas. A primeira, era exercida pela comunidade de acordo com valores culturais vigentes antes da colonização francesa, e o conhecimento técnico, foi introduzido junto com a violência colonial, por uma sociedade dominante e dominadora, advindo então de um outro, um estrangeiro, que buscou instituir a ciência dominante – a médica, assim como foi em outras instituições, como a educação e a segurança – em cima da sociedade dominada. Como escreveu Fanon ([1959] 2020b, p. 33) “a ciência a serviço do homem, é, em sua maioria, inexistente nas colônias”.

Se faz importante apontarmos que a posição de Fanon não era de rejeição à inserção dos conhecimentos técnicos em privilégio da manutenção dos cuidados tradicionais, mas de destacar a complexidade desta transformação e das características da formação social em uma sociedade colonizada. Logo, o movimento não é recusar a ciência médica por ela mesma, nem nenhum outro produto do conhecimento historicamente acumulado, mas de recusar as condições de acesso

permeadas pela violência colonial, este processo que visa a manutenção político-econômica frente aos mais abastados⁵⁰.

No texto “*Considerações etnopsiquiátricas*”, publicado em 1955 no Dossiê da Revista *Consciences Maghribines*, Fanon apresenta suas reflexões e opiniões sobre as produções de pesquisadores da etnopsiquiatria clássica da época, com estudos e atuação no continente africano, apontando de forma crítica o caráter ideológico da doutrina do primitivismo, seguindo a noção de um evolucionismo social unilinear. Ele aponta que alguns destes pesquisadores ocuparam cadeiras importantes em universidades, como foi o caso de John Carothers que chegou a ser convidado a participar da Organização Mundial de Saúde devido seus estudos de cunho racista (Fanon, [1955] 2020a).

Neste artigo de Fanon foram citados relatórios de pesquisas que buscavam investigar especificidades dos povos – de diversos países e culturas do continente africano – a partir da prática psiquiátrica. Dentre os resultados, foram atribuídas descrições dos autóctones enquanto primitivos, indolentes, débeis, entre outros estereótipos, justificados por uma base neurofisiológica, desconsiderando-se aspectos sociais e a história de dominação colonial, ganhando assim raiz científica⁵¹. Após essa afirmação, ele traz as seguintes elaborações: a de não haver uma psiquiatria autóctone; a psicoterapia – o atendimento entre médico e enfermo – ser atravessada pela falta de linguagem visto que não falam a mesma língua; e por último, a aplicação de avaliação que em nada considera a cultura local (Fanon, [1955] 2020a).

Nesta crítica contundente ele expõe o quanto esta etnopsiquiatria clássica carregava seu caráter colonial, denunciando a falácia da imparcialidade nas ciências médicas. Apontando o quanto esta disciplina serve de instrumento na prática da

⁵⁰ Em “*Curso de Psicopatologia Social*”, oferecido em 1959-60, Fanon traz em momentos diferentes dois produtos tecnológicos que cumprem função de sobreposição de um sujeito ao outro: a chave no ambiente hospitalar que permite maior refinamento do confinamento dos internos e o sistema de relógio de ponto que reformulou toda a dinâmica de capital trabalho, neste segundo ele discorre sobre os impactos psicopatológicos para os trabalhadores com a inserção impositiva deste instrumento de cálculo de tempo. Movimento similar, com recorte contemporâneo e brasileiro, pode ser visto numa produção artística, na letra da música “Corra” do rapper Djonga, de 2018: “Éramos milhões, até que vieram vilões/ O ataque nosso não bastou/ Fui de bastão, eles tinham a pólvora/ Vi meu povo se apavora”, neste caso referencia-se a tecnologia bélica e seu impacto para todo o processo de imposição colonial.

⁵¹ “Esse racismo, que as pessoas que vivem no Magreb tão bem conhecem, por serem ou suas vítimas ou testemunhas mudas, ou então partícipes, se insinua até mesmo nos espíritos considerados “científicos”. A mera justaposição de textos ou de publicações médicas a respeito da psiquiatria dos norte-africanos representa um dos atalhos percorridos pelo racismo com pretensão científica” (FANON, [1955] 2022a, p. 232).

violência da dominação colonial e o quanto estas concepções homogeniza o africano à medida que o desumaniza. A partir disto ele afirma a necessidade de criar-se meios de reformulação de uma etnopsiquiatria que de fato investigue as especificidades do sujeito.

Nos três anos que Fanon viveu na Argélia inicialmente teve mais contato com as comunidades europeias e judaicas, mas logo nos primeiros meses foi se direcionando a conhecer as comunidades muçulmanas, participando de suas práticas culturais sempre que podia (Cherki, [2000] 2022). Com sua posição anticolonial e a sua postura de aproximação Fanon vai se tornando cada vez mais conhecido no país, também por isso ele passou a ser cotado como um aliado a FNL⁵² sendo convidado a organização no segundo ano da Guerra, em 1955. Cherki ([2000] 2022, p. 125) relata que os combatentes necessitavam de atendimento de saúde com um profissional de confiança:

Não é o pensador, mas o médico que está sendo solicitado, médico cujas posições anticolonialistas haviam se tornado públicas e que, acima de tudo, está em condições de dar suporte prático e material aos combatentes. Levar esse suporte sanitário e médico a diversos locais da Argélia era um dos desafios urgentes da FNL.

Fanon prontamente aceitou a missão e em pouco tempo foi ampliando sua atuação para além da prática profissional. Na Figura 3 um retrato de uma rua da Argélia durante a Guerra da Libertação, no muro está escrito: “Um só herói: o povo”.

Figura 3 – Fotografia tirada na Argélia.

⁵² *Front de Libération Nationale*. Como o próprio nome sugere, a FNL se trata de um agrupamento revolucionário de diferentes organizações existentes, se tornando um instrumento político de unidade de todas as forças. A aparição pública iniciou-se nas ações militares conhecida como Insurreição, em 1º de novembro de 1954.



Fonte: MST⁵³

Em 1956 com o acirramento bélico do conflito a realidade circundante vai se transformando de forma mais drástica, numa escala alarmante e cotidiana de repressão dentro da Argélia. Os serviços de saúde que cobriam comunidades muçulmanas passaram a ser desativados, o objetivo era isolar estas regiões e afastá-las do centro de Argel para reduzir o número de atentados. Este abandono estatal agravou os índices de doenças, principalmente as infectocontagiosas, que já estavam em níveis elevados, diante da precariedade das condições de vida e moradia, como também das dificuldades em aplicar medidas de higiene e profilaxia, uma resistência à técnica médica mencionada anteriormente (Fanon, [1959] 2020b).

Em “*Medicina e Colonialismo*” ([1959] 2020b), Fanon relata como os nativos, juntamente com a FNL, organizaram-se para dar conta das mazelas de seu povo. Tunísia e Marrocos, duas ex-colônias que alcançaram suas independências em 1956, apoiaram com o fornecimento de medicação e, junto a isso, houve um aumento de nativos que se aliaram à guerrilha. Assim, foi construída uma organização de acompanhamento à saúde, por células territoriais, no qual um autóctone trabalhador técnico de saúde e um integrante da FNL ficavam responsáveis por cada célula, uma reestruturação feita pelas comunidades para manter o serviço de saúde.

⁵³ A matéria em que foi retirada a imagem pode ser acessada pelo link: <https://mst.org.br/2021/11/01/a-fnla-e-a-independencia-da-argelia/>

Neste processo houve uma maior introdução da tecnologia médica e educação sanitária na vida cotidiana de determinadas regiões do país e engajamento, por vias coletivas. Fanon exemplifica citando a ampliação de latrinas nos espaços comunitários enquanto um importante aparato de guerra e um zelo pela saúde do povo, proteção à vida das mulheres, filhos e combatentes (Fanon, [1959] 2020b).

O intelectual martinicano expõe como esta mudança de realidade modificou a relação entre nativos com o cuidado em saúde, o que antes na dinâmica impositiva da situação colonial, era vista como uma forma de tortura, modificou-se para cuidado, proteção e segurança. À medida que se avançava esta mobilização contra a morte, as ações realizadas em conjunto com os médicos autóctones contribuíram para uma “reintegração” destes nos seus grupos, visto que antes havia certa desconfiança devido o lugar ambíguo e difícil, como relatado:

O médico autóctone sente-se psicologicamente obrigado a enfatizar fortemente sua recente entrada em um universo racional; daí a tendência aberta a se desviar das práticas básicas de seu povo. Há uma ambivalência por parte do colonizado em relação ao médico autóctone, assim como por parte do médico autóctone em relação a certas características de sua cultura, o que dificulta o encontro entre o médico e o doente (Fanon, [1959] 2020b, p. 21).

É citada a redução de doenças tropicais devido à introdução de novas relações, fundamentadas na negação do sistema colonial:

A partir do momento em que o corpo da Nação começa sua vida de forma coerente e dinâmica, tudo é possível (...) o povo que toma seu destino em suas próprias mãos assimila formas de técnica a uma velocidade incrível (Fanon, [1959] 2020b, p. 39).

Neste último ano de Fanon em Argélia, em 1956, ele participou do Primeiro Congresso dos Escritores e Artistas Negros⁵⁴, em Paris. Quando retorna em outubro se depara com um cenário ainda mais delicado, com aumento de ataques dos franceses a população argelina, inclusive no HPB que há meses estava sendo vigiado, Fanon e outros profissionais que realizavam práticas clandestinas estavam sob grande risco. Ao final do ano diante de tantos dilemas Fanon redige sua carta de demissão.

⁵⁴ Realizado em Sorbonne, em setembro de 1956, Fanon apresenta seu texto “*Racismo e Cultura*”, o evento é marcado pela presença de intelectuais anticolonialista, O tema central do Congresso foi: a luta contra a colonização e o racismo sofrido pelos negros em todo o mundo. A obra referida será discutida em outra seção.

Como resposta à carta Fanon foi expulso do país no mês seguinte, janeiro de 1957, com isso ele se direcionou para Paris e meses depois exilou-se na Tunísia e lá exerceu outras atividades no âmbito da docência, psiquiatria e atividades revolucionárias⁵⁵, percorrendo regiões da Europa e do continente africano (Faustino, 2018a). A atividade docente, especialmente no Institut des Hautes Études de Túnis, pode ser vista no excerto “O curso de Psicopatologia Social”⁵⁶ (1959-1960), já mencionado aqui.

Uma máxima para Fanon era a de que o enfermo era hábil para a percepção do seu ambiente, e que, apesar das especificidades de cada caso, não havia razão que justificasse uma desistência de contato e tratamento. Ele discordava de alguns setores da antipsiquiatria que negavam a loucura, e entendia a mesma como uma desorientação ou alienação, sendo intensamente tocado e comprometido com o fazer profissional, numa relação direta entre psiquiatria e política (Cherki, [2000] 2022). Como apontam Da Costa e Mendes (2021, p. 76):

A crítica de Fanon ao manicômio é, antes de tudo, a crítica ao caráter coercitivo, aprisionante da sociedade, materializado na instituição e suas práticas. A estrutura coercitiva e punitiva da sociedade se desvela na “estrutura punitiva do serviço clínico” (FANON; AZOULAY, 2020/1954, p. 181) e na função que este cumpre, devendo ser entendido enquanto a materialização de necessidades societárias. Na sua carta de demissão do hospital psiquiátrico de Blida, enviada ao governador-geral da Argélia, Fanon (2020/1956, 62), diz: “A função de uma estrutura social é edificar instituições atravessadas pela preocupação pelo homem. Uma sociedade que encurrala os seus membros em soluções desesperadas é uma sociedade inviável, uma sociedade a substituir (...) Ademais, o manicômio passa a ser um mecanismo de sofisticação da violência colonial, ao impô-la sob a forma de assistência, tratamento e cuidado, contribuindo para que a colonização se mostre na aparência de maneira mais pacífica ou, mesmo, não se mostre, se esconda.”

A dedicação de Fanon foi confirmada por muitos à sua volta e um consenso dos estudiosos que se debruçam no autor, Cherki ([2000] 2022) discorre sobre as muitas iniciativas criadas nestes três anos na Argélia, principalmente a que diz

⁵⁵ Na sua vivência enquanto revolucionário Fanon foi inserido na rede intelectual argelina durante a Guerra e produziu diversos textos, muitos podem ser acessados na Coletânea “*Escritos Políticos*”, lançado no Brasil em 2021 que concentra textos publicados no jornal *El Moudjahid* – veículo de propagando revolucionária da FNL.

⁵⁶ O texto é uma sistematização das anotações da então aluna Lilian Ben Salem, no curso voltado para alunos matriculados no programa dos bacharelados em sociologia e psicologia, na diplomação da psicologia social, mas não só, também ex-alunos, sociedade civil e visitantes. Lilian na introdução do texto relata tanto como eram as aulas de Fanon como situa o contexto histórico-cultural da Tunísia naquele período. É ao ler esta outra produção que diz respeito ao mesmo período – os três anos na Argélia como diretor-chefe, fica mais elucidado o quanto suas formulações teóricas advêm de uma prática.

respeito à formação. Foram realizados diferentes encontros de estudos, debates extensos, trabalhos de tradução para ampliar o acesso a pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, confecção de pesquisas – algumas examinadas aqui – um exemplo notável foi a construção de uma escola de enfermagem. Como Cherki relata:

Esse duplo movimento, em que as atividades psiquiátrica e política são entrelaçadas, prossegue até ao final de 1956. Era algo inscrito em nosso cotidiano. Numa visão retrospectiva, é surpreendente que tenhamos conseguido manter a conexão entre essas duas atividades. Com efeito, seria um equívoco pensar que elas eram simplesmente justapostas de modo cumulativo, concebidas paralelamente uma à outra e unidas por meios abstratos. Pelo contrário, estavam estreitamente interligadas, imbricando-se numa relação recíproca de mutualidade. (...) Política e psiquiatria cruzavam-se diariamente, não de forma abstrata e teórica, mas de forma concreta e implicando muitos riscos (Cherki, [2000] 2022, p. 130-131).

Assim, compreendemos que mergulhado nesta experiência teórico-prática, Fanon vai ao encontro da necessidade de apreender o cotidiano do povo autóctone, ele não apenas descrevia a realidade, mas buscava explicá-la, exercício de modificação, contribuindo imensamente para a lógica antimanicomial daquele território. Outro ponto de destaque é que Fanon também era responsável pelas avaliações de internos que tinham notificações de sanção penal que entrelaçava a loucura e ação criminal, com isso, apoiado na sua formação de psiquiatria forense e crítico a teorias racistas da época, também foram realizadas elaborações teóricas sobre este tema⁵⁷ (Fanon, 2020a).

Destaca-se aqui seus avanços teóricos, sobretudo a respeito da sociogênese. É pela investigação das múltiplas determinações que permeavam o país argelino que se complexificou aquela realidade, na qual ele ocupava lugar de profissional de saúde e se engajou na luta anticolonial. Nisso, foram produzidas elaborações contundentes sobre os processos de subjetivação das pessoas colonizadas, apontando o movimento de formação social do colonialismo com sua dinâmica econômica-social, analisando o movimento de subalternidade e assujeitamento por meio da racialização.

Nossa próxima tarefa é explicitar a categoria de sociogenia de Fanon enquanto uma chave teórico-metodológica e o alinhamento com a proposta de abordagem da situação colonial formulada por Georges Balandier. Atrelado a isso, buscamos destrinchar os três níveis de análise de Fanon sobre o colonialismo apresentadas por

⁵⁷ Para saber mais sobre ver: “*Condutas confessionais na África do Norte (1)*” e “*Condutas confessionais na África do Norte (2)*” dois artigos de 1955 que podem ser encontrados na Coletânea (Fanon, 2020a).

Deivison Faustino (2018b) no artigo “*Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo*”.

1.4. Categoria sociogenia e o estabelecimento da “socio”

De acordo com o que foi exposto anteriormente, fica claro o rigor da investigação fanoniana. Como próprio Fanon afirmou no início de “*Medicina e Colonialismo*” (Fanon, [1959] 2020b, p. 11) acerca da complexidade de um percurso analítico sobre o fenômeno da alienação colonial: “é preciso, com paciência e lucidez, analisar cada uma das reações do colonizado, e toda vez que não entendemos um fato devemos repetir que estamos diante de um drama mais profundo, o do encontro impossível na situação colonial”.

Entendemos que o termo “situação colonial” tem relação direta com a abordagem teórica formulada pelo cientista social francês Georges Balandier⁵⁸ (1920-2016) com o mesmo nome. Esta nossa observação começou durante a leitura instrumental de “*Medicina e Colonialismo*” no qual nos chamou atenção o uso recorrente da expressão e a forma no qual era operacionalizada⁵⁹, depois na biografia feita por Faustino (2018a) em que foi citado que o termo “situação colonial” foi formulado por Georges Balandier da qual Fanon teve acesso ainda na graduação, e por último na leitura do artigo de Guimarães (2008) que traz a formulação de Ortiz de que dentre as fontes do intelectual estava este docente francês.

Em PNMB o termo aparece já expresso no eixo principal de Fanon “nosso objetivo é bem diverso: o que queremos é ajudar o negro a se libertar do arsenal complexual que brotou do seio da situação colonial” (Fanon, [1952] 2020c, p. 45). Nesta obra é referenciado Balandier, contudo é incipiente a articulação quando

⁵⁸ Cientista social francês, seu trabalho inicial sobre a cidade congoleza de Brazzaville e a “situação colonial”, em particular a obra “*Sociologie actuelle de l’Afrique Noire*” (1955), rompeu com a tradição antropológica vigente da época. Ele desafiou as escolas de pensamento culturalista, formalista e materialista que se desenvolveram após a Segunda Guerra Mundial que se concentraram no folclore e nos mitos, para ele era necessário lidar com a mudança cultural conectando com as estruturas sociais. Assim, distinguia-se das demais escolas, como o estruturalismo, o marxismo, e uma grande parte da antropologia britânica e norte-americana.

⁵⁹ Em única menção de Balandier na biografia de Cherki ([2000] 2022, p. 212) ela afirma “Nem em O Ano v da Revolução Argelina, nem na sua comunicação em Roma, Fanon citará Balandier, mas suas ideias são convergentes (...) partilham igualmente da opinião de que a política colonial se compraz em etnicizar as culturas a fim de promover a oposição e divisão entre elas”.

comparamos com a produção de sete anos depois⁶⁰ o capítulo “*Medicina e Colonialismo*” ([1959] 2020b).

Acessando a tradução do artigo de Balandier “A situação colonial: abordagem teórica”, publicado em 1951, podemos identificar muita influência do cientista social nas obras de Fanon. Portanto, pretendemos apresentar aqui as relações que encontramos de um alinhamento de Fanon à proposta da abordagem teórica de Balandier para a compreensão sobre a sociedade argelina dos anos 50 bem como a sua atenção para aquela realidade em transformação. Também pretendemos articular com a formulação de Faustino (2018b) sobre os níveis de análise do colonialismo exposto no seu artigo “*Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo*”.

O artigo de Balandier foi publicado numa revista científica sediada em Paris e é direcionado para pesquisadores que investigam os processos de colonização e sociedades colonizadas, especialmente das ciências sociais (antropologia e sociologia). Num aprofundado levantamento de trabalhos publicados em diversas áreas, de maioria europeus, ele aponta as lacunas que obstruem uma compreensão das condições concretas da história colonial mais recente – para a época, isto porque muitos estudos ignoravam especificidades dos aspectos sociais, que estavam atreladas a história mais recente da colonização advinda da expansão europeia (Balandier, [1951] 2014).

Nesse sentido, Balandier faz a proposta de uma abordagem teórica que desse conta da totalidade do conjunto de condições específicas e gerais de uma determinada sociedade colonizada. O termo em si “situação colonial” não é cunhado por Balandier, o que ele propõe é uma definição teórico-metodológica para que esta possa ser operacionalizada dentro de um compromisso diante da complexidade do fenômeno, de um “complexo” como ele denomina. Para o autor a situação colonial refere-se inicialmente como um fato histórico e de forma mais evidente na sua condição geral: “a dominação imposta por uma minoria estrangeira, racialmente (ou etnicamente) e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (ou

⁶⁰ Apesar dessa nossa visão é evidente que em PNMB Fanon conhecia os possíveis erros de negligenciar ou mesmo secundarizar os aspectos histórico-sociais para uma análise psicopatológica, como afirma na crítica a Mannoni: “O que pedíamos a Mannoni era que nos explicasse a situação colonial. Isso, curiosamente, ele esquece de fazer.” (Fanon, [1952] 2020c, p. 109).

étnica) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior” (Balandier, [1951] 2014, p. 53).

Assim, seria a partir dos estudos de historiadores que ocorreria o acesso a uma série de referências sobre a expansão colonial europeia, seu movimento de inserção bélica em uma determinada região e a imposição de uma nação colonial. Ele aponta que este processo é legitimado por meio de um “sistema de pseudo justificativas” ([1951] 2014, p. 50) como ideias de pacificação, “missão civilizatória”, melhoria dos países, imperialismo colonial (como parte do imperialismo econômico), entre outras alegações que ocultam a principal motivação, uma “exploração pura e simples” (p. 37). Como afirma: “encontramos, aqui, o domínio das ideologias várias vezes evocadas: esta perversão da história atinge a memória coletiva que reage por repercussão” (Balandier, [1951] 2014, p. 45).

Na primeira obra de Fanon, PNMB, ele expõe um raciocínio similar:

Quando um outro insiste em me provar que os negros são tão inteligentes quanto os brancos, digo: tampouco a inteligência nunca salvou ninguém, e isso é verdade, pois, se é em nome da inteligência e da filosofia que se proclama a igualdade dos homens, é também em nome delas que se decide pelo extermínio desses mesmos homens (Fanon, [1952] 2020c, p. 43).

Deste modo, as “pseudo justificativas” aparentada com intenções humanitárias estariam calcadas na modernidade e na inauguração de quem é humano, delineando esta missão de civilizar o outro, o primitivo. Balandier ([1951] 2014) menciona por vezes a influência de discursos religiosos que incentivaram a evangelização legitimando a expansão europeia sob forma comercial, política e militar. A imposição do Estado colonial desumaniza o colonizado, reorganizando a vida cotidiana e as relações interpessoais e institucionais daquele território, num significativo jogo de dependência econômica e técnica, no qual as reconfigurações visam manter o status dominante da sociedade colonial.

Frente a isso, constatamos a relação direta com o primeiro nível de análise de Faustino (2018b), artigo que faz a defesa de que a sociogênese seria um enquadramento reflexivo entre capitalismo, colonialismo e racismo. Para o pesquisador, o primeiro dos três níveis se caracteriza no destaque que “o racismo e a racialização – implícitos à situação colonial, são partes de um processo maior de dominação: a violenta e desigual expansão das relações capitalistas de produção para o mundo não europeu” (Faustino, 2018b, p. 152). Logo, primeiramente ocorreria a exploração econômica, o que converge com o início de nosso capítulo que é replicado

a formulação de Fanon em PNMB sobre o duplo processo que resulta no complexo de inferioridade se iniciar primeiramente a nível econômico (Fanon, [1952] 2020c).

Conforme Faustino (2018b, p. 153):

Não se trata aqui de afirmar que o racismo é um epifenômeno das contradições de classe e muito menos que este se dissolveria diante de uma solidariedade abstrata entre os proletários do mundo, mas, sim, ao contrário, que o racismo é apropriado, na sociedade moderna, como elemento que torna possível o empreendimento colonial, tão vital, num primeiro momento, à acumulação primitiva de capitais e, num segundo momento, à exportação desigual e combinada das contradições implícitas ao sistema para a sua periferia global.

Esta ressalva também faz Balandier no seu artigo. Ao mesmo tempo em que tece crítica aos pesquisadores culturalistas ele também chama atenção para as análises “estritamente marxistas”, segundo ele, “falta-lhes se referir à economia colonial, à situação colonial, de ter o senso de uma reciprocidade de perspectivas existente entre sociedade colonizada e sociedade colonial.” (Balandier, [1951] 2014, p. 43). Fanon de forma similar faz o destaque em sua última obra “*Os condenados da terra*”: “as análises marxistas devem ser ligeiramente flexibilizadas a cada vez que se aborda o problema colonial” (Fanon, [1961] 2022, p. 36)

É com esta orientação que o intelectual martinicano se orienta no movimento de buscar as determinações historicamente concreta. Como afirma em *Medicina e Colonialismo*:

(...) há o fato de que o colonizado, como todos os homens nos países subdesenvolvidos e os deserdados em todas as regiões do mundo, percebe a vida não como florescimento ou desenvolvimento de uma fertilidade essencial, mas como uma luta permanente contra a morte atmosférica. Que a quase morte se materializa em fome endêmica, desemprego, epidemias, complexo de inferioridade e falta de futuro (Fanon, [1959] 2020b, p. 15).

Assim, a dominação europeia e seu movimento de se sobrepor com um Estado colonial numa forma social radicalmente distinta até então, constrói o que é denominado entre os pesquisadores da época de sociedade heterogênea. De acordo com Balandier ([1951] 2014), antropólogos que se debruçam sobre sociedades colonizadas, desde uma perspectiva culturalista ao polo contrário que seria a perspectiva aplicada, ao utilizarem da categoria da sociedade heterogênea muitas vezes não reconhecem a relação de choque e subordinação de um grupo sobre outro, remetendo apenas há uma pluridiversidade, sem demarcar seus traços específicos. Para ele, somando aos demais estudos de diferentes ciências, se faz necessário

entender que na situação colonial e na construção da sociedade heterogênea inicia-se um movimento de forças de desintegração daquele território, ele destaca a administração, a economia, o judiciário e o “espiritual”. Num certo momento o cientista social ([1951] 2014, p. 48) explica:

a quantidade de aspectos importantes; meios pelos quais este grupo se torna intocável, reduzindo o contato ao mínimo (segregação), dando-se como modelo tudo o que não está de acordo com meios de realizar este modelo (a assimilação apresentada como condição da igualdade, já que sabidamente impossível, ou porque é controlada severamente); ideologias que justificam a posição dominante; meios políticos destinados a manter o desequilíbrio em favor da sociedade colonial (e da metrópole); transferência, mais ou menos dirigida, sobre alguns grupos, de sentimentos provocados pela dominação político-econômica (...) Na exata medida em que a distância entre as civilizações tende a se reduzir, as relações de massas se intensificam, a força não é mais suficiente para manter a dominação e os meios mais indiretos são mais utilizados – o caráter de “mal-entendido” se afirma (...) Estes recursos indiretos utilizam, com máxima frequência, segundo as conjunturas sociais particulares, as relações raciais ou religiosas de tipo conflituoso (...) Resta acrescentar que a sociedade colonial não é perfeitamente homogênea; ela tem suas “facções”, seus “clãs” (...) e suscitam reações muito diversas. Por outro lado, a sociedade colonial é mais ou menos fechada, mais ou menos distante da sociedade colonizada; mas a política de dominação e de prestígio exige que seja fechada e distante: o que não facilita a compreensão e a apreciação mútua e permite (ou impõe) o fácil recurso aos “estereótipos”. Isolada na “colônia”, esta sociedade rompeu, em parte, seus laços metropolitanos.

O termo “sociedade heterogênea” é recorrentemente utilizada por Fanon em *Medicina e Colonialismo*, ao se referir às condições específicas da Argélia sob jugo da colonização francesa. Ele ressalta que os conflitos derivados da imposição colonial são falseados em simples diferenças culturais, ocultando o caráter dominante e dominador, normalizando assim a noção de superioridade de um grupo sob o outro. Para ele a Europa é o continente mais próximo de uma sociedade homogênea (Fanon, [1959] 2020b).

Compreender as especificidades e complexidades desta heterogeneidade vai ao encontro do desvelamento de traços específicos de uma sociedade colonizada e sua meios de dominação, para tanto, é imprescindível compreender o setor administrativo de determinado território colonial. Fanon discorre principalmente sobre a assistência médica pois é o espaço que tinha acesso como profissional de saúde e por isso com mais possibilidade de atuação – sua inserção na FLN ocorre por esta via como já mencionamos, apesar disso, ele afirmou que o mesmo ocorria nos demais serviços administrativos estabelecidos pelo Estado colonial, como a educação e a segurança (Fanon, [1959] 2020b). Já vimos que não havia “natureza humanitária” por

parte da equipe, pois muitos destes profissionais não reconheciam o público muçulmano como um igual e sim como primitivos, suas práticas desumanas era respaldada pelos estudos etnopsiquiátricos.

Em suas elaborações sobre a condição concreta de temor por parte do colonizado da violência do colonizador em situação de enfermidade, afirma que

A morte repentina de argelinos em hospitais, comum em qualquer serviço de saúde, é interpretada como uma decisão homicida e consciente, como resultado das manobras criminosas do médico europeu. A rejeição à internação por parte do argelino expressa essa margem de dúvida sobre a natureza humanitária do médico dominante (Fanon, [1959] 2020b, p. 09).

Com isso, o segundo nível de análise de Fanon sobre o colonialismo apontado por Faustino (2018b) qualifica o olhar sobre este fenômeno, segundo ele é a partir da conformação de posições sociais epidermizadas que são geradas pressuposições de lugares e que as relações sociais ganham seus contornos.

Como exposto anteriormente, no cenário argelino as diferenças racializadas construíam e mantinham fronteiras invisíveis, estas que garantiam oportunidades e barreiras (Cherki, [2000] 2022; Faustino, 2018b). Esta organização social também pode ser observada no país natal de Fanon, a Martinica. Nestes dois países havia diferentes ordenamento sociais que privilegiavam o subgrupo colonizador, referências diretas e indiretas a metrópole francesa e seus cidadãos metropolitanos. Balandier ([1951] 2014) explica como este processo estabelece uma relação antagônica dentro do mesmo território colonizado, entre a sociedade colonial (grupo dominante) e a sociedade colonizada (grupo subjugado), numa perspectiva política, pode-se compreender como uma relação de dominação e de submissão, e na perspectiva econômica como uma relação metrópole-colônia e a relação capital-trabalho.

Assim, podemos entender que na situação colonial ocorre uma divisão de grupos sob base racial, com posições organizadas a partir de uma hierarquia racial, estabelecendo um convívio permeado por tensões ora explícitas e ora veladas. Na biografia de Fanon feita por Cherki tem uma passagem que nos ajuda a visualizar de forma mais apurada este convívio da vida social na Argélia, assim como a dificuldade para uma unidade nacional da sociedade colonizada ([2000] 2022, p. 76):

A palavra “comunidade” não tinha ainda nenhuma ressonância, ao passo que o pertencimento à identidade de origem era tão inquestionável quanto a necessidade de respirar, e a violência dessas regras tácitas era tanto mais arraigada quanto eram evidentes o desejo e a alegria de viver. A segregação era implacável, uma barreira indizível, além de qualquer formulação. E, como

no registro político, privilegiavam-se a cultura e a língua francesas, dominantes e frequentemente excludentes, todas as outras línguas, nomeadamente o árabe e o tamazigue (língua berbere), bem como os referenciais culturais e históricos de noventa por cento da população, eram marginalizados ou mesmos excluídos. Desprezadas, essas culturas eram condenadas à semiclandestinidade ou à aculturação.

Para Balandier ([1951] 2014) este é um dos aspectos que era gravemente ignorado: a importância da racialização para a situação colonial. Segundo ele, para esta identificação à guisa de compreensão dos aspectos sociais de uma determinada realidade é indispensável precisar a posição no panorama da sociedade global, este é o primeiro passo para a confirmação do status de “colônia”. A partir disto, pode-se apreender a classificação racial a nível local, sobre critérios de raça e nacionalidade⁶¹, no qual tem postulado a excelência da raça branca, “mais precisamente, dessa fração – que é a nação colonizadora (a supremacia é dada como fundamento na história e na natureza)” (Balandier, [1951] 2014, p. 47).

Ele vai além e ressalta:

Esta “minoría” ativa, e deformadora, assenta sua dominação sobre uma superioridade material incontestável (ela se impõe à civilizações não-tecnológicas), sobre um estado de direito estabelecido por sua vantagem, sobre um sistema de justificativa de base mais ou menos racial (e, para alguns autores, como R. Maunier, o fato colonial é, primeiro, um “contato” de raças) (Balandier, [1951] 2014, p. 46).

No subcapítulo anterior nós vimos que na Argélia dos anos 50 a divisão racial no âmbito público e formal se dava a partir de três subgrupos – argelinos franceses, argelinos judeus e argelinos muçulmanos, e que os primeiros correspondiam a uma minoria da população enquanto o último era a maioria. Com isso, assumimos que esta organização social corresponde a afirmação de Balandier ([1951] 2014) sobre o uso do termo minoria no sentido sociológico, que se diferencia do significado de volume populacional, pois diz respeito às relações de dominado e dominante.

Balandier ([1951] 2014, p. 45) destacou que cada região tem uma história particular, considerando a relação entre grupos étnicos e o país europeu colonizador, no âmbito da situação colonial, “cujo conhecimento é indispensável a toda análise

⁶¹ “Se evocarmos, de uma maneira bem esquemática, os grupos em contato através da situação colonial, classificando-os a partir da sociedade colonial (grupo dominante) até a sociedade colonizada (grupo subjugado), podemos destacar: a) a sociedade colonial, excluindo os estrangeiros da raça branca; b) os “estrangeiros” da raça branca; c) os “coloured”, conservando-se a expressão inglesa que tem um sentido abrangente; d) a sociedade colonizada, todos aqueles que os anglo-saxões chamam de nativos” (Balandier, [1951] 2014, p. 47). Ao apresentar estes quatro itens mais uma vez é possível ver relação direta com a organização social projetada na Argélia que estava em vigor no início dos anos 50.

sociológica”. Para tanto, seria necessário delinear de forma minuciosa a relação de vantagem e desvantagem dessa materialidade que se consolida numa imposição de superioridade, como foi feito por Fanon sobre a técnica médica, apontado no subcapítulo anterior.

Ainda sobre o segundo nível de análise, relacionamos com o apontamento de Balandier sobre um novo olhar entre os cientistas sociais da época e que nos parece ser um tema no qual Fanon tinha grande atenção: a sociabilidade e suas formas gerais e específicas na situação colonial. Como aponta Balandier ([1951] 2014, p. 54): “parece que certas ‘maneiras de relacionar’, certas ligações sociais subsistem, enquanto as estruturas no seio das quais atuavam são alteradas ou destruídas, novas aparecem em função da situação colonial, das conjunturas sociais criadas por esta”.

Balandier ([1951] 2014) vai chamar a atenção dos pesquisadores que não trabalhavam com o fato de que as modificações das dinâmicas sociais ocorreriam num ritmo muito rápido, uma característica própria da história e que na situação colonial tem a especificidade da luta de forças: o interesse na manutenção do dominador e da resistência do dominado. Para ele, a partir da instauração de uma sociedade colonizada, uma série de rearranjos passam a condicionar a própria realidade em movimento, possibilitando que novos reagrupamentos surjam de forma constante.

Com isso, mais uma vez ele afirma a importância de se considerar os dados históricos e a relação entre aspectos internos e externos de uma sociedade colonizada, como o movimento de Lutas da Independência que estavam se avolumando naquele período, do qual ele comenta: “certos movimentos recentes dos povos colonizados se explicam como uma reação a tal estado das coisas, como a manifestação de uma vontade de unificação” (Balandier, [1951] 2014, p. 44).

Ainda que tenha ampliado seus conhecimentos para demais ciências, como é o caso que expomos aqui das ciências sociais Fanon vai manter sua investigação sobre os impactos subjetivos nos indivíduos, que para ele ocorrem por meio da interiorização da racialização. Justamente por esta máxima seria tão necessário conhecer dimensões da realidade concreta que confecciona as categorias raciais e as impõe como verdade absoluta. Este movimento se deu desde o início da sua formação enquanto profissional de saúde e perdura ao longo de sua breve vida adulta.

Assim, aliado aos dois níveis, o terceiro nível apresentando por Faustino (2018b) sobre a análise do colonialismo de Fanon daria ênfase ao processo complexo e contraditório de interiorização subjetiva da situação colonial por parte do colonizado,

como também pelo colonizador, ocasionando uma “autoimagem distorcida”, um olhar deturpado sobre o outro, derivado do falseamento da própria realidade.

Partindo disso, a interiorização subjetiva da racialização atua como marcadora das experiências dos sujeitos (Faustino, 2018b), desde a relação com o mundo como consigo mesmo. São dois aspectos da racialização que são destacados, o primeiro é denominado epidermização, que corresponde ao caráter determinante desta marca/posição do sujeito ao longo de sua vida, tanto para oportunidade quanto para barreiras dentro das colônias. Como Faustino (2018b, p. 154) pontua "tanto a pretensa europeização da razão ou do sujeito, quanto a objetificação reificada do negro – ou não branco/ocidental/europeu –, são expressões deste mesmo processo de racialização".

O segundo aspecto desta racialização é, de acordo com Faustino (2018b, p. 154), “o momento em que os indivíduos deixam de se reconhecer mutuamente como reciprocamente humanos para ver a si e ao outro por meio da lente distorcida do colonialismo”. É conhecido o desenvolvimento teórico de Fanon em PNMB (2020c) sobre o complexo de inferioridade do negro e o do complexo de superioridade do branco⁶². Nesta presente pesquisa, podemos complexificar ainda mais esta análise. Com a investigação sociológica de Fanon sobre a Argélia colonizada da época e o caráter econômico e administrativo do colonialismo, mais especificamente na assistência em saúde, ele vai afirmar que o médico europeu – branco – é parte da cadeia colonialista (Fanon, [1959] 2020b).

No período de Fanon na Argélia ele notou que a situação colonial possibilitava diversas oportunidades ao médico europeu, primeiro porque este é prioritariamente da classe dominante, um latifundiário e/ou industrial, com interesses principais como colonizador e, por conseguinte, na manutenção do Estado colonial. Como enfatiza Fanon ([1959] 2020b, p. 24): “por não depender de sua clientela, e por obter enorme renda de suas propriedades, o médico assume um conceito particular de moralidade profissional e prática médica.”

⁶² No primeiro capítulo de PNMB Fanon traz a seguinte situação que experienciou para ilustrar sua arguição sobre o fenômeno da linguagem e sua relação com a alienação colonial: "Como caso extremo, relato um fato que é no mínimo cômico: recentemente, conversei com um martinicano que me contou, indignado, que alguns guadalupenses se faziam passar por gente nossa. Mas, acrescentou, logo se percebe o erro, eles são mais selvagens que nós; que fique claro: eles estão mais distantes do branco" (Fanon, [1952] 2020c, p. 41), percebe-se que apesar de se tratar de dois países no Caribe havia movimento de hierarquização racial e a tendência a buscar e destacar suposta superioridade em relação a um Outro.

No contexto de guerra, essa dimensão objetiva intensifica-se de tal forma que estes profissionais nos seus locais de trabalho também exercem práticas milicianas. No capítulo “*Medicina e Colonialismo*” ([1959] 2020b), ao falar sobre a atuação dos médicos europeus, Fanon traz diversos relatos de práticas criminosas por parte destes, ao longo do conflito armado que foi se acirrando.

Dentre as ações criminosas, há torturas e delações tais como: o uso de uma substância química denominada “soro da verdade”; intervenções com tônicos cardíacos e vitaminas antes, durante e depois das sessões de tortura, para manter o prisioneiro vivo; aplicação de choques elétricos nos acusados para interrogação na fase de confusão (Fanon, [1959] 2020b). Vale ressaltar que tais atitudes dizem respeito a toda uma organização do Estado Colonial para administrar e agir durante a rebelião, para então serem executadas por pessoas em seus papéis profissionais, logo, se tratava fundamentalmente de uma reestruturação administrativa dos serviços com teor mais bélico até então.

Como exemplo, Fanon conta que os farmacêuticos só podiam dispensar determinados insumos com prescrição médica, sob fiscalização de policiais à paisana. De forma concisa, o autor destaca ([1959] 2020b, p. 30):

O médico intervém dez vezes, e dez vezes entrega o prisioneiro ao carrasco (...) Quando, felizmente, esses homens são liberados porque, apesar dessa barbárie, o médico não obteve nenhuma informação, tudo o que resta é uma personalidade destruída.

Em outro momento da obra, Fanon traz de forma breve sua experiência na II Guerra Mundial como soldado francês, apontando que os políticos argelinos conhecem as leis de guerra e decidem não as cumprir, devido ao interesse na manutenção da dominação colonial e suas benesses (Fanon, [1959] 2020b).

Deste modo, em consonância com a síntese do fio condutor sociogênico, ressaltamos um trecho de Fanon em sua última obra, “*Os condenados da Terra*”: “Nas colônias, a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: a pessoa é rica porque é branca, é branca porque é rica” (Fanon, [1961] 2022, p. 36).

Ao falar sobre a relação entre Estado e trabalhador colonizado, Fanon afirma a diferença da metrópole em países colonizados em que existe, acima de tudo, a violência da dominação colonial. Segundo o autor (Fanon, [1959-1960] 2020a, p. 288):

“o colonizado só pode pensar em luta priorizando a contestação radical da dominação do seu país por outro”. Como Faustino (2018b, p. 152) afirma:

O mundo colonial é um mundo congenitamente cindido, e a separação entre os polos é mantida pela força das armas (FANON, 2010). Diferentemente do que ocorre na metrópole, onde a exploração econômica dos trabalhadores é mascarada pelas pretensas ideias de unidade nacional, superioridade racial ou até mesmo democracia, nas colônias a dominação não pode ser disfarçada e se expressa de maneira irrestrita, inviabilizando qualquer movimento político que se aproxime da sociedade civil. Diante da situação colonial a violência dispensa a necessidade de legitimação, já que o Outro – que não é mais visto nem tratado como extensão do meu eu, apenas um outro coisificado e “inessencial”.

Para ele, assim como havia necessidade de urbanização e de soluções para as doenças infectocontagiosas na Argélia, também era preciso o reconhecimento do nativo da dominação colonial e seus alçozes. Apenas ao ser realizada a sua extirpação, tornar-se-ia possível vislumbrar a liberdade e a humanização radical (Fanon, [1959] 2020b; Faustino, 2018b). No capítulo anterior discorremos sobre a participação de Fanon na FNL que se inicia com apoio a assistência em saúde, transformando significativamente a relação daquele povo com a tecnologia médica e contribuindo para uma unidade entre os povos.

Ante o exposto, defendemos que, para Fanon, o colonialismo é uma condição histórico-social, a materialidade que aparece na concretude dos sujeitos, a partir da racialização e do racismo, divergindo assim de uma concepção de que a violência racial diz respeito a uma visão de mundo ou uma má intenção de uma pessoa sobre a outra. Portanto, o racismo é processo e produto que parte da imposição de condições conformadas em representações racializadas, sustentadas no antagonismo entre colonizador e colonizado (Faustino, 2018b), na dialética vivida cotidianamente principalmente nos espaços coloniais.

Percebemos que a interpretação do colonizador sobre a aparência do nativo vem com estereótipos próprios do racismo e da violência colonial, caracterizando-os enquanto preguiçosos, entre outros adjetivos de inferioridade e desqualificação. Uma leitura própria de uma sociedade heterogênea com interesses econômicos distintos.

As obras de Fanon mostram o engajamento na construção de abordagens humanísticas e métodos psicoterapêuticos emancipatórios que visam a libertação, tendo como horizonte a alteração da realidade manicomial que está para além das instituições, mas na própria fundação da organização social. A análise sociológica do

contexto mais amplo requalificou a visão sobre as formas específicas e gerais de sofrimento: a violência colonial e a dominação racial.

Frantz Fanon é um autor que se destaca dentre demais intelectuais do século XX devido ao seu caráter anticolonial e suas produções que perpassam o campo da saúde, sociologia, teoria política, filosofia etc. Seus escritos alcançaram cada vez mais outros contextos, naquela época e nas décadas que se sucederam (Faustino, 2020a). Como Da Costa e Mendes (2021, p. 79) afirmam:

A despeito das particularidades do momento e contexto vividos por Fanon, acreditamos que suas críticas, no grosso, mostram-se pertinentes, mesmo que careçam de atualizações que acompanhem o próprio movimento do real; conforme o próprio apregoou, as particularidades contextuais que fundamentam e orientam as ações que sobre ela recaem. Por exemplo, a permanência do mandato social de controle, disciplinamento da psiquiatria e demais áreas do campo psi, orientado à continuidade do desenvolvimento capitalista em nossa particularidade, de gênese e constituição colonial e estruturada no/pelo racismo.

Neste primeiro capítulo nos propusemos a dissertar com aprofundamento sobre Franz Fanon, um intelectual, profissional de saúde e revolucionário. Apoiado pela metodologia de Laurenti (2012) delimitamos o contexto epistêmico, biográfico, socioeconômico e político da trama da categoria investigada: a sociogenia.

Fanon e as suas afirmações sobre a importância de considerar a realidade concreta nas suas análises para compreensão do sujeito em sofrimento desvela uma realidade gerida por uma organização social que se mantém na exploração e dominação. Este contexto que baliza a constituição do sujeito, que se desenvolve inserido no meio circundante, pela interiorização e apropriação das particularidades, muito nos remete a abordagem de perspectiva vigotskiana.

Este entendimento sobre Fanon foi o que deu início ao interesse desta pesquisa de tecer mais correlações entre o autor e a psicologia sócio-histórico/histórico-cultural, visto que, subsidiadas pelo método materialista histórico-dialético, tem na concepção de sujeito a compreensão de um desenvolvimento complexo da individualidade a partir da análise de sua inserção na materialidade concreta das suas condições sociais e históricas. Por isso, no nosso próximo capítulo, falaremos sobre a perspectiva da psicologia histórico-cultural construída no Brasil, para então investigar no que ela pode se qualificar na leitura da realidade concreta, das relações raciais e do racismo, a partir das contribuições teóricas formuladas por Fanon.

2. A Psicologia Histórico-Cultural e o Ser Social

Neste capítulo temos como objetivo apresentar os subsídios teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural (PHC) que fundamentam o entendimento sobre o desenvolvimento humano, portanto, será aprofundado alguns pontos que ponderamos ser pertinentes para posteriormente fazer a análise de nosso objeto, a categoria de sociogenia de Fanon. Como visto no capítulo anterior, tal categoria foi formulada pelo autor diante de discussões vigentes na metade do século XX, sobretudo na França, no período pós-guerra e de intenso estudos na filogenia e ontogenia sobre o sujeito.

Veremos ao longo deste capítulo que a psicologia sócio-histórica/histórico-cultural, ambas orientadas pelo pensamento materialista histórico-dialético, partem do pressuposto fundamental da afirmação do ser humano enquanto um ser social, numa totalidade em movimento, com processos de lutas e contradições. Para alcançar este propósito de exposição, foi feita uma divisão em três partes: a primeira explicita a abordagem a partir da unidade dialética singular-particular-universal; na segunda seção explicitamos algumas categorias fundamentais da formulação sobre o desenvolvimento do psiquismo humano; e a terceira seção abordamos o processo de formação da personalidade.

Veremos que, assim como as demais perspectivas psicológicas, a psicologia histórico-cultural se circunscreve em um determinado contexto, sendo resultado de múltiplas determinações e atuante na realidade em movimento. Discorreremos de forma breve sobre este processo histórico, situando alguns dos diálogos críticos e inserindo-nos neste percurso de desenvolvimento analítico.

2.1. A psicologia baseada no materialismo histórico-dialético e a unidade dialética singular-particular-universal

Segundo a psicóloga social brasileira Maria da Graça Gonçalves (2001) nos últimos séculos foi-se formando uma concepção sobre o conhecimento e sobre seus métodos científicos da qual os estudos psicológicos foram se ampliando e se delimitando, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, para ela

O momento histórico em que a Psicologia se constitui como ciência é o mesmo que afirma o homem como sujeito. As características desse momento incluem grandes transformações econômicas, políticas e sociais, resultado da mudança do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Novas práticas econômicas e sociais implicam novas concepções de mundo e de homem presentes no pensamento moderno. Nesse novo mundo, o homem é afirmado como sujeito, e essa afirmação implica a construção da noção de subjetividade (Gonçalves, 2001, p. 37).

Sua afirmação é de que a tradição marxista e o pensamento dialético são resultantes da crise proveniente do estabelecimento deste modo de vida capitalista. Isto porque as crises são elementos inerentes e intrínsecos ao Capital, é no acúmulo histórico que são produzidas crises e formas de resolução visando a manutenção de sua ordenação vigente. Derivado dessa dinâmica houve condições para uma nova compreensão sobre a realidade, e conseqüentemente sobre a relação sujeito – objeto, “a consolidação da nova situação histórica é que evidencia suas contradições” (Gonçalves, 2001, p. 43).

A respeito desse processo no contexto pós-revolucionário da URSS⁶³, foram as relações sociais de produção e o grau de desenvolvimento das forças produtivas que deram base para tornar possível uma análise a partir da totalidade, em direção à emancipação humana, contemplando uma visão de ser humano indivisível e uno (Tuleski, 2009). De acordo com Sandro de Almeida (2008) havia no início do período do regime no interior da psicologia soviética quatro escolas cada qual com sua especificidade que se diferenciava uma da outra, sendo uma delas comandada pelo psicólogo bielorrusso, Lev Semionovitch Vigotski⁶⁴ (1896-1934), podendo ser considerada a mais conhecida no contexto brasileiro comparado às demais, juntamente com as produções de demais colaboradores como o psicólogo Alexander Romanovich Luria (1902-1979) e o psicólogo e filósofo Alexis Nikolaevich Leontiev (1903-1979).

Esta e demais escolas psicológicas soviéticas buscavam desenvolver uma psicologia marxista, sendo uma tarefa a construção dessa “nova psicologia” que superasse a dicotomia sujeito e objeto da qual o desenvolvimento do capitalismo e da ciência baseou-se e aprofundou. Dentre os preceitos estavam a concepção de ser humano que se individualiza por ser social e histórico, não se reduzindo ao corpo orgânico biológico e nem a aspirações idealistas a respeito de uma essência humana,

⁶³ A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) existiu entre 1917/22 até 1991.

⁶⁴ Nós adotamos a grafia Vigotski, respeitando-se as diferentes grafias nos casos de citação, uma vez que o nome deste autor pode variar em decorrência das diferentes traduções.

debate da época e que ressoa até então dentro do campo psi. Como parte do fazer científico, existiam convergências e divergências entre pesquisadores soviéticos e, posteriormente, entre pesquisadores ocidentais.

A psicóloga brasileira Silvana Tuleski (2000) pesquisou sobre as produções de Vigotski, e expos a postura do psicólogo de adotar o método de Marx para a análise da sociedade capitalista com propósito de construir um método próprio da psicologia. A sua ênfase metodológica marca sua recusa em praticar uma “colcha de retalhos” de citações de clássicos e um compromisso de construção de uma psicologia científica, que segundo ele, teria como ênfase o desenvolvimento ontogenético, atrelado ao desenvolvimento evolutivo e histórico (Tuleski, 2000).

Um clássico de Vigotski, escrito em 1927, é o ensaio “*Significado histórico da crise da Psicologia*”, neste texto ele analisa o contexto de estudos psicológicos da época para a formulação de uma ciência que desse conta da compreensão do indivíduo. Nisso ele apontou os fundamentos metodológicos da psicologia tradicional como grande obstáculo, visto seu teor atomístico e a-histórico, para ele era necessária uma construção a partir de outra epistemologia, esta que visava alcançar a origem dos fenômenos e apreender suas leis gerais que regem sua existência concreta, indo para além da aparência. Uma discussão de método e procedimentos que tinham por proposta uma agenda de estudos de matriz marxista⁶⁵ (Pasqualini; Martins, 2015; Farias, 2022).

A investigação sobre o processo de desenvolvimento humano foi de suma importância na psicologia soviética, por isso, a escola de Vigotski instituiu-se duas grandes áreas de estudos naquele período: a pedologia e a defectologia a partir do método inversivo, no qual se estuda do mais complexo ao mais simples. A primeira área de estudo pode ser compreendida de forma simples como a ciência que estuda a criança, o segundo como o estudo voltado para pessoas com deficiência⁶⁶, nomeação indicada atualmente.

No Brasil, é principalmente a partir da década de 1980 que vai se estabelecendo encontros para estudo e sistematização das obras traduzidas destes

⁶⁵ Nancy Romanelli em seu artigo “*A questão metodológica na produção vigotskiana e a dialética marxista*” de 2011 faz um apanhado apurado deste marco.

⁶⁶ No documentário “As borboletas de Zagorsk”, realizada pela BBC em 1992, é apresentado a experiência de uma escola voltada para pessoas cegas-surdas em que o plano pedagógico foi fundamentado nos estudos de Vigotski. É possível assistir no link: <https://www.youtube.com/watch?v=KxEaHMxi7wE>.

autores cânones desta escola da psicologia soviética. Período que marca o início de troca entre pesquisadores e formação de núcleos, principalmente no campo da psicologia e pedagogia. Destaca-se o grupo coordenado pela psicóloga Sílvia Tatiana Maurer Lane (1933-2005) no Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP. De acordo com Flávia Gonçalves da Silva:

A década de 1980 foi um dos principais períodos na psicologia brasileira de contestação das abordagens burguesas na psicologia, que não consideravam as necessidades e peculiaridades sociais e históricas da sociedade brasileira (Carone, 2007). O grupo coordenado por Lane buscava acompanhar e elaborar teorias psicológicas que fossem críticas à realidade social, e parte desse grupo, inclusive Lane, encontrou nas obras de Leontiev e Vigotski caminhos para a almejada criticidade, especialmente por estes autores usarem como fundamento a epistemologia marxista (Da Silva, 2009, p. 187).

Naquela época, o programa de Psicologia Social da PUC-SP tinha por direção a construção de uma perspectiva crítica à realidade social brasileira e latino-americana, visando levantar questões pertinentes para quais a psicologia poderia atender. Naquele momento intensificava-se uma crise na psicologia social, por isso a proposta de uma psicologia social crítica. Nesta concretização foi denominando o grupo de “psicologia sócio-histórica, que, em sua origem, tinha um sério comprometimento não apenas em construir uma psicologia crítica, mas uma psicologia crítica e marxista” (Da Silva, 2009, p. 191). Este notório marco da psicologia brasileira, somado a demais espaços de estudos que foram se constituindo no país promoveu uma diversidade de discussão e frentes de pesquisa sobre os estudos de Vigotski e os demais pesquisadores soviéticos, com diferentes compreensões sobre as bases marxistas⁶⁷.

Importante apontar que a maior parte dos estudos realizados em nome da psicologia sócio-histórica/histórico-cultural⁶⁸ não tem em suas análises o diálogo, que

⁶⁷ Neste artigo, Flávia Gonçalves da Silva aponta alguns movimentos de análise que, segundo ela, se distanciaram das bases marxistas. Não será realizado aqui um levantamento apurado e merece mais pesquisas que apresentem e contestem as posições defendidas entre diferentes autores. Dentre as discussões e divergências, dentro e fora do âmbito acadêmico, encontra-se o debate sobre o nível de colaboração e divergência entre Vigotski e Leontiev, deste debate João Batista Martins, Gisele Toassa e Rhayane Lourenço da Silva são alguns dos pesquisadores que se debruçaram nesta investigação.

⁶⁸ Entende-se que as duas denominações dizem respeito a uma formulação similar. De forma simplória podemos entender que a psicologia histórico-cultural está inserida no bojo da teoria histórico-cultural e a psicologia sócio-histórica refere-se comumente ao nicho de estudos da psicologia crítica desdobrado no campo brasileiro, iniciado na Escola de São Paulo por Sílvia Lane. Nesta pesquisa foi optado por usar o termo psicologia histórico-cultural, em casos que abranja as produções das duas nomeações será incluída os dois termos em barra oblíqua. Para as referências será respeitada a escolha do termo de quem escreve, podendo ser estes e outros demais, como sócio-histórico-cultural.

vem ganhando mais reconhecimento, de que o sistema vigente capitalista e sua intensificação no período da modernidade tem relação direta com a dominação racial, derivado do período colonial e com reconfigurações atuais. Como exposto, Fanon e demais intelectuais anticoloniais apontaram há décadas que para fins de exploração foi imprescindível a dominação racial juntamente com criação do Ser universal (homem branco) e a designação de não-ser, por meio da racialização. Contudo, como analisado na tese do psicólogo social brasileiro Márcio Farias (2022), até mesmo a perspectiva psicológica que se denomina crítica e alternativa à hegemonia reproduziu por décadas este apagamento.

Para o pesquisador “o que chamou atenção foi a escassez de debates nesta abordagem para o tema das relações raciais” (Farias, 2022, p. 19), desdobrando-se numa postura crítica que assume uma luta de classes em abstrato com a realidade concreta brasileira. Ele vai além:

Defenderei que a Psicologia Sócio-Histórica, ao buscar o Hércules da revolução, encontrou uma ideia abstrata do povo brasileiro e trabalhou com categorias demasiadamente generalistas: trabalhador, classe, desigualdades, entre outras (...) a raça não é um adjetivo para desigualdade, é substantivo. Em termos teóricos, não se trata de uma opção ou um recorte, *é uma determinação objetiva e subjetiva da particularidade brasileira* (Farias, 2022, p. 34 – grifo nosso).

A produção de Farias (2022), baseando-se na tradição marxista, é uma atualização rigorosa dos acúmulos da abordagem sócio-histórica visando contribuir para um desenvolvimento que abarque as particularidades nacionais. Farias faz nesta pesquisa uma extensa apresentação da historicidade do desenvolvimento da psicologia e suas principais tendências. Por isso compreendemos que seu texto é mais avançado no intuito de alcançar a realidade e suas múltiplas determinações, devido a sua análise e menos pela evidência de demarcação histórica – o texto é atual, porém é comum até mesmo em produções brasileiras recentes não ser feita nenhuma menção a relações raciais de forma qualificada, por vezes nem ao menos é mencionada tal ponto.

Esta crítica e proposição será aprofundada no próximo capítulo, entrelaçando a perspectiva fanoniana bem como suas contribuições para a psicologia sócio-histórica/histórico-cultural a partir da categoria de sociogenia, entre outros aspectos teóricos, objetivo principal desta pesquisa. O que nos é pertinente neste momento é ressaltar que há maiores complexidades do desenvolvimento do campo psi, que vem

se tornando um campo multifacetado e permeado por disputas, em relação à Psicologia de base materialista histórico-dialética isso não difere completamente.

Retomando a apresentação desta teoria psicológica, a concepção de sujeito é de um ser humano ativo, histórico e social. As psicólogas Elisa Rosa e Ana Andriani fazem a seguinte afirmação no que diz respeito à singularidade, ou ao indivíduo:

Considera-se que cada homem está inserido em um contexto específico, que cada homem tem uma história particular e, de acordo com esta, significa suas relações de um modo individual e único, dando um sentido pessoal a suas experiências e, assim, construindo um psiquismo também único e singular, apesar de determinado (Rosa; Andriani, 2002, p. 277).

Tal afirmação atrela-se a uma categoria que vem sendo mais operacionalizada no campo da psicologia sócio-histórica/histórico-cultural que é a unidade dialética singular-particular-universal proposto pelo filósofo e crítico literário György Lukács (1885-1971).

De acordo com as psicólogas Juliana Pasqualini e Lígia Márcia Martins (2015) no artigo *“Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia”* o preceito lukacsiano aproxima-se do postulado de Vigotski, uma vez que os dois se orientam na teoria marxista, dentre os princípios destaca-se a apreensão dos fenômenos para além de suas aparências, pela sua processualidade e totalidade. Para as autoras, aproximações da categoria à teoria histórico-cultural são pertinentes para qualificar a unidade dinâmica indivíduo/sociedade pressuposta pelo materialismo histórico-dialético, da qual a psicologia usualmente reproduz as cisões estabelecidas entre os polos desta relação. Apresentando melhor o proposto do intelectual húngaro:

Para Lukács (1967), a dialética entre singular-particular-universal é uma propriedade objetiva dos fenômenos. Por essa razão, a lógica e a epistemologia que pretendem apreender a realidade em suas conexões essenciais e básicas devem orientar-se pela perspectiva de revelar a interpenetração dialética entre singularidade, particularidade e universalidade (Pasqualini; Martins, 2015, p. 363).

Neste sentido, compreender que cada fenômeno empírico é único e irrepetível, portanto singular, não é o suficiente para compreender a totalidade deste fenômeno visto que, de acordo com o método materialista histórico-dialético, o fenômeno empírico tem um lastro de realidade, porém manifesta-se inicialmente por sua aparência, tratando-se, portanto, de um pseudoconcreto (Kosik, [1926] 1976). Assim, para compreender a singularidade de fato, faz-se necessário tecer abstrações diante

deste fenômeno concreto sensível, de sua aparência. Alcançar o concreto pensado é um processo de superar a dimensão singular por meio do conhecimento sobre as leis gerais⁶⁹. Como apontam:

Podemos perceber que captar a essência da realidade natural e social implica abstrair momentaneamente – ou suspender – as formas fenomênicas e decodificar as leis explicativas que regem o desenvolvimento do fenômeno. Isso significa que todo fenômeno singular contém em si determinações universais. A tarefa do pesquisador é desvelar como a universalidade se expressa e se concretiza na singularidade, ou, mais que isso, como a universalidade se expressa e se concretiza na diversidade de expressões singulares do fenômeno (Pasqualini; Martins, 2015, p. 364).

A dimensão singularidade-universalidade concerne à polos interiores um ao outro remetendo a relação entre o todo e as partes, as autoras especificam que ocorre uma contínua tensão entre estes, que se manifesta na configuração particular do fenômeno. Deste modo, a particularidade é compreendida enquanto uma mediação, diferente do senso comum em que “mediar” pode soar como uma interligação, na tradição marxista compreende-se que se trata um complexo, uma síntese que preserva as diferenças ao mesmo tempo que as modifica, tornando-se expressões particulares.

Concluindo estas breves definições,

temos que: (a) a expressão singular do fenômeno é irrepetível e revela sua imediaticidade e definibilidades específicas; (b) em sua expressão universal, se revelam as conexões internas e as leis gerais do movimento e evolução do fenômeno; (c) a universalidade se materializa na expressão singular do fenômeno pela mediação da particularidade, razão pela qual afirmamos que o particular condiciona o modo de ser do singular (Pasqualini; Martins, 2015, p. 366).

Porém, como ressaltam as autoras, esse condicionamento da particularidade sobre a singularidade não é determinístico nem linear, “é justamente isso que explica a diversidade de expressões singulares do fenômeno” (Pasqualini; Martins, 2015, p. 367). As autoras também apontam a análise da particularidade como condição para a compreensão concreta dos fenômenos, visto que a particularidade remete a determinações da singularidade.

⁶⁹ Elas utilizam como exemplo a Lei da Gravidade investigada por Isaac Newton em 1887 na qual diz a lenda que uma maçã caiu em sua cabeça “Essa ocorrência singular do fenômeno observada por ele se explica justamente pela lei da gravitação universal, que não se mostra a nossa captação sensível imediata do real. Tal lei explica não somente essa ocorrência singular, mas todo um conjunto de fenômenos” (Pasqualini; Martins, 2015, p. 364).

Assim, a universalidade não deve ser entendida por si só, nem a particularidade e nem a singularidade, é necessário partir para a compreensão do sujeito com a premissa de que este é singular-particular-universal. Visando reduzir a abstração de um ensaio teórico carregado de sistemas de conceitos baseadas no pensamento dialético, as autoras dão o exemplo de um indivíduo: uma mulher brasileira da classe trabalhadora nascida em meados do século XX numa periferia, nomeada por elas de Maria. Elas citam estas especificidades enquanto expressões particulares de universalidade, a de gênero e a da sociedade capitalista:

Podemos entender a sociedade capitalista como um todo, no qual estão presentes tendências gerais ou universais que agem sobre as partes singulares que o compõem, isto é, que impõem determinações sobre a vida dos indivíduos que nela vivem – entre eles Maria (Pasqualini; Martins, 2015, p. 368).

Chama atenção que a raça/cor⁷⁰ de Maria não é descrita pelas autoras, podemos inferir que elas não julgam como uma especificidade significativa para a constituição daquela e demais outros indivíduos singulares? Ao não ser nomeado, o leitor que imaginasse este fato espontaneamente pensaria a partir destas descrições que Maria seria uma pessoa de qual cor? Inferimos que o tema das relações raciais e o fato de que somos um país historicamente e atualmente marcado pelo racismo, foi explicitamente desconsiderado na pesquisa das autoras quando nem sequer mencionada. Questionamo-nos os impactos do apagamento da questão da raça e do racismo ser apagado nas análises sobre a dialética singular-particular-universal, sendo está uma prática recorrente em diversos temas de estudos da psicologia orientada pelo materialismo histórico-dialético.

Uma pesquisa que tangencia este imbróglgio é a tese de Farias (2022) que aborda raça e racismo como uma particularidade brasileira da psicologia sócio-histórica. Para o autor, a categoria da dimensão subjetiva da realidade é uma possibilidade bem qualificada para análise e compreensão das relações sociais contemporâneas, sendo esta uma das chaves teóricas imprescindíveis⁷¹, pois garante

⁷⁰ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza para o Censo os marcadores raça/cor para declaração de raça no Brasil. As categorias raciais são baseadas na aparência física e na autodeclaração, havendo orientação para profissionais do SUS adotarem este levantamento pela Portaria 344/17.

⁷¹ Sobre tudo na psicologia social, como afirma: “A Psicologia Sócio-Histórica passa, a partir da formulação da categoria dimensão subjetiva da realidade, a ter completa autonomia categorial frente à uma agenda em Psicologia Social voltado a debater criticamente o tema da objetividade e da subjetividade.” (Farias, 2022, p. 177). Ele também vai apontar demais categorias formuladas neste

o primado das bases materiais, da qual a correlação com o desenvolvimento das forças produtivas e as mediações do campo da cultura e suas contradições propiciam a apreensão dos complexos da vida real, incluindo o sujeito. Entendemos, portanto, que esta categoria retoma a implicação ontológica do trabalho na concepção de sujeito para a psicologia sócio-histórica.

Deste modo, o pesquisador realiza uma análise propositiva sobre a dimensão subjetiva do racismo a partir de uma ampla revisão bibliográfica da história nacional e internacional sobre a subjetividade no campo psi e de outras ciências, expondo as contribuições teóricas para uma visão não humanizada do negro e do que remete ao continente africano; da formação social brasileira e da política - do campo conservador ao progressista; da psicologia sócio-histórica e sua negligência com os estudos sobre relações raciais no Brasil. Por preposição uma “compreensão sobre como o racismo compõem a totalidade da forma de ser sociedade” (Farias, 2022, p. 185).

Apoiado na dimensão singular-particular-universal de Lukács que expusemos aqui, Farias (2022, p. 136) vai ressaltar a importância deste entendimento: “a particularidade não é uma mera expressão concreta do universal (...) a particularidade, na verdade, produz e reproduz as determinações mais gerais, ou seja, universais da vida em sociedade, ao mesmo tempo em que engendra novas tendências”.

Assim, traçando as contradições da formação social brasileira, inclusive nos estudos marxistas no país, ele aponta a falta de salto qualitativo de apreender o Brasil “profundo” reconhecendo o racismo e suas especificidades brasileiras:

Quero propor como hipótese de que a forma como se deu o processo de formação do Brasil, atrelado ao tipo de ideologia hegemônica fundadora da modernidade capitalista por aqui, somado ao desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira, foram elementos não efetivamente compreendidos pela analítica marxista renovada que inscreveu a verdadeira derrota da dialética, quando tinha todas as condições de superá-la (Farias, 2022, p. 151).

Sua defesa é categórica: “o fenômeno do racismo é uma determinação geral da particularidade brasileira” (Farias, 2022, p. 152), já mencionada aqui. A pesquisa de Farias vai ao encontro da emergência de estudos marxistas alinhados à realidade brasileira com compromisso antirracista, o pesquisador articula brilhantemente o desenvolvimento das forças produtivas, as mediações da cultura e suas contradições,

marco da Escola de São Paulo responsáveis por uma guinada epistemológica, entre elas a de historicidade.

e a historicidade de antinomias sobre o racismo estruturante no país, atrelando este fenômeno a demais países latinoamericanos. Como Pasqualini e Martins (2015, p. 366-368) explicitam:

o particular expressa a universalidade e condiciona o modo de ser da singularidade. Assim, a importância da particularidade na análise de um fenômeno está no fato de que ela representa mediações que elucidam os mecanismos que intervêm decisivamente no modo de ser da singularidade (Oliveira, 2005), isto é, permite compreender como se dá a concretização da universalidade na singularidade (...) o modo de ser da singularidade é sempre condicionado pela particularidade, por cuja mediação a universalidade se materializa (...) quando reconhecemos na singularidade da existência de um indivíduo ou fenômeno traços compartilhados por outras existências/fatos singulares, trabalhamos no âmbito do particular. Podemos dizer que elevamos a singularidade a uma universalidade mediada, ao mesmo tempo que conferimos à universalidade um grau de concreção singular.

Tanto as autoras quanto Farias ressaltam a atenção à superação da particularidade em direção ao ser genérico, ainda que de formas distintas. Pasqualini e Martins (2015, p. 370) vão trazer que a capacidade de nos desenvolvermos enquanto ser genérico é limitada para a maioria da população isto porque “na sociedade capitalista, a possibilidade de apropriação das objetivações do gênero só existe dentro de limites miseráveis para a imensa maioria da população”. Elas reiteram que enquanto profissionais críticos da psicologia, termos como horizonte a emancipação humana, como postulado pela psicologia social materialista histórico-dialética (iniciada na PUC-SP).

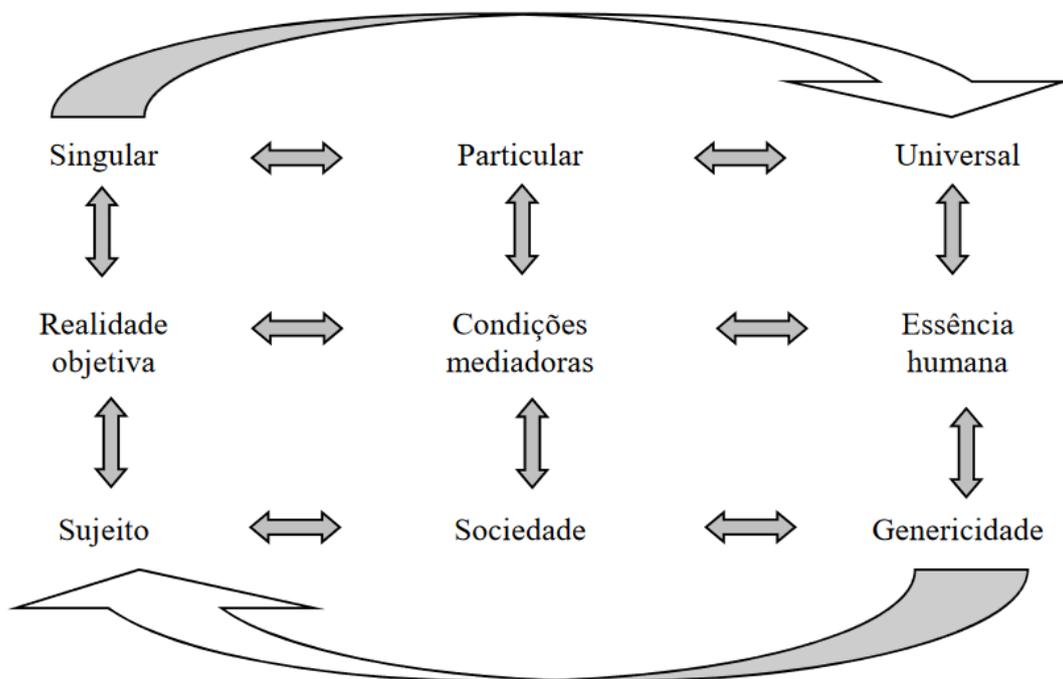
Farias (2022) também direciona este debate em sua análise, ele aponta que a para fins de dominação e exploração foi criado “narrativas totêmicas” principalmente ao negro, a partir da ideia da raça e da racialização de categoriais raciais no Brasil, conformando vantagens e desvantagens materiais e simbólicas, com destaque ao mito da democracia racial⁷² que perdura até os dias atuais. O reconhecimento dessa

⁷² O discurso da democracia racial tornou-se fortemente ideológico, ganhando destaque as produções do sociólogo e polímata Gilberto Freyre – reconhecido como um dos precursores da noção de democracia racial – com sua obra “*Casa Grande e Senzala*”, de 1933. De acordo com Pinto e Ferreira (2014, p. 4): “O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem, biológica e cultural, entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimularem as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de se conscientizarem acerca de suas características culturais, o que teria contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são ‘expropriadas’, ‘dominadas’ e convertidas em símbolos nacionais pelas elites dirigentes.” Foi no fim dos anos 1950 que esta visão foi fortemente desafiada. Pesquisas posteriores demonstram quanto é enganosa a democracia racial, pois o que foi encontrado foi o seu contrário, a saber discriminação e o preconceito, estas produções somadas com a atuação do Movimento Negro há um importante processo de desmistificação do mito da democracia racial. Destacar e tornar evidente o pano de fundo que

particularidade tem por objetivo a superação, que não ocorre por negação, mas por incorporação. Segundo ele: “a superação dessa forma de alienação gerada pelo racismo não é apenas uma essencialidade do vivido, é mais que isso, é o deslocar a necessidade para a possibilidade, diante daquilo que é efetivamente o conflito do sujeito e suas origens” (Farias, 2022, p. 183).

Considerando o que foi elaborado até aqui, segue uma figura que possibilita uma ilustração sobre a propositiva da dialética singular-particular-universal:

Figura 4 – A relação entre o Singular e Universal mediada pelo Particular



Fonte: Bernardes (2010)

2.2. A concepção de sujeito e o desenvolvimento do psiquismo humano

Para Fanon os estudos sobre a ontogenia eram imprescindíveis para um fazer clínico, contudo, ela isolada não abarcava a totalidade do sujeito sendo necessário considerar a realidade circundante concreta e suas características sociopolíticas. Nesse sentido, acreditamos que esta elaboração do autor remete em muito aos

possibilitou com que todo esse processo fosse realizado é subverter a ordem vigente que nega e invisibiliza a violência racial e seus efeitos.

postulados dos autores russos, que compreendem o desenvolvimento ontogenético atrelado a filogenia e a história, portanto, será apresentado alguns postulados da psicologia histórico-cultural.

Fundamentada no materialismo histórico-dialético, esta teoria psicológica tem por premissa de que a realidade objetiva precisa ser apreendida para além do contato empírico do sujeito e que cabe à ciência psicológica conhecer, o que é particular desta disciplina, o desenvolvimento do psiquismo humano. Em suma, somos primordialmente seres sociais. Essa compreensão parte do entendimento de que ao nascermos num mundo já existente e organizado socialmente desde o nosso primeiro dia de vida vamos nos constituindo enquanto sujeito:

(...) podemos dizer que cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não lhe basta para viver em sociedade. É-lhe ainda preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana (Leontiev, [1947] 2004, p. 285).

Esta conquista advém das realizações acumuladas ao longo da história da humanidade, no processo de humanização, também compreendido enquanto apropriação do patrimônio *humano genérico*, resultado da atividade humana e das interações dos homens. Neste ponto destaca-se a existência de dois processos históricos, o processo de hominização, finalizado com o surgimento do *Homo sapiens* e, por conseguinte, o processo de humanização, no qual se tem a superação dos limites biológicos da espécie, para a constituição do gênero humano.

Processo de humanização e formação do psiquismo humano

Segundo as psicólogas Lígia Márcia Martins e Bruna Carvalho (2016) o desenvolvimento individual de criar na subjetividade o lugar do objeto externo trata-se de um sistema inovador e de um tipo muito especial, derivado do desenvolvimento social da humanidade que institui as funções psicológicas superiores (FPS), possibilitado pelo mundo material existente e a estrutura orgânica do sujeito. Assim, diferenciamos-nos dos demais animais devido ao nosso reflexo psíquico da realidade, ou em outras palavras, pelo nosso psiquismo humano que realiza uma imagem subjetiva da realidade objetiva.

A premissa é que na espécie humana a atividade vital é o trabalho, ação do homem sobre a natureza, para a satisfação das necessidades, na qual ao modificar a

natureza, os seres humanos modificam a si mesmos (Marx, [1867] 2013). Para as autoras, a perspectiva da psicologia histórico-cultural “anunciou a possibilidade científica de explicação do psiquismo como, ao mesmo tempo, estrutura orgânica e imagem subjetiva da realidade, correlacionando fenômenos psíquicos e mundo material” (Martins; Carvalho, 2016, p. 700).

Um dos teóricos responsáveis por este preceito é Alexander Luria, que construiu teorias significativas na neuropsicologia, sendo amplamente estudado no ocidente. O autor que acompanhou décadas de pesquisas na área realizou diálogos críticos com as perspectivas mecanicistas localizacionistas e a filosofia dualista cartesiana baseando-se no materialismo histórico-dialético. Acima de tudo Luria visava a psicologia geral partindo dos princípios marxistas, como afirmou: “as raízes do surgimento da atividade consciente do homem não devem ser procuradas nas peculiaridades da ‘alma’ nem no íntimo do organismo humano, mas nas condições sociais de vida historicamente formadas” (Luria, 1979, p. 75).

Tem-se por princípio que as funções elementares do sujeito – similares às dos demais seres vivos e que no ser humano são dadas ao nascimento em nossa estrutura orgânica, são superadas por incorporação, formando funções psicológicas superiores. Esta complexificação do sistema nervoso central e dos demais sistemas que constituem o sujeito são encarnados num corpo forjado no bojo das relações sociais, caracterizando o processo de hominização-humanização como citado anteriormente. Ao decorrer do desenvolvimento do sujeito social as funções elementares passam a ser incorporadas a funções mais complexas, de acordo com Ligia Márcia Martins

Não se trata, portanto, da existência de funções psíquicas superiores de um lado e elementares de outro, posto que o psiquismo humano não é uma estrutura edificada sobre duas colunas, sendo uma natural e outra social. Trata-se, pois, do *reconhecimento de que a vida social engendra, do ponto de vista filogenético e ontogenético, dadas propriedades no psiquismo que retroagem objetivamente na própria vida social, na produção da cultura humana*. Logo, entendemos que Vigotski se utilizou das expressões complexas formas culturais de comportamento, formas complexas e superiores de comportamento, processos complexos, formas complexas ou culturais de comportamento, forma superior e complexa de reação, estruturas superiores, estruturas complexas, estruturas culturalmente formadas, estruturas de tipo superior e formas superiores de conduta como sinônimos daquilo que, desprovido das condições sociais de formação, o psiquismo humano não conquistaria (Martins, 2011, p. 89 – grifo nosso).

Assim, ao longo do desenvolvimento filogenético, os seres humanos mediados pelas relações sociais que foram se estabelecendo, oportunizaram a transmissão do

conhecimento e da produção, exercidas pela atividade, pelo uso de ferramentas⁷³ e a construção de signos. Assim, a hereditariedade e o aprendizado individual puderam ser repassados entre pessoas e grupos, por gerações, possibilitando o desenvolvimento da consciência e da atividade psíquica consciente do homem, estas que nos diferenciam dos animais, formando assim novas estruturas sistêmicas do psiquismo (Luria, 1979).

Diante disso, a teoria luriana afirma que as ações motoras conscientes estariam em relação com o todo dos sistemas funcionais, tendo por premissa de que se trata de complexo dinâmico e interdependente, sendo, portanto, necessário entender o funcionamento psíquico/cerebral enquanto uma totalidade, também conhecido como sistema interfuncional. Ademais sobre este processo de humanização e o desenvolvimento do cérebro que passaria a operar em concerto – como o próprio Luria exemplifica, ele sistematiza a compreensão do encéfalo constituído por três unidades funcionais.

A primeira unidade funcional é a que possibilita as condições mínimas do organismo, responsável pela regulação do tono cerebral, processos de sono-vigília e estados mentais, sua principal característica é a região do tronco encefálico. A segunda unidade tem por função receber, analisar e armazenar informações, localizada no córtex posterior do cérebro, prestigiando o processo de codificação da realidade objetiva. Destaca-se que no decorrer do processo de humanização as atividades foram se caracterizando como voluntárias, cada vez mais sendo possíveis ações menos imediatas.

Por fim, a terceira unidade funcional é a que sobressai no processo de humanização, sendo a mais complexa e diferenciada pela sua região, o córtex frontal. Responsável pelos processos de programação, regulação e verificação da atividade, podemos assumir que a ação intencional depende necessariamente desta terceira unidade, em consonância com as primeiras duas. “Esse terceiro bloco circunscreve praticamente os lóbulos frontais e pré-frontais, estes mais bem desenvolvidos no Homo sapiens, sendo filo e ontogeneticamente determinados pelo trabalho e pela

⁷³ Ao longo da história a preparação dos instrumentos é também uma forma de trabalho, pois exige técnica e conhecimento; trata-se de uma atividade complexa para o suprimento de uma necessidade biológica que complexifica a própria necessidade e a forma de suprir a mesma. Mesmo o conhecimento humano mais simples realizado com o auxílio de um instrumento não é limitado à experiência pessoal de um indivíduo, mas tem como base a aquisição por ele da prática e experiência social (Leontiev, [1947] 2004).

linguagem, e essenciais para a execução da atividade consciente” (Da Silva; De Almeida, 2023, p. 149).

De acordo com Flavia da Silva e Sandro de Almeida (2023) nesta síntese das três unidades funcionais ocorrem uma hierarquização constituindo pelo menos três zonas corticais: as áreas primárias (de projeção/sensação); as secundárias (de associação/percepção simples) e as terciárias (zonas de superposição/integração). As funções da sensação, percepção, memória, atenção, consciência, imaginação, pensamento, foram minuciosamente estudadas e sistematizadas nas teorias da periodização do desenvolvimento⁷⁴, principalmente por Vigotski em suas pesquisas na pedologia. O desenvolvimento nos primeiros anos de vida é complexo e processual até a constituição da terceira zona cortical que finda o desenvolvimento neuroanatômico, sendo contínuo o processo desenvolvimental do sujeito, como apontado:

Nossa hipótese para a descrição e análise de Vigotski, como de alguns outros autores, até a adolescência ou puberdade (entre 14 e 18 anos) é por ser nesse período que o desenvolvimento da estrutura cerebral (a neuroanatomia) se completa (como o volume e o tamanho dos córtices). O que continua a alterar após esse período é a funcionalidade cerebral (a neurofisiologia e a neuroquímica), como a quantidade e qualidade das sinapses, a dinâmica de funcionamento de neurotransmissores, enfim, do metabolismo neuronal como um todo. Esse fato se reflete em caso de pessoas que sofrem de lesões cerebrais com alteração na anatomia cerebral: quanto mais jovem a pessoa, em especial crianças, maiores são as probabilidades de reabilitação. Isso porque até os dezessete, dezoito anos tanto a neuroanatomia como a neurofisiologia e a neuroquímica estão em processo de desenvolvimento; após a idade mencionada apenas os aspectos referentes a funcionalidade cerebral continuam a se desenvolver, o que dificulta a reabilitação. Luria e Leontiev desenvolveram muitos trabalhos com pessoas que sofreram lesões cerebrais, principalmente durante a II Grande Guerra e fazem ampla discussão sobre o assunto, bem como a neurologia contemporânea. *Dessa forma, é inquestionável que o desenvolvimento neuroanatômico implica em desenvolvimento neurofisiológico e neuroquímico, mas, em consonância com os pressupostos teórico-metodológicos aqui defendidos, essa materialidade do psiquismo não se desenvolve de forma evolutiva, espontânea. É determinada (e ao mesmo tempo determina) pelas e nas relações sociais que o indivíduo estabelece com o mundo desde os primeiros momentos de sua vida, ou seja, as relações sociais são as condições essenciais para que o desenvolvimento cerebral ocorra* (Da Silva, 2007, p. 83 - grifo nosso).

Esta afirmação se faz pertinente tanto para fundamentar a análise da continuidade do desenvolvimento, que não se circunscreve apenas em alguns

⁷⁴ Lígia Márcia Martins em sua tese para obtenção do título de Livre-docência vai discorrer sobre os estudos dos autores soviéticos referenciados aqui sobre os processos funcionais (sensação, percepção, atenção, memória, linguagem, pensamento, imaginação e afeto) e seu desenvolvimento, ela aponta as descobertas em nível filogenético e ontogenético.

períodos da vida, e para ressaltar que o início da vida tem suas especificidades, como referida na citação. Nota-se a centralidade da atividade para o desenvolvimento visto que é este empreendimento que vincula o sujeito com o objeto, este que possibilitou o desenvolvimento do psiquismo e da consciência. Isto porque “o controle da natureza e o controle do comportamento estão mutuamente ligados, assim como a alteração provocada pelo homem sobre a natureza altera a própria natureza do homem” (Vigotski, [1930?] 2007, p. 55).

Leontiev em “*A formação do psiquismo*” ([1947] 2004) aponta que nos indivíduos há uma forma particular de reflexo consciente da realidade, qualitativamente diferente do reflexo psíquico próprio dos animais, uma forma concreta pela qual a consciência opera a realidade circundante. Nessa relação, a consciência humana diferencia a realidade objetiva de seu reflexo, o que possibilita a distinção do mundo das impressões interiores e, conseqüentemente, permite a observação de si mesmo (Leontiev, [1947] 2004).

Sendo o psiquismo assim regido pelas leis do desenvolvimento sócio-histórico, o autor afirma que o pensamento é definido como o processo de reflexo consciente da realidade. Nas palavras de Martins e Carvalho (2016, p. 701):

Na qualidade de produtos do desenvolvimento social da humanidade, as funções psíquicas superiores instituem-se como formas supraorgânicas de conduta, resultantes do uso de signos e do emprego de ferramentas, graças aos quais os comportamentos se tornam conscientemente planejados e controlados. Destarte, o sistema de atividade humana determina-se, em cada etapa, pelo grau de seu desenvolvimento orgânico e pelo grau de seu domínio sobre as objetivações culturais. Esses dois sistemas diferentes desenvolvem-se conjuntamente, formando um terceiro sistema, inovador e de um tipo muito especial, que aponta o psiquismo como imagem subjetiva da realidade objetiva, ou reflexo psíquico da realidade.

Nesse sentido, o uso de instrumento e a criação do signo foram imprescindíveis para o processo de humanização, da complexificação das atividades psicológicas e da formação das Funções Psicológicas Superiores. Na coletânea “*A formação social da mente*” ([1930?] 2007) que reúne alguns textos de Vigotski, é discorrido mais sobre o instrumento e o signo, que se diferem pela sua natureza e do seu papel histórico. Ele traça então o que é comum nestas duas atividades tipicamente humanas, esclarecendo suas diferenças básicas e demonstrando o elo psicológico real existente entre os dois:

A invenção e o uso de signos como meios auxiliares para solucionar um dado problema psicológico (lembrar, comparar coisas, relatar, escolher etc.) é análoga à invenção e uso de instrumentos, só que agora no campo psicológico. O signo age como um instrumento da atividade psicológica de maneira análoga ao papel de um instrumento no trabalho (Vigotski, [1930?] 2007, p. 52).

As duas são atividades mediadas, contudo, elas se diferenciam na forma que orientam o comportamento humano. O instrumento atua sobre a realidade externa, sua função tem relação direta sobre o objeto da atividade, enquanto o signo é orientado internamente, dirigindo-se para o controle do comportamento do outro e/ou de si próprio.

Os signos são criações artificiais que ao auxiliar o sujeito requalifica sua atividade intrapsicológica, trata-se, portanto, de um instrumento psicológico. Por meio do signo, mais especificamente o uso da palavra, é possível que indivíduo apreenda o real, assim a realidade objetiva pode passar a coexistir como uma imagem subjetiva da realidade, possibilitando a orientação mais ou menos intencional do sujeito ao meio. Sendo assim, o teórico afirma a importância de compreender no signo sua origem e sua função (Vigotski, [1930?] 2007).

Vigotski no final da vida realizou sínteses mais avançadas sobre a relação entre o pensamento e a linguagem para compreensão da natureza da consciência humana, nisso ele identificou que a unidade entre as duas é a palavra, mais especificamente o significado dela. Por isso, para o autor, a palavra é signo dos signos, quando revestida de sentido torna-se a expressão mais direta da consciência humana (Vigotski, [1930?] 2007). Somado ao desenvolvimento do pensamento que realiza as conexões entre os objetos existentes, formam-se imagens para além do conteúdo que está sendo apreendido pela sensação e pela percepção. Nesse sentido que as funções psicológicas passam de imediatas para mediadas.

Diante desse pressuposto o processo de formação da linguagem é considerado a gênese das funções psicológicas superiores, visto que para o desenvolvimento do pensamento se faz imprescindível a complexificação da linguagem, esta representada pelas palavras. Como já mencionado, os autores soviéticos aqui referenciados estudaram minuciosamente este e demais processos para compreensão do desenvolvimento do psiquismo, havendo um percurso de desenvolvimento do pensamento, não linear e evolutivo, mas dialético.

Recorremos a um simples exemplo: consideramos no cenário brasileiro o semáforo de trânsito, uma tecnologia que funciona como instrumento de controle de

tráfego de automóveis e pedestres. Instrumento que é predominante em meios urbanos, composto geralmente por três círculos coloridos cada qual sinalizando uma orientação. Neste caso há uma elaboração signa instituída socialmente neste objeto, seu intuito é repassado aos indivíduos para que reconhecendo-o assimile sua mensagem e possa balizar suas ações. Veja, trata-se de uma convenção que deve ser aprendida, internalizada, caso contrário não haverá sentido nenhum tal objeto. Este conhecimento do que é e para que serve o semáforo pode ser complexificado, isto porque a relação recíproca entre pensamento e linguagem dá um caráter de mutabilidade do significado, sobretudo em contexto de aprendizado, como visa, por exemplo, o curso de formação de condutores.

O homem introduz o estímulo artificial, atribui significado ao comportamento e, com os signos, atuando externamente, cria novas conexões no cérebro. Assumindo esse pressuposto, tentaremos introduzir em nossa pesquisa um novo princípio regulatório do comportamento, um novo conceito sobre os determinantes da reação humana, que consiste no fato de que o homem cria as conexões no cérebro a partir do exterior, ele controla o cérebro, e através dele, seu próprio corpo (Vigotski, [1931] 2021, p. 108).

Em suma, o surgimento da linguagem só pode ser entendido em relação com a necessidade que os homens sentem de comunicar alguma coisa, ou seja, pelas relações sociais. “Não é a natureza, mas a sociedade que deve ser considerada, em primeiro lugar, como um fato determinante do comportamento humano” (Vigotski, [1931] 2021, p. 114) No processo histórico filogenético, ocorreu inicialmente pela realização da comunicação na forma de gestos acompanhados de sons vocais, passando para o som da voz, surgindo assim a linguagem sonora⁷⁵ articulada (Leontiev, [1947] 2004).

De acordo com Flavia Asbarh (2014), na concepção de Leontiev a atividade e consciência formam uma unidade dialética, e qualquer investigação acerca da consciência só poder ser realizada através das condições sociais e históricas em que foi constituída. A consciência humana não é imutável, mas sim determinada pelo modo de vida, pelas relações sociais existentes e pelo lugar que o indivíduo ocupa nelas. Ela transforma-se qualitativamente ao longo do desenvolvimento histórico e social e tem características próprias de conteúdo psicológico (Leontiev [1947] 2004).

⁷⁵ Importante ressaltar que apesar de ser predominante a comunicação social oralizada, a linguagem vai além desta forma de expressão, como pode ser visto no caso da língua de sinais para pessoas surdas e pessoas com comprometimento na comunicação oralizada, isto porque a linguagem em si refere-se a um sistema estruturado de comunicação que possui signos com gramática e vocabulário.

Os elementos que constituem a consciência para o autor soviético são o conteúdo sensível, a significação social e o sentido pessoal. O conteúdo sensível é tudo aquilo que se apresenta imediatamente à consciência, enquanto as significações sociais representam a síntese das práticas sociais, e é cristalizada na palavra (Asbarh, 2014).

As significações atuam como mediadoras entre o homem e o mundo, “são o reflexo da realidade elaborada historicamente pela humanidade sob a forma de conceitos, saberes ou modos de ação, independentemente da relação individual que os homens estabelecem com ela” (Asbarh, 2014, p. 268). De acordo com Leontiev ([1947] 2004), o ser humano encontra no mundo um sistema de significações pronto, produzido historicamente, e se apropria dele como se apropria de um instrumento. Ou seja, elas são a síntese das práticas sociais, refletidas e fixadas na palavra.

Assim, a significação pertence à realidade objetiva e histórica, mas se apresenta também na consciência individual. Elas aparecem ao sujeito de maneira particular, refletem-se na consciência como conceito, por meio da linguagem que se efetiva por meio da generalização e da significação. Ao longo de seu desenvolvimento, o indivíduo se apropria dessas significações, mas a forma como esse processo se dá depende do sentido pessoal que atribui a ele.

Para Leontiev, a criação do sentido depende da relação entre o motivo da atividade e seu fim, o sentido é “uma relação que se cria na vida, na atividade do sujeito” (Leontiev, [1947] 2004, p. 103). Esse sentido é criado na relação entre o que motiva uma ação e seu fim imediato. O exemplo adotado pelo autor é o de um estudante lendo um livro para uma prova. Dependendo de seu motivo, que pode variar do desejo de ser aprovado ao de preparar-se para sua profissão, por exemplo, o sentido da atividade se altera, e por isso, ele realizará a atividade de formas diferentes e assimilará a obra também de maneiras diferentes. No primeiro caso, o motivo confere um sentido pessoal à atividade, enquanto no segundo ele é apenas um motivo estímulo, não gerador de sentido, pois não há consciência da relação entre seu motivo e seu fim. Segundo Asbarh (2014) na sociedade de classes, há um rompimento entre o sentido pessoal e a significação social da atividade, há uma fragmentação na consciência humana.

Nesta direção então temos categorias explicativas: o significado social e o sentido pessoal. O sentido é sempre uma formação dinâmica, complexa e variável, subjugada aos contextos aos quais se aplica, possuindo, por isso, esferas de

estabilidade distintas. O significado é diferentemente mais estável, coerente e preciso, diz respeito a comunicação socialmente elaborada e fixada na linguagem. Assim, o sentido é mais amplo que o de significado, pois ele representa a soma dos fatores psicológicos que a palavra evoca em nossa consciência, evidenciando aquilo que há de especificamente humano no sujeito. Desta forma o sentido enriquece a palavra.

Assim, a produção da linguagem, da consciência e do pensamento estão, portanto, ligadas em sua origem à atividade produtiva e à comunicação material do homem:

Tal ou tal conteúdo, significado na palavra, fixa-se na linguagem. Mas para que um fenômeno possa ser significado e refletir-se na linguagem, deve ser destacado, tornar-se fato de consciência, o que, como vimos, se faz inicialmente na atividade prática dos homens (Leontiev, [1947] 2004, p.93).

Vimos, portanto, que a linguagem desempenha um importante papel no processo de constituição e reorganização dos processos psíquicos conscientes do gênero humano. Ela possibilitou muito mais que a comunicação entre os sujeitos: garantiu o processo de discriminação dos objetos e conservação deles na memória, assim como a abstração e generalização a partir da análise e classificação dos objetos (Luria, 1979).

Para os psicólogos soviéticos a importância da linguagem para a formação dos processos psíquicos é primordial. Decerto que para demais teorias psicológicas a linguagem também é de suma relevância, na qual cada perspectiva vai se debruçar sobre sua definição e sistematização epistemológica, assim como para demais ciências. A especificidade aqui é que “a linguagem é realmente o meio mais importante de desenvolvimento da consciência” (Luria, 1979, p. 81), isto porque, a linguagem e uso de instrumentos conferem um caráter mediador para a atividade humana e possibilita o desenvolvimento psíquico.

Numa perspectiva de historicidade foi-se superando o natural e o suprimento das necessidades elementares, por meio do conhecimento histórico, transmissível no processo de linguagem e no uso de instrumentos. Tem-se como premissa que o processo social e cultural não tem um resultado final, está em construção ao longo das gerações, devido à capacidade de autossuperação contínua.

Apesar deste caráter de autossuperação, Duarte (1993) ressalta que na sociedade capitalista, organizada por meio de diferenças de classes, o processo de humanização – necessário para a constituição do gênero humano e transformação do

homem em ser social – está perpassado pelo processo de alienação; assim, ao mesmo tempo e dialeticamente, o homem, na sociedade de classes, humaniza-se e também se aliena:

As necessidades dos homens estão determinadas pelas condições sociais de vida. No entanto, em um indivíduo concreto, ainda que o desenvolvimento de suas necessidades dependa de suas condições pessoais de vida, estas últimas estão condicionadas, de todo modo, pelas relações sociais e pelo lugar que tal indivíduo ocupa nesse sistema de relações. Nas condições da sociedade dividida em classes, os membros da classe explorada têm uma possibilidade muito limitada para satisfazer suas necessidades, que não podem ter um desenvolvimento amplo. Ao contrário, as pessoas que pertencem à classe exploradora têm as mais amplas possibilidades materiais para satisfazer suas necessidades, inclusive sua situação de classe engendra nelas com frequência um desenvolvimento monstruoso e até uma desfiguração das mesmas (Leontiev [1961] 2017, p. 45 *apud* Almeida, 2018, p. 127).

Nessa contradição entende-se que para satisfazer suas necessidades, os sujeitos têm que vender a sua força de trabalho, alienando assim seu trabalho, conteúdo essencial da vida humana, e conseqüentemente sua própria vida. O produto de seu próprio trabalho torna-se estranho para ele, pois o que motiva sua ação é somente o salário e não a satisfação de uma necessidade social. Dessa forma, a consciência em uma sociedade de classes torna-se também alienada, fragmentada (Leontiev, [1947] 2004). Farias faz uma síntese do debate sobre a alienação e o estranhamento na tradição marxista:

Na medida em que o trabalho estranhado/alienado estranha do ser humano a natureza, bem como o ser humano de si mesmo, de sua função ativa, da sua atividade vital, ele estranha a humanidade, o gênero humano e faz-lhe da vida genérica apenas um meio de vida individual. Ou seja, o trabalho alienado/estranhado inverte a relação do ser com o mundo-trabalho como ação consciente deliberada a um fim - precisamente um ser consciente, forjando uma relação de não reconhecimento entre produtor e produto, justamente por conta da forma pela qual as relações sociais de produção se apresentam no modo de produção capitalista. Quando arranca do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado/alienado arranca-lhe sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica, ou seja, sua compreensão de si enquanto humano. Esse não reconhecimento também se abate sobre a autoimagem do sujeito, que não se reconhece em seus atos mais gerais, bem como na relação com o outro, a alteridade. Eis um ponto central do paradoxo objetividade/subjectividade em relação ao trabalho alienado: o ser enquanto ser se forja enquanto ser social a partir do ato consciente, aqui entendido como trabalho. Ação pela qual o ser social supera barreiras biológicas impostas e passa do reino da indeterminação ao reino da história. Em síntese, produto e produtor da história. Esse processo histórico genérico se efetiva concretamente na relação do ser com o mundo circundante, com o outro, no grupo. Não é uma ação individual, mas sim uma ação grupal. O Ser social é, essencialmente, um ser gregário. Tanto assim o é que se largarmos uma criança em uma floresta ela não só terá muitas dificuldades para sobreviver como, caso isso ocorra, sem contatos com outros seres humanos, não

desenvolverá as potencialidades cognitivas, de linguagens e sociabilidade que caracterizam o ser social. Na sociedade do capital, aquilo que humaniza o ser social é parcialmente destruído pelo trabalho explorado, de feição alienada/estranhada (Farias, 2022, p. 51-52).

Melissa Almeida (2018, p. 134) afirma: “além da alienação do ser genérico e de si mesmo, temos a alienação de um ser humano na relação com o outro, que não lhe reconhece como um semelhante, esvaziando as relações humanas e restringindo-as a relações mercantis”, de forma mais complexificada, o colonialismo, inserido no sistema capitalista, intensificou ao máximo a exploração e alienação ao designar determinados sujeitos ao próprio status de mercadoria. Nesse sentido, a concepção de mundo na sociedade de classes que se forma por meio de signos ideológicos, incluindo a ideologia do racismo que confecciona os significados sociais e se efetivando pela discriminação racial (Farias, 2022).

No livro “*Racismo, capital e emancipação humana: notas sobre a questão da negra na tradição comunista*” o educador Jeferson Garcia (2022, p. 143) vai se apoiar na definição de Lukács de ideologia, na qual esta “visa influenciar a decisão dos indivíduos nas suas escolhas entre as alternativas possíveis – tanto na esfera do trabalho, como no cotidiano – para agir de modo a objetivá-las” e por isso vai ter uma relação direta com as tendências à consciência dos sujeitos. Foi a partir da luta de classes que a ideologia ganha um direcionamento para o atendimento aos interesses das classes dominantes:

Uma ideologia visa influenciar as escolhas dos indivíduos, dizendo-lhes como devem agir – no caso da questão racial: fazer com que os indivíduos adotem os pressupostos racistas no seu cotidiano. As escolhas são fundamentadas em juízos de valor, os objetos e as ações são avaliados como úteis, inúteis, válidas ou não válidas, corretas ou incorretas. Ou seja, tais pressupostos indicam que os valores ligados à tradição negra são inferiores, esteticamente, política e culturalmente (Garcia, 2022, p. 144-145).

Cada vez mais refinado este fenômeno de não correspondência entre os significados sociais e os sentidos pessoais se intensifica a emergência de se compreender os impactos psicológicos a nível individual, assumindo a complexidade do fenômeno e não corroborando com determinismos. Isto porque dentro das limitações da própria realidade concreta é possível de construir motivos geradores de sentido nas atividades, ainda que não seja possível individualmente eliminar por completo a alienação e as formas de dominação social.

Lei genética do desenvolvimento

O pressuposto da lei genética do desenvolvimento cultural tal como elaborado por Vigotski ([1930] 2021) é de suma importância e relaciona-se com o que foi abordado até aqui. Vale apontar que o termo 'genética' se refere à gênese, isto é, à origem e ao desenvolvimento do fenômeno e da história como dialética, do método genético⁷⁶.

Nesta premissa, é preconizado que determinadas capacidades, concepções e sentimentos têm origem no âmbito das relações entre pessoas (interpsíquico), como parte do processo de humanização da sociedade, para então surgir no plano interno ao sujeito (intrapíquico). Nas palavras do psicólogo soviético:

(...) todas as funções no desenvolvimento cultural da criança aparecem em dois estágios, em dois planos, primeiro o social e depois o psicológico; primeiro entre as pessoas como uma categoria interpsicológica, e depois interna à criança, como categoria intrapsicológica (Vigotski, [1931] 2021, p. 200).

Apesar da referência se tratar do público infantil é válido para todos os períodos. Para ele a psicologia deveria estudar as transformações das relações do grupo nas características pessoais individuais e não o desenvolvimento individual da pessoa/criança em seu grupo. Para tanto, se torna imprescindível evidenciar a interação entre filogenética e ontogenética conduzido pelo desenvolvimento histórico e cultural.

No âmbito do desenvolvimento infantil, as funções interpsicológicas surgem com a ordenação de uma outra pessoa mais capaz, que orienta a criança para a realização de determinada atividade; em um segundo momento, a própria criança começa a ordenar sua ação, porém ainda de forma externa, relacionada com a fala egocêntrica⁷⁷ e num terceiro momento, a criança já é capaz de comandar sua ação de forma interna, requalificando as funções intrapsíquicas. Em outras palavras o processo de assimilação do comportamento do outro se complexifica possibilitando o domínio do próprio comportamento.

⁷⁶ Também pode ser encontrado com os termos método genético-causal ou método dinâmico-causal
⁷⁷ Ou linguagem autônoma, refere-se ao ato da criança falar consigo mesmo para orientar-se em suas iniciativas, fenômeno que no início é predominantemente situacional, dessa forma a linguagem vai se tornando pensamento, a criança passa a pensar em palavras e inaugura um discurso interno. No movimento de incorporação e superação este comportamento de vocalizar o pensamento diminui com o tempo, mantendo-se como auxiliador para resolução de problemas.

Deste modo, o processo de internalização é definido como “a reconstrução interna de uma operação externa” (Vigotski, [1930?] 2007, p. 56), ou seja, não se trata de uma reprodução mecanicista, mas de uma formação de construção nova subsidiada pelo acúmulo prévio do sujeito, podendo gerar alterações, reorganização e requalificação do psiquismo, inclusive em forma de conflitos e desfragmentações.

Nesse sentido podemos delimitar 3 aspectos distintos nesse processo também denominado internalização - ou interiorização: a) uma operação, que representa uma atividade externa, é reconstruída e passa a ocorrer internamente; b) um processo interpessoal transforma-se em um processo intrapessoal; c) a transformação de um processo interpessoal em um processo intrapessoal, resultado de uma série de eventos ocorridos ao longo do desenvolvimento (Vigotski [1930?] 2007).

Isso significa que a internalização de alguma função psicológica ou de um comportamento não surge espontânea e naturalmente no indivíduo, mas é construída em um constante processo dialético entre sujeito e objeto, entre sujeito e a materialidade.

Partindo desta afirmação de que o processo de internalização se dá de um meio interpessoal para o meio intrapessoal, é evidente que a posição que o sujeito ocupa, as relações que estabelece são essenciais para analisar como ocorre o desenvolvimento das suas FPS, a formação da sua consciência e da sua personalidade. Para tanto, a proposição de investigar a situação social de desenvolvimento torna-se essencial nos estudos dos autores na pedologia e defectologia, da qual destaca-se aqui a teoria sobre a periodização do desenvolvimento.

Periodização do desenvolvimento

Assim como as demais teorias psicológicas vão produzir suas compreensões sobre a periodização do desenvolvimento da criança⁷⁸, esta vai ser fundamental para a psicologia histórico-cultural, atrelado aos estudos da pedologia e fundamentada no materialismo histórico-dialético. Não será discorrido de forma extensa visto que os

⁷⁸ Citando como exemplo, a periodização freudiana a partir do desenvolvimento psicosssexual: fase oral, fase anal, fase fálica, fase de latência e fase genital. Outro exemplo, é a teoria de Piaget, para o autor o desenvolvimento humano aconteceria por meio de estágios, denominados de: sensório-motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal, que acontecem gradualmente e de forma universal.

próprios autores já o fizeram e que este tema é amplamente estudado, principalmente no campo da Educação, contudo consideramos importante apresentar em linhas gerais pois esse entendimento está intrinsecamente atrelado ao que foi exposto até aqui.

O próprio Vigotski define o desenvolvimento infantil como:

[...] um complexo processo dialético que se distingue por uma complicada periodicidade, a desproporção no desenvolvimento das diversas funções, as metamorfoses ou transformação qualitativa de umas formas em outras, um entrelaçamento complexo de processos evolutivos e involutivos, o complexo cruzamento de fatores externos e internos, um complexo processo de superação de dificuldades e de adaptação (VYGOTSKI, 1931/2000, p. 141 *apud* Almeida, 2018, p. 126).

A pesquisadora Melissa Almeida (2018) em sua tese “*A formação social dos transtornos de humor*”, ao falar sobre o desenvolvimento a partir da psicologia histórico-cultural ressalta que o desenvolvimento individual se dá de forma conflituosa quando subordinado às relações capitalistas, isto porque as mediações para o desenvolvimento são proporcionadas à medida que atende às necessidades e aos interesses do Capital⁷⁹. Ela afirma:

Não se pode desprezar que a situação social de desenvolvimento depende das condições histórico-sociais da pessoa, de sua inserção de classe em cada fase da vida. Isso significa que em nossa sociedade, onde estas condições são desiguais, não há uma correspondência necessária a cada uma destas atividades, situações sociais de desenvolvimento, neoformações indicadas pela literatura. Como nota Pasqualini (2009), seria incoerente com os pressupostos destes autores supor uma transposição linear e imediata desses períodos, descritos conforme as condições histórico-sociais da União Soviética no início do século XX, para nossa realidade atual. Inclusive verificamos que na sociedade capitalista hoje, parte significativa das pessoas não chega a desenvolver alguns desses processos, não por insuficiência biológica ou incapacidade psíquica, mas por impedimentos sociais derivados da alienação (Almeida, 2018, p. 265).

Nota-se que no Brasil as condições desiguais estão atravessadas por marcadores de classe, gênero e raça, havendo diversos levantamentos que apontam a falta de equidade para condições de moradia, educação e outros indicadores. Para Fanon o colonialismo desdobra-se numa organização social que visa o máximo de

⁷⁹ A autora traz como exemplo o uso de fármacos com intuito de “habilitação” e/ou “reabilitação” para pessoas com sofrimento psíquico grave – seu enfoque são quadros de transtornos de humor – que ainda que tenha intuito de promover amenização de sintomas incapacitantes está sob a lógica do capital e da indústria farmacêutica, é reconhecido os avanços da Reforma Psiquiátrica e apontando as contradições do avanço da manicomialização da vida em relação direta com a alienação (Almeida, 2018).

lucro renegando o todo populacional a um modo de subsistência, obstruindo diretamente a capacidade de desenvolvimento⁸⁰.

Somado a esta ressalva, Almeida (2018) faz uma revisão de estudos realizados por pesquisadores brasileiros sobre a periodização histórico-cultural. Nesta proposta desenvolvimental a periodização será definida em cada estágio por uma atividade-guia (ou atividade dominante) e uma correspondente estrutura psíquica, esta última vai guiar o desenvolvimento das FPS.

Destaca-se nos princípios gerais desta formulação, o fato de que a periodização não se trata de uma linearidade gradual, sendo caracterizada por um processo único entre o natural e social produzindo saltos da relação entre biológico e cultural, num processo dialético. Além disso, estes marcos são traçados não enquanto idade biológica apenas – apesar de ser necessário a tendência orgânica para cada salto –, mas na idade psicológica, cabendo à cultura criar as mediações e estratégias que impulsionam o desenvolvimento, com destaque à atividade escolar. Assim, estas formas supra orgânicas de conduta são traçadas em movimentos revolucionários de incorporação, apontando o grau de desenvolvimento orgânico e o grau de domínio sobre as objetivações da pessoa com o meio. No contexto soviético, principalmente nos primeiros anos do regime, havia a compreensão de que numa sociedade que não visava atender as necessidades do capital o desenvolvimento humano poderia ser ilimitado.

Almeida (2018) confeccionou um quadro das fases do desenvolvimento abarcando complementações, que apenas mencionando aqui, são essas: primeiro ano (comunicação emocional direta); primeira infância (atividade objeto manipulatória); idade pré-escolar (jogo/brincadeira de papéis); idade escolar primária (atividade de estudo); puberdade/idade escolar média (estudo e comunicação íntima pessoal); puberdade/idade escolar juvenil (atividade profissional de estudo); idade adulta: juventude e maturidade (trabalho); idade adulta: velhice (trabalho e não-trabalho). Cada uma dessas fases possui características sobre a situação social do desenvolvimento, as neoformações e as crises.

A situação social do desenvolvimento:

⁸⁰ “(...) há o fato de que o colonizado, como todos os homens nos países subdesenvolvidos e os deserdados em todas as regiões do mundo, percebe a vida não como florescimento ou desenvolvimento de uma fertilidade essencial, mas como uma luta permanente contra a morte atmosférica. Que a quase morte se materializa em fome endêmica, desemprego, epidemias, complexo de inferioridade e falta de futuro” (Fanon, [1959] 2020b, p. 15).

é o ponto de partida para todas as mudanças dinâmicas que se produzem no desenvolvimento durante o período de cada idade, “determina plenamente e por inteiro as formas e a trajetória que permitem à criança adquirir novas propriedades da personalidade, já que a realidade social é a verdadeira fonte do desenvolvimento, a possibilidade de que o social se transforme em individual” (VYGOTSKI, 1932/2006b, p. 264 *apud* Almeida, 2018, p. 155).

As neoformações indicam as mudanças psíquicas e sociais produzidas pela primeira vez em cada estágio, gerando modificações nas funções psicológicas. E as crises, de acordo com a autora, intercalam entre os períodos estáveis, sendo entendida como parte do processo do desenvolvimento e que podem ser superadas com a transformação da situação social do desenvolvimento alcançado, quando não ocorre condições favoráveis corre risco desta crise pode ser agravada e intensificada. A nestes movimentos tanto uma dimensão criativa, na inauguração do novo, quanto uma dimensão destrutiva pois ocorre a desintegração da situação social anterior para a reorganização do comportamento (Almeida, 2018).

Diante do exposto, é construído orientações aos profissionais que se debruçam sobre o sujeito a partir da perspectiva histórico-cultural de traçar uma investigação atentando-se em como as funções psicológicas superiores se apresentam, quais funções precisam ser desenvolvidas e o que promove desenvolvimento a este sujeito⁸¹. Levando em conta a apresentação até aqui entendemos que a psicologia histórico-cultural/sócio-histórica

Vai propor, então, a partir de Vigotski, que se estudem os fenômenos psicológicos como resultado de um processo de constituição social do indivíduo, em que o plano intersubjetivo, das relações, é convertido, no processo de desenvolvimento, em um plano intra-subjetivo. Assim, a subjetividade é constituída através de mediações sociais (Gonçalves, 2001, p. 50).

⁸¹ Para desenvolver essa teoria de desenvolvimento e a capacidade potencial de aprendizagem, sobretudo no âmbito educacional, Vigotski classifica os níveis de desenvolvimento da criança em pelo menos dois: o nível de desenvolvimento efetivo (Real) e Nível de desenvolvimento potencial (Vigotski, 1988). No nível de desenvolvimento efetivo, as funções de certo ciclo de desenvolvimento já estão desenvolvidas e a criança já consegue realizar determinadas atividades por si só, o conhecimento já foi internalizado. Já no nível de desenvolvimento potencial, ela ainda necessita da ajuda de adultos ou companheiros mais capazes para realizar essas atividades e solucionar problemas, as funções ainda estão em processo de desenvolvimento. O espaço situado entre esses dois níveis é chamado de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que compreende aquelas funções que ainda estão em processo de maturação, que podem vir a se desenvolver e se consolidar como aquisições internas da criança ou não, dependendo da mediação/colaboração de companheiros mais capazes. De acordo com Vigotski, “o que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos poderá fazê-lo amanhã por si só” (1988, p. 113).

As mediações sociais, sendo estas diversas atividades na qual a intencionalidade vai dar qualidade para este processo, notando-se a importância das esferas emocionais e afetivas nesse processo desenvolvimental.

Unidade afetivo-cognitivo

Inserimos aqui outra categoria, a unidade afetivo-cognitiva. No estudo de Patrícia Monteiro e João Rossler (2020) eles definem esta unidade enquanto sistema semântico da consciência da relação significado-sentido na consciência humana na qual a relação entre afeto e cognição, inerente à atividade humana, é um elemento organizador do desenvolvimento psíquico.

Quando somos afetados podemos refletir, sentir, racionalizar, conhecer, desmembrar, caracterizar, classificar e conceituar esta experiência. Neste sentido ocorreria uma complexificação da própria unidade quando para além de uma trama sensorial houvesse formação de conteúdo consciente que balizam sua percepção, passível de orientação dos sujeitos em suas relações sociais.

Considerando parte essencial do processo humano a apreensão da realidade, é a partir da afectogênese (unidade dinâmica entre seu conteúdo objetivo e sua ressonância afetiva) que processos conscientes decorrentes podem ser construídos por meio de significados e sentidos:

a unidade afetivo-cognitiva se encarna na unidade significado-sentido, ou seja, sob a forma de significados sociais que, em sua genericidade, representam o universo simbólico humano, adquirindo sentido pessoal na medida em que ligam o significado à finalidade da atividade singular do indivíduo que pensa, sente e age de forma particular (Monteiro; Rossler, 2020, p. 323).

Os autores dão ênfase à forma de expressão desta unidade: “a dinâmica psicológica estabelecida entre o significado social e o sentido pessoal, a qual se forja da amálgama do sistema de interconexões entre as FPS e pelas neoformações psíquicas” (Monteiro; Rossler, 2020, p. 331). Eles apontam a pertinência desta categoria para o desenvolvimento ontogenético “assim, pode-se compreender o caráter único, singular e histórico do sujeito que se constitui nas e pelas relações sócio-históricas” (Monteiro; Rossler, 2020, p. 326).

Partindo desta sentença e do que já foi elucidado até aqui, considera-se que esta categoria atua desde o nosso nascimento, sendo indicado mais investigações

sobre a unidade ao longo da periodização e suas relações em processos não conscientes e/ou inconscientes⁸² para a abordagem.

Diante do exposto conseguimos compreender melhor que por meio do processo de apropriação e objetivação do sujeito se inaugura o corpo inorgânico. Falaremos a seguir com mais ênfase na relação entre psiquismo e corpo.

Unidade psicofísica

Como afirmado por Vigotski, “o desenvolvimento psicológico está intimamente relacionado ao físico e nunca se apresenta como linha independente” (Vigotski, 2018, p. 109 *apud* Da Silva; De Almeida, 2023, p. 147). De acordo com o estudo dos psicólogos e pesquisadores Flávia Gonçalves da Silva e Sandro Henrique de Almeida (2023) sobre a unidade psicofísica, a partir da proposição de Luria sobre os sistemas funcionais e de Vigotski sobre a análise dos fenômenos em unidades, a unidade psicofísica é uma chave que visa superar a dicotomia entre corpo e psiquismo.

O físico aqui pode ser entendido como o corpo orgânico (ou físico ou biológico), e deve ser compreendido em sua totalidade e seus sistemas existentes (ósseo, nervoso, endócrino, entre outros) e não apenas enquanto aparato cerebral⁸³. Da Silva e De Almeida (2023) apontam três sínteses sobre esta chave:

A primeira é que esta unidade tem papel de mediação entre as demais unidades que compõem o psiquismo (pensamento e linguagem, consciente e inconsciente, afeto e cognição), e que desta maneira ela revelaria a relação biológica e social contendo “em si elementos essenciais que compõem a totalidade” (Da Silva; De Almeida, 2023, p. 153). O segundo aspecto que eles sintetizaram é que as condições sociais vão promover o desenvolvimento desta unidade, tornando-as ainda mais complexas.

⁸² Na obra “*Inconsciente e adoecimento psíquico na psicologia soviética*” (2022) de Flávia Gonçalves da Silva derivado da pesquisa de pós-doutorado é realizado uma revisão sobre os estudos da psicologia soviética sobre os processos e conteúdos inconscientes e não conscientes que constituem o psiquismo, bem como sua relação com a adoecimento psíquico. A autora aponta que ainda que não seja tratado consciência e psiquismo como equivalentes, o inconsciente é pouco investigado, em sua pesquisa uma das elaborações é de que o inconsciente não se trata de um lado negativo do psiquismo que precise ser superado e da informações de estratégias de investigação em uma atuação profissional baseada na psicologia histórico-cultural.

⁸³ Os pesquisadores apontam que algumas produções brasileiras recentes que referenciam a unidade desta forma, para eles esta leitura corrobora com uma compreensão reduzida do fenômeno.

Por último, o terceiro aspecto que os pesquisadores ressaltam é que nas especificidades e interdependências do desenvolvimento físico e psicológico esta relação possibilita surgimento de ações motoras superiores que podem alterar o corpo profundamente:

Isso porque a relação do corpo com o meio não vai possibilitar apenas experiências corporais, mas também a construção do significado e sentido delas, possibilitando o controle voluntário das ações motoras, o surgimento de habilidades ou refinamento das já existentes, entre outras possibilidades. Por outro lado, o desenvolvimento da corporalidade cria condições para que processos psíquicos surjam ou se reorganizem, como as capacidades psicomotoras (Da Silva; De Almeida, 2023, p. 154).

Como exemplo podemos pensar no caso da luta armada na Guerra da independência da Argélia, isto porque nosso recorte temporal da vida de Fanon e suas produções convergem com o período de adesão de parte da população argelina ao conflito armado. Como visto no capítulo anterior, à medida que foi se expandindo a consciência nacional a respeito da colonização francesa a descolonização foi se tornando uma possibilidade e para tal, homens e mulheres direcionaram a si mesmos enquanto corpos passíveis de atividades até então mais restritas a militares.

Os pesquisadores apontaram a necessidade e importância de mais estudos que investiguem os aspectos sociais que formam a corporalidade alinhados ao método do materialismo histórico-dialético. No próximo capítulo pretendemos apresentar de forma apurada nossa contribuição apoiada em Frantz Fanon de que a exterioridade do corpo se tornou um dos elementos imprescindíveis para organização social, que baliza as relações interpessoais e institucionais para o estabelecimento do colonialismo. Por isto, a externalidade do corpo, a imagem corporal que consequentemente constitui a autoimagem, é de suma importância para compreender a complexidade da articulação da realidade concreta e o desenvolvimento do sujeito, podendo ser considerado um dos aspectos sociais que constituem à unidade psicofísica. Como os pesquisadores afirmaram:

Compreender as dimensões políticas e ideológicas que permeiam a formação da corporalidade e, ao mesmo tempo, promover a apropriação de práticas que promovam o desenvolvimento dos processos psíquicos superiores e das ações motoras superiores de forma significada, contextualizada, são ações necessárias para que o desenvolvimento do indivíduo alcance suas máximas possibilidades⁸⁴ (Da Silva; De Almeida, 2023, p. 155).

⁸⁴ Coadunando com demais autores no campo da pedagogia, eles apontam que o ambiente educacional majoritariamente reproduz a dicotomia corpo e psiquismo, aparentemente privilegiando-se o intelecto. Para eles, esta subordinação de um elemento sobre o outro na prática intensifica a

Neste subcapítulo foi realizada uma tentativa de síntese das categorias fundamentais para entendimento do desenvolvimento humano a partir da psicologia histórico-cultural. Vale comentarmos que o intuito no início da psicologia soviética era de uma psicologia geral, sendo valioso a unidade dialética singular-particular-universal neste propósito. Por fim, pretendemos apresentar uma sistematização fundamentada em autores da psicologia soviética sobre as especificidades do plano singular do sujeito, denominada enquanto personalidade, tema de grande interesse a Fanon em pesquisas na qual ele cria categoria de sociogenia e baliza sua prática clínica.

2.3. A formação da personalidade para a Psicologia Histórico-Cultural

Optamos por trazer a categoria de personalidade devido a uma bagagem de leitura que indica, até então, que esta se coaduna de forma mais qualificada com nossa proposta de apreender a dinâmica do sujeito de tornar-se único com seu estilo pessoal do que a categoria comumente estudada na psicologia sócio-histórica da Identidade⁸⁵, formulada por Antonio da Costa Ciampa (1937-2022). Reconhecemos o grande impacto das produções do pesquisador na psicologia social tendo seu legado até os dias atuais e por limitações da presente pesquisa não iremos nos debruçar a diálogos críticos.

Vale destacar que a proposta desta categoria de Identidade de Ciampa distingue-se do empregado nos estudos sobre identidades raciais no Brasil, tema amplamente estudado nas ciências humanas. Portanto, os termos ainda que iguais têm constituições distintas, podendo se relacionar à medida que o pesquisador o faça. De acordo com a pedagoga e pesquisadora Nilma Lino Gomes (2005, p. 41) identidade se refere “a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos

fragmentação da unidade psicofísica, geralmente reproduzindo uma disciplinarização dos corpos e impactando negativamente no processo de ensino e aprendizado.

⁸⁵ Flávia Gonçalves da Silva ao definir a categoria de Identidade elaborada e estabelecida por Ciampa na PUC SP discorre sobre o contexto da época. Segundo ela, o autor juntamente com sua orientadora Silvia Lane e com o grupo de pesquisa que tinham, acessaram a tradução em espanhol de Leontiev da obra “*Atividade, consciência e personalidade*” sendo apropriada as primeiras duas categorias nos seus termos, contudo a terceira era considerada muito estimada na psicologia sendo majoritariamente atrelada a concepções burguesas, propagando a-historicidade e mecanicismo, por isso, houve uma agenda empenhada na tarefa de substituí-la por identidade. Porém, de acordo com Flávia da Silva, a categoria não é condizente com as bases marxistas.

sociais”. Para além do nível cultural a identidade envolve a histórica de cada sociedade e os aspectos sócio-políticos, havendo uma ênfase nos processos de interação entre pessoas e marca a condição humana. Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.

De acordo com Flávia Gonçalves da Silva (2009) no artigo “*Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural*” as diferenças entre categorias devem ser definidas de forma mais apurada, como ela o faz:

Por subjetividade entende-se o processo pelo qual algo se torna constitutivo e pertencente ao indivíduo de modo singular. É o processo básico que possibilita a construção do psiquismo. A individualidade se refere à herança biológica do indivíduo, sendo a base (mas não apenas ela) para o desenvolvimento da personalidade, que é o sistema psicológico integrado que possibilita a formação do eu (Da Silva, 2009, p. 193).

A personalidade aqui apresentada é derivada de uma análise sobre o processo de personalização feita por Lígia Márcia Martins (2004; 2007) a partir das teorias desenvolvidas por Alexis Leontiev e Lucien Séve (1926-2020), fundamentadas no materialismo histórico-dialético. Preservando o termo personalidade, é destacado que se trata de uma compreensão diferente de boa parte dos modelos teóricos hegemônicos, na medida em que não se entende como sendo um sistema fechado em si mesmo.

Fundamentada na concepção de ser humano exposta anteriormente, entende-se que a existência de um sujeito, embora de fato apresente uma certa “singularidade irreduzível às coordenadas sociais”, deve isso em razão da sua própria construção genérica, pois o homem “apenas se individualiza por meio do processo histórico-social, posto que o indivíduo é um ser social singular único e exclusivamente na medida em que é um ser social genérico” (Martins, 2004, p. 84).

Portanto, a formação social da personalidade diz respeito a entender o processo das relações dialéticas estabelecidas entre fatores internos e externos. Os fatores externos, estariam relacionados às condições materiais de vida e ao conjunto de relações que sustentam o processo de humanização, enquanto os fatores internos dizem respeito a todos os processos biológicos e psicológicos que surgem fruto desta atividade. Ou seja, a personalidade não é um processo formado unicamente pelo indivíduo, mas sim pelo indivíduo em sua relação com o mundo, com o meio social, com a realidade.

Deste modo, o estudo dos processos psíquicos envolvidos neste desenvolvimento implica, necessariamente, em uma análise de homem ligada ao “plano da pessoa”. Ao deter-se sobre o processo de desenvolvimento da personalidade, a autora visou apreender as propriedades que a compõem, suas estruturas e os princípios gerais que regem este desenvolvimento assim como as bases sociais que implicam neste processo (Martins, 2007).

Em relação às propriedades da personalidade, estas dizem respeito a especificidades caracteristicamente humanas, de acordo com Smirnov *et al.* (1960, *apud* Martins, 2007), as quais podem ser organizadas em três grupos distintos, que são: temperamento, capacidades e aptidões e, por último, caráter. São a partir destes pontos que se dá o desenvolvimento das propriedades da personalidade.

O temperamento pode ser compreendido como traços ou aspectos mais estáveis, biologicamente arraigados e muitas vezes herdados, que sustentam o caráter dinâmico da atividade do indivíduo, isto porque atua no processo de instauração da atividade junto à matriz sensorial do psiquismo. Petrovski (1985, *apud* Martins, 2007), propôs seis tipos de temperamento: sensibilidade (velocidade no surgimento de reações psíquicas); reatividade (força da reação emocional); atividade (grau de energia com que o sujeito age no mundo exterior); ritmo de reação (velocidade de execução das diversas reações afetivo-cognitivas ou processos psíquicos); plasticidade/rigidez (grau de "resiliência"); extroversividade /introversividade (determinação das impressões exteriores de determinada situação, com suas imagens, representações e ideias no surgimento de reações e atividades temperamentais).

Assim, o temperamento expresso em cada pessoa, seria resultado das diferentes combinações destas propriedades, as quais “estabeleceriam entre si relações de condicionabilidade e subordinação de uma sobre as outras” (Martins, 2007, p. 96). Aqui se faz importante ressaltar que ainda que o temperamento seja dotado de disposições neurofisiológicas e de qualidade emocional há uma relação direta com as condições de vida e atividade do indivíduo. Ele não predetermina os indivíduos, apenas coloca em destaque a base constitucional e designa “certa classe de matéria com a qual se desenvolve a personalidade” (Martins, 2007, p. 97), ressaltando que não é possível conceber a personalidade sem influências do temperamento. Deste modo, o temperamento figura como sendo um

relevante aspecto no estudo da personalidade, porém deve-se ter claro que ele é apenas uma variável, dentre outras, que fazem parte da sua estruturação.

As capacidades, por sua vez, são produtos da história humana, o indivíduo constrói suas capacidades a partir dos processos de apropriação e objetivação e que para serem reforçadas e aperfeiçoadas, essas capacidades devem ser acompanhadas de hábitos e habilidades. Segundo a autora, este desenvolvimento propicia, além disso, a generalização destas capacidades, viabilizando a ampliação das possibilidades de novas apropriações e objetivações, como é o caso da criatividade. Outra característica fundamental das capacidades é a aptidão, ou seja, a particularidade anátomo-fisiológica que forma as diferenças inatas entre as pessoas. Se uma pessoa não está apta a realizar alguma atividade, ela não terá fisicamente capacidade para realizá-la, mas poderá fazê-lo com o auxílio das objetivações histórico-culturais (Martins, 2007).

O caráter, por fim, é definido como sendo a combinação de “características distintivas individuais de uma pessoa dentro de um grupo social, manifestando-se em todos os seus comportamentos e relações com o mundo circundante” (Martins, 2007, p. 102-103), apesar da afirmação, entende-se que esta manifestação não se faz de maneira absoluta e generalizada, a depender da história de vida pode ser mais ou menos complexo, mais ou menos contraditório. Segundo Martins (2007) os traços de caráter, podem ser entendidos como sistemas de reações que se originam a partir do seu reflexo psíquico da realidade e que acabam por serem mobilizados pelas reações do meio social. Os traços de caráter condicionam-se por meio das atitudes praticadas pelo indivíduo, estas atitudes, por sua vez, são condicionadas pelas relações sociais em que o sujeito está imerso.

Após apresentar os três grupos de propriedades da personalidade, Martins (2007) faz três importantes considerações. A primeira trata sobre a necessidade de compreender que estas propriedades se desenvolvem e manifestam-se em conjunto, por este motivo não devem ser analisadas em separado, salientando o pensamento dialético. A próxima consideração feita foi sobre o fato de que este conjunto se expressa como estilo individual da pessoa, sendo resultado das suas condições objetivas de existência.

A terceira consideração, por fim, diz respeito à vinculação destas propriedades em sua gênese e manifestação a “estados psíquicos dinâmicos da pessoa”. Estes estados, de acordo com a autora, abrangem os motivos, emoções e sentimentos dos

indivíduos. Por isso "as emoções e os sentimentos estão inseparavelmente ligados às necessidades, de cuja satisfação/insatisfação dependem" (Martins, 2007, p.108). A autora concebe, também, que ao longo do processo as necessidades se transformam em motivos, pois as atividades passam a se complexificar proporcionando, assim, novas necessidades e novos motivos.

A dimensão ideológica está presente em todo o processo de personalização do indivíduo, sendo ainda mais explícita e demarcada no caráter visto que se expressa como base para determinados ideais, valores e convicções que, ao serem apropriados pelas pessoas passam a orientar seus atos. Esta atenção maior é importante também no olhar do profissional na descrição destes pontos e sobretudo na explicação destes, visto o risco de corroborar com significados ideológicos e essencialização. Exemplos para ilustrar: denominar "histeria" no senso comum para o temperamento de uma pessoa que reivindica seus direitos – principalmente se for mulher; para aptidão inferiorizar pessoas que não tem o mesmo processo de desempenho na aquisição de algum esporte, endossando discursos meritocráticos; no item caráter desqualificar/secundarizar processos no reconhecimento de uma pessoa trans. Tais casos ainda que simplórios evidenciam que a prática de trabalho ainda que balizado por uma orientação teórica não é neutra, havendo um compromisso ético e político em nossa práxis.

Dando seguimento a teorização da personalidade, há a necessidade de compreender as seguintes estruturas, propostas por Martins (2007): a estrutura motivacional da personalidade e a estrutura emocional. A primeira é atribuída ao conjunto de motivos constituídos pelo sujeito por conta das atividades que desempenha e a segunda refere-se ao sistema recíproco entre aquilo que foi experimentado pelo sujeito e os sentimentos que a experiência impulsionou.

A estrutura emocional depende não só das condições de vida do indivíduo, mas também da sua história de vida e da própria concepção ideológica, tanto dele quanto da sociedade em que ele se insere. Os sentimentos, formados sobre a experiência, resultam das condições de vida do indivíduo, bem como dos distintos grupos que integra (Martins, 2007). Essa estrutura se dá de maneira hierárquica, existindo sentimentos e emoções duradouras que influenciam o comportamento em maior grau, sentimentos de caráter subordinado e ainda outras emoções de curto período de tempo.

Na estrutura motivacional da personalidade está centrada a hierarquia de motivos e atividades que, mediadas pelos significados sociais e pelos sentidos pessoais, constituem os processos psicológicos. Intimamente relacionados com o conceito de alienação, os motivos podem ser geradores de sentido ou somente motivos estímulos que impulsionam uma atividade. Esses motivos podem ser conscientes ou não. Motivos não conscientes possuem a mesma determinação que qualquer outro visto que integra o psiquismo junto com os processos e conteúdos conscientes e não-conscientes. A categoria de consciência implica a percepção do fenômeno dentro de um sistema de relações objetivas que o sustenta, sendo que esse número de relações é infinito. Logo, nenhuma experiência é absolutamente consciente, assim como nenhuma vivência é desligada de qualquer relação objetiva e, portanto, absolutamente inconsciente (Martins, 2007).

Martins (2007) atrela o processo de personalização aos estudos da periodização na histórico-cultural e afirma que duas etapas são primordialmente significativas: etapa espontânea e etapa da autoconsciência. Para a autora, a etapa espontânea engloba até o período da adolescência e se refere à constituição de fins e motivos enquanto a etapa da autoconsciência pode se desenvolver na transição da adolescência à fase adulta, quando a consciência passa a exprimir, também, o sistema de motivos das ações do indivíduo (Martins, 2007). Vale a ressalva já realizada sobre a leitura da periodização, não como processo linear e evolutivo, mas com saltos qualitativos transformadores do que havia se estabelecido até então.

Uma categoria importante nesse bojo é a de consciência sobre si, que consiste no estabelecimento de reconhecimento dos atributos individuais do sujeito sobre si mesmo, conhecimento que vai se acumulando desde a primeira infância, sendo parte do processo de autoconsciência. Já a autoconsciência está para além do conhecimento sobre si, pois

implica, para além do conhecimento sobre si, o estabelecimento dos nexos existentes entre esse conhecimento e o sistema de relações sociais no qual se insere o indivíduo. Pressupõe o conhecimento sobre si posto diante das condições objetivas de existência, ou seja, nas intersecções que estabelece com o mundo circundante. Identifica-se com o processo de *ir além de si mesmo*, pelo qual o indivíduo se reconhece na realidade mais ampla na mesma medida em que ela é reconhecida em si (Martins, 2007, p.120).

Vale apontar que estas duas etapas estão atravessadas por uma realidade objetiva que, na sociedade de classes se expressa com alienação e ideologia, por isso

a importância de identificar as ideias dominantes de cada tempo e que constrói os signos ideológicos que forjam a realidade, a noção sobre o outro e sobre si mesmo. Com isso, o processo de desenvolvimento da autoconsciência que já é complexo e longo se torna ainda mais desafiante, isto porque há diversos entraves para a maior parte da população de alcançar as diversas conquistas culturalmente já adquiridas, impactando diretamente na autoavaliação e no processo de escolha.

Outra sistematização relevante realizada por Ligia Martins sobre a formação da personalidade são os princípios gerais que regem este desenvolvimento. Esses princípios são divididos em três: qualidade dos vínculos do indivíduo com o mundo; grau e organização da hierarquização das atividades em relação aos motivos; e o grau de subordinação dessa organização perante a consciência sobre si e à autoconsciência (Martins, 2007).

O primeiro princípio infere que a qualidade dos vínculos é responsável pelo enriquecimento ou empobrecimento da existência dos indivíduos, o que impacta em suas personalidades. Tais caracterizações da existência dependem das atividades realizadas pelos indivíduos, nas quais os sentidos pessoais e significações sociais podem constituir uma unidade ou uma ruptura entre si, o que determina esse caráter enriquecedor ou empobrecedor (Martins, 2007). Complementamos aqui que não se trata de uma compreensão dicotômica e causal, ora um ou outro, pelo pressuposto que quanto mais complexa é a sociedade, mais complexo é o sujeito, estes processos estão permeados por tensões e contradições que se desdobram em maior ou menor alinhamento, afirmação/negação e transformações.

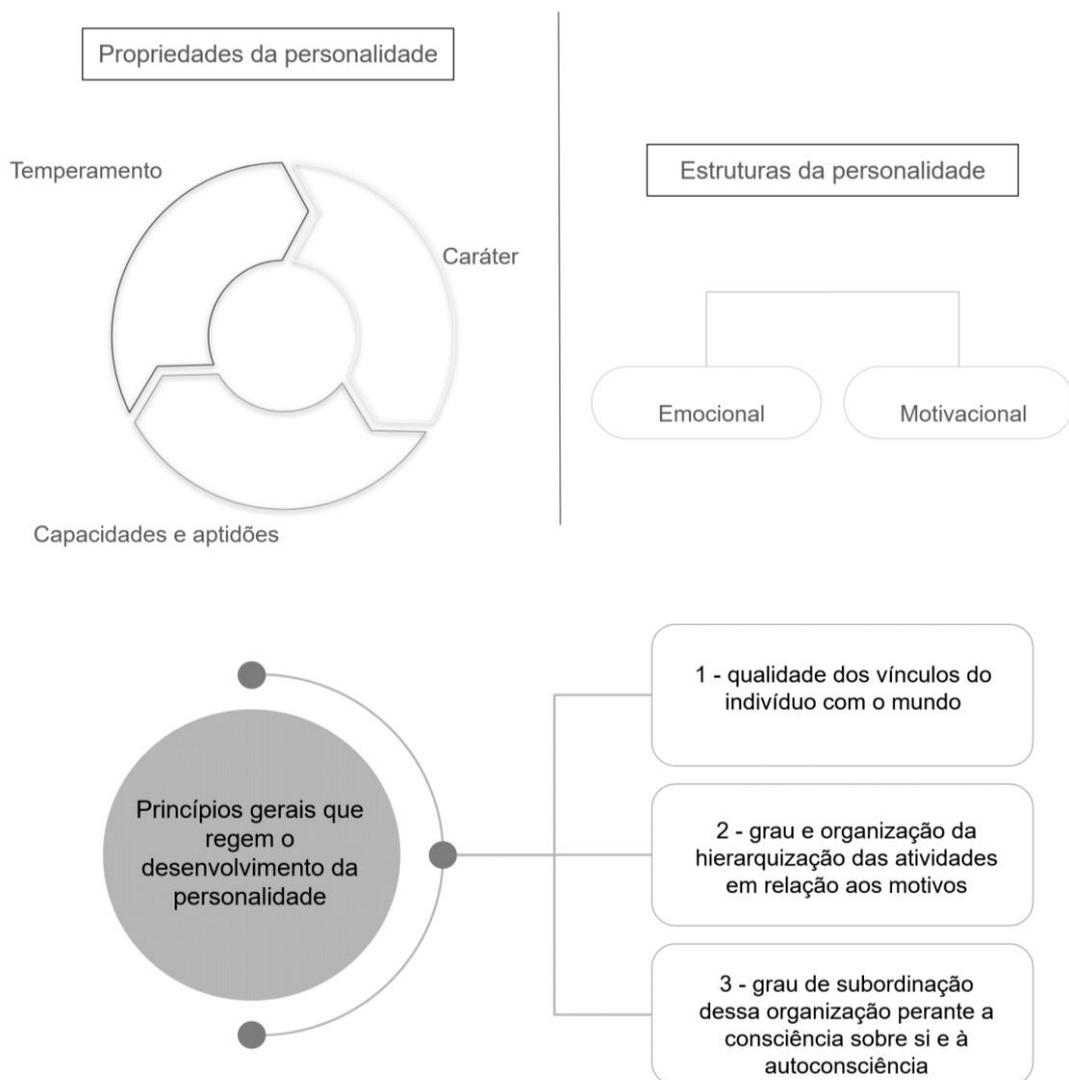
Já o segundo princípio geral refere-se ao grau e à organização da hierarquização das atividades em relação aos motivos, direcionando-os e criando uma unidade relativamente estável no processo de personalização. Os motivos vão constituir linhas motivacionais, juntamente às atividades que as sustentam, contribuindo ou não para uma unidade estável no processo de formação da personalidade, vista a relação de orientação com que os indivíduos vão se colocar no mundo pelo viés da consciência (Martins, 2007). A importância deste princípio está no fato de que, se houver uma desarticulação entre atividades e motivos, o indivíduo viverá de maneira fragmentada, guiando-se por motivos-estímulos, e não por motivos que são geradores de sentido.

Por fim, o terceiro princípio estabelece que o grau de subordinação da hierarquização das atividades e em relação aos motivos perante a consciência sobre

si e autoconsciência dependem da particularidade, da individualidade em si e da genericidade para-si. À nível de consciência sobre si, incluem-se o processo de individualidade em si e da particularidade, enquanto o âmbito da autoconsciência supera esses fenômenos e permite que o indivíduo reproduza o trabalho de forma livre, universal, consciente, e, portanto, desenvolva a genericidade para-si, como visto anteriormente.

Visando ilustrar o conteúdo sobre a formação da personalidade discutido por Ligia Márcia Martins (2007), produzimos os seguintes quadros que apresentam os elementos a serem considerados sobre as propriedades da personalidade, as estruturas e os princípios gerais que gerem este desenvolvimento:

Figura 5 – A formação social da personalidade



Fonte: Elaborada pela autora (Cruz, 2024).

A complexidade está atrelada às condições objetivas de vida, isto porque na sociedade de classes a realidade é precária e limitada para a maior parte dos indivíduos. Sendo assim, nas relações sociais de exploração e dominação, as particularidades que se configuram como o processo em que o indivíduo organiza sua existência são alienadas, o que limita tanto o desenvolvimento da consciência sobre si quanto o da sua autoconsciência. Para que essas particularidades sejam superadas, segundo Martins (2007, p. 95), é preciso que haja o “estabelecimento de uma relação consciente para com a genericidade, pois apenas por esta via poderá o homem estabelecer relações cada vez mais conscientes para com as diferentes formas pelas quais, objetiva e subjetivamente, reproduz sua vida”.

Neste mesmo raciocínio é válido o apontamento de Leontiev (1969) de que a formação e complexificação das necessidades está intimamente relacionada com o círculo de objetos disponíveis para o indivíduo. Logo, não é possível dissociar a formação de sua personalidade das condições objetivas que este está inserido, do grau de qualidade de suas apropriações (Martins, 2007). Nesta direção, a teoria da personalidade vai ter como premissa de que entender a relação entre a estrutura da atividade e a formação da personalidade é fundamental para compreender as alterações na personalidade, comumente chamadas de distúrbios ou psicopatologias. Seria a partir da análise da atividade do sujeito que se poderia perceber as alterações nas estruturas motivacionais e emocionais que resultam nas alterações da personalidade⁸⁶.

Historicamente, o entendimento dos distúrbios da personalidade tem sido pautado principalmente pela psiquiatria clássica. Neste panorama biomédico, o problema considerado um desvio está no indivíduo e não nas relações sociais mais amplas, portanto o objetivo do trabalho do profissional da saúde mental seria então o de adaptação do indivíduo ao meio (Alvarez, 2003). Esta compreensão como algo em si, rígido e a-histórico, concebe a relação entre normal e patológico a partir de uma ideologia que sustenta a manutenção da ordem vigente:

⁸⁶ Dentre os estudos que debruçam sobre psicopatologia muitos são apoiados nos estudos de Bluma Wulfovna Zeigarnik, psicóloga lituano-soviética que desenvolveu diversos estudos sobre a Patopsicologia Experimental. É possível saber mais na dissertação “*Compreensão do adoecimento psíquico: de LS Vigotski à Patopsicologia Experimental de Bluma V. Zeigarnik*” de Maria Aparecida S. Silva de 2014.

A Psicologia historicamente se apoia em uma visão de normalidade que corresponde a uma condição particular da existência humana, na medida em que se apega a valores e padrões de comportamento de uma determinada classe social, tomando-os como pretensamente universais. Uma configuração particular de família, por exemplo, é alçada à condição de modelo natural e ideal. O funcionamento psíquico particular do homem da sociedade burguesa é tomado como expressão de uma natureza humana universal; as crises advindas dos obstáculos sociais enfrentados pelos adolescentes são tomadas como características próprias à idade, dentre outros equívocos (Pasqualini; Martins, 2015, p. 369-370).

É neste sentido que, por entender o caráter de movimento e atividade da formação da personalidade esta matriz teórica não desvincula os enquadramentos de transtornos mentais da história de vida do indivíduo, do lugar que ele ocupa no meio social e das relações mais amplas em que este se insere. Como afirma Almeida (2018, p. 368) “se o desenvolvimento da personalidade é fragmentado e obstruído pelas relações de exploração, assim o é também com a consciência sobre si e a autoconsciência”.

Martins (2007) apresenta cinco formas pela qual a alienação se manifesta nos processos psicológicos, apoiada por Seeman (1959), sociólogo estadunidense. O primeiro é o sentimento de falta de poder, no qual o indivíduo se vê como alguém incapaz de gerir seu próprio destino. A segunda expressão da alienação é o “sentido do absurdo”, ou seja, uma baixa expectativa de que se possam estabelecer relações satisfatórias entre os comportamentos e as probabilidades de seus resultados.

A terceira forma de alienação é o “isolamento”, equivalendo a uma forma de se expressar a desesperança, e uma valorização negativa acerca dos objetivos e valores sociais. A quarta forma de alienação é o auto-estranhamento, definida como grau de dependência da atividade em relação a recompensas que se situam fora dela e que produz uma seleção viciada, cega, da experiência em relação aos valores, normas, significados e sentidos pessoais. A última manifestação da alienação é a “ausência de normas”, que levam o indivíduo ao rompimento de seus vínculos com o sistema ao qual pertencem.

Assim, a alienação não se dá somente no âmbito social, mas também pessoal, a vida pessoal se transforma em um mero espaço de reprodução da força de trabalho, refletindo o sistema de produção capitalista e da divisão social do trabalho (apoiados na divisão racial e homossexual do trabalho). Apesar disso, não deve ser tratado estes tipos de alienação como equivalente a enquadramentos de adoecimento psíquico, ao

contrário, os apontamos visam contribuir para compreensão do fenômeno da alienação. Como Martins aponta:

A personalidade alienada, ou a alienação em seus níveis psicológicos, expressa-se como se fosse um *duplo* da pessoa, que pouco a pouco ocupa seus gestos, suas reações, seus pensamentos e sentimentos, gerando a muda aceitação, a resignação e o conformismo da pessoa ou o seu fracasso, expresso em diferentes formas de sofrimento psicológico. Neste sentido é que a personalidade se converte numa pseudoconcreticidade, numa máscara destinada a expressar papéis que as circunstâncias externas exigem (Martins, 2007, p. 133).

No lugar do tratamento nos moldes manicomiais, a prática do profissional é pautada nas diretrizes da saúde pública e da reforma psiquiátrica, com entrelaçamento de ricas contribuições promovidas pela saúde coletiva.

Chama atenção as possibilidades de aproximações com os apontamentos de Fanon sobre o sofrimento psíquico, sobretudo do negro/colonizado. Como examinado no capítulo anterior, o processo de racialização confere uma lente distorcida dos sujeitos à realidade sobre si e sobre o outro, pois se cristaliza nos significados construídos pela/para situação colonial, as categorias raciais hierarquizadas, forjando as relações em falseamentos que interdita a humanidade de todos que estão submetidos à atmosfera colonial. Aprofundaremos essas possíveis conexões no capítulo adiante.

Frente ao exposto, podemos endossar a afirmação de Martins de que a personalidade pode ser apresentada como sendo “a expressão máxima da individualidade humana” (Martins, 2004, p. 85) denotando o potencial de autossuperação do sujeito, partindo da compreensão dialética de que o sujeito é determinado ao mesmo tempo que determinante à medida que sua realidade circundante e condições objetivas possibilita movimentos outros.

Nosso principal objetivo com este capítulo foi apresentar a relação entre desenvolvimento filo e ontogenético, com ênfase em algumas categorias destacadas nos estudos da psicologia histórico-cultural, subsídio este que fundamenta a psicologia sócio-histórica pela ontologia do ser social. Passamos pela concepção de ser humano e da natureza social do psiquismo e fizemos um destaque a aspectos da constituição da singularidade em relação dialética com o particular e universal, pelo processo de personalização. Reforçado por Pasqualini e Martins (2015, p. 370):

Diante disso, a tarefa de uma psicologia crítica – que pretende espelhar fidedignamente o movimento real de constituição da individualidade, é

desvelar a individualidade-particular, ou seja, decodificar as determinações que agem sobre a singularidade, captando essa individualidade-particular como expressão singular-particular da universalidade. Trata-se de apreender aquilo que de fato justifica a afirmação da natureza social dos indivíduos.

Importante ressaltar que esta confecção parte desta pesquisadora com seu acúmulo delimitado sócio historicamente e que foi realizado uma seleção na tentativa de fundamentar um raciocínio, portanto, dentro dos limites deste compromisso de dissertação algumas categorias e análises não foram possíveis de serem realizadas aqui. Por fim, reafirmamos que a apresentação tende a ter aparência linear e sequencial, contudo, trata-se de um pensamento dialético.

3. Relações entre a teoria de Frantz Fanon e a Psicologia Histórico-Cultural

No artigo *“Raça e subjetividade: do campo social ao clínico”* (2020) as pesquisadoras Lia Vainer Schucman e Mônica Mendes Gonçalves indicam aos profissionais da psicologia que orientem suas práticas por uma definição nominalista da raça, isto é, reconhecendo-o enquanto conceito sociológico e sua realidade social efetiva. Isto porque o Brasil é marcado pelas desigualdades raciais, de acordo com elas:

A ideia de raça e o fenômeno do racismo estão presentes e difundidos nas mais diversas experiências da vida social brasileira: nas distribuições de recursos e poder, nas identidades coletivas, nas formas culturais e nos sistemas de significação, e no conteúdo e na organização das experiências subjetivas. Contudo, não deixaram de ser tabu, circulando sob diferentes formas discursivas de apaziguamento, apagamento ou negação dos conflitos que suscitam (Schucman; Gonçalves, 2020, p. 111).

Este “tabu” refere-se principalmente ao mito da democracia racial, marco histórico do Brasil no século passado e que permanece atualmente. Ocorre em um período posterior aos estudos higienistas e eugênicos⁸⁷, na virada do século XIX para o Séc. XX. Este produto histórico condiz com a atual realidade de que há, segundo as autoras, uma multiplicidade de sentidos em torno da raça e do racismo, desde concepções conservadoras de “harmonia racial” até ao máximo oposto desvelada pelos movimentos sociais negros, logo, uma antinomia racial.

Essa dinâmica antinômica, somada à negação da mesma, solidificou uma tendência na ciência psicológica de não considerar este fenômeno na sua devida proporção, enquanto parte fundante da totalidade social (Farias, 2022). Para as perspectivas de base materialista histórico-dialética isso não foi diferente. De acordo com Farias, no início do século XX o tema do racismo chega a ganhar mais evidência nas instituições, resultado das lutas do Movimento Negro “mas não há qualificação teórica em termos da escola em questão” (Farias, 2022, p. 174), no caso ele se refere principalmente ao núcleo da psicologia sócio-histórica da PUC-SP. Logo, ainda que com certa atenção ao fenômeno do racismo, não se produziram sistematizações condizentes.

Contudo, o cenário vem mudando.

⁸⁷ Para saber mais indicamos as produções do pesquisador brasileiro Weber Lopes Goés, sua dissertação se desdobrou no livro *“Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl”*, publicado em 2018.

Visamos, a partir deste capítulo, entrelaçar uma nova gramática na psicologia histórico-cultural. Fundamentada na constatação do marco da criação e fundamentação da zona do não-ser a partir da racialização, tese elaborada por Fanon e por demais estudiosos críticos sobre o tema. Acreditamos que estes subsídios podem ser estendidos para análise de demais fenômenos derivados da exploração e da dominação. Buscamos assumir o compromisso social e político na psicologia, almejando contribuir para este empreendimento de expansão da área clínica dentro da perspectiva apoiada no materialismo histórico-dialético.

Vimos a práxis de Fanon e o quanto seu desenvolvimento teórico-político esteve desde o início atrelado com as lutas anticolonialistas, preservando um posicionamento autônomo no seu compromisso com as urgências da sua época, da denúncia das mazelas à construção coletiva de formas de emancipação. Realçamos o entrelaçamento entre clínica e política expresso no seu percurso curto e intenso, enquanto diretor-chefe no Hospital Psiquiátrico de Blida (HPB), na qual suas aspirações antimanicomiais foram significativamente radicalizadas. Ele denunciou o modelo asilar e a ciência psiquiátrica enquanto instrumentos do colonialismo, reivindicando o manejo humanizado para promoção de saúde (Cherki, [2000] 2022; Da Costa; Mendes, 2021; Faustino; Rosa, 2023).

A aparente similaridade da teoria de Fanon e da perspectiva sócio-histórica/histórico-cultural, no que diz a radicalidade do pensamento marxista e sobretudo a concepção de que o meio social constitui o sujeito, foi o ponto de partida desta pesquisa. A partir do levantamento realizado até aqui tornou-se viável defender argumentativamente esta hipótese. Para prosseguir, avançamos na tentativa de sistematizar os principais pontos em comum e, também, de diferenças entre a categoria de sociogenia e a psicologia histórico-cultural.

Foram projetados dois subcapítulos. O primeiro traz apontamentos sobre a proximidade da categoria de sociogenia de Fanon com a psicologia histórico-cultural; no segundo é exposto o que reconhecemos como uma possível grande contribuição de Fanon à abordagem: *a exterioridade do corpo enquanto um dos fatores constitutivos da unidade psicofísica*.

3.1. Aproximações entre a categoria de sociogenia de Fanon e a Psicologia Histórico-Cultural

Recapitulando a categoria de sociogenia/sociogênese de Fanon, esta refere-se a um enquadramento reflexivo do autor para a compreensão da relação entre capitalismo, colonialismo e racismo, de acordo com o sociólogo brasileiro Deivison Faustino (2018b). Para o pesquisador, há três níveis da análise composta na sociogênese: o primeiro trata-se do reconhecimento da imposição colonial com fins de dominação socioeconômica dos povos colonizados; o segundo nível diz respeito à confecção das categorias raciais e do racismo na situação colonial. O terceiro trata-se do processo complexo da racialização que é a interiorização subjetiva e os seus impactos na constituição de todos de um determinado território (Faustino, 2018b).

Nota-se, neste percurso exposto acima, que o ponto de partida é a realidade material. Contudo, observamos que esta apreensão de Fanon foi alcançada após um processo investigativo que superasse a aparência da sociedade argelina. No período, de sua atuação no HPB, ele se propôs a conhecer a sociabilidade do país, a cultura, como o povo e como os profissionais lidam com a loucura, com as relações de gênero e de sexo, como se estrutura a família, o lugar do indivíduo e do coletivo, entre outros pontos. Seu intuito era o de construir pontes com seus pacientes. Nesta aproximação houve atenção tanto aos traços específicos da sociedade argelina quanto aos traços gerais da colonização francesa em relação aos demais processos colonizatórios de expansão europeia.

Com isso, foi possível para o psiquiatra martinicano vislumbrar com maior complexidade a dominação econômica da sociedade colonizada, sob domínio da sociedade colonial, a reorganização estabelecida pelo Estado colonial na política, nas instituições e na cultura argelina que se deu a partir da criação de grupos étnico-raciais, estes: europeus, judeus e muçulmanos. Esta configuração racial criada, com fim de refinamento da dominação econômica, equivale ao segundo nível, definido por Faustino, da análise fanoniana sobre o colonialismo a partir da categoria de sociogênese: a produção - impositiva - de posições sociais racializadas.

De acordo com Deivison Faustino e Miriam Debieux Rosa (2023, p. 8), “para objetificar os povos colonizados em pleno período de ascensão de um discurso universal do humano (...) foi necessário destituí-lo ética, política e esteticamente dessa noção de humanidade que se esboçava”. Nesse sentido, a racialização trata-se da essencialização das relações raciais por meio de categorias raciais definidas de forma hierárquica, da qual o branco é visto como ser superior e referência a ser atingida e o

negro inferior. A fundamentação desta afirmação já foi de cunho religioso, biológico e cultural (Faustino; Rosa, 2023).

Em relação ao terceiro nível, a ênfase está na constituição do sujeito nesta trama colonial, que se daria num processo complexo de interiorização do mundo circundante que, permeado pelas marcas da racialização, tende a incidir na construção da autoimagem de forma distorcida. Assim, a dominação colonial alcançaria também a dominação psíquica. Segundo Faustino (2018b) há dois aspectos da racialização neste terceiro nível: o primeiro é a “epidermização” dos lugares e posições sociais, da qual o sujeito em certa medida está enclausurado em seu corpo. O segundo aspecto da racialização é a interiorização da inferioridade no caso do sujeito que é colocado na zona do não-ser, acarretando um hiato da humanização de si e do outro.

Um excerto da primeira obra de Fanon, atravessada por uma escrita poética, retrata bem sua defesa de que negro tem sua individualidade atravessada por esta experiência de ser racializado:

“Negro imundo!” Ou simplesmente: “Olhe, um negro!”. Vim ao mundo preocupado em suscitar um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos. Encerrado nessa objetividade esmagadora, supliquei a outro alguém. Seu olhar libertador, deslizando sobre o meu corpo subitamente livre de asperezas, restituiu em mim uma leveza que eu acreditava perdida e, afastando-me do mundo, devolveu-me ao mundo. Mas, lá, tropecei já na contravertente, e o outro, por meio de gestos, atitudes, olhares, fixou-me, como se fixa um corante com um estabilizador. Eu me enfureci, exigi uma explicação... nada adiantou. Explodi. Eis aqui os estilhaços recolhidos por um outro eu (Fanon, 2020c, p. 125).

Sua direção de se debruçar sobre a alienação do negro mantém-se ao longo da sua curta vida. Havia uma preocupação de “evitar uma causalidade direta entre discriminação sistemática, sofrimento e eventual adoecimento” (Faustino; Rosa, 2023, p. 13).

Esta linha de reconhecimento da realidade enquanto um complexo de complexos e sua incidência na constituição do desenvolvimento do sujeito único nos remete muito a compreensão da natureza social do psiquismo da psicologia histórico-cultural. Esta tem por princípio explicativo a categoria da gênese histórica. Como vimos na *lei genética do desenvolvimento cultural* de Vigotski ([1930] 1995), a origem do plano intrapsíquico do indivíduo são as relações interpessoais, na apropriação das

objetivações humanas, sobretudo na transmissão da cultura material e simbólica por parte de outros indivíduos.

Nesse sentido, apresentamos a inauguração da categoria sociogenia de Fanon já em sua primeira obra, *“Pele Negra, Máscaras Brancas”*⁸⁸, na qual ele demarca uma posição frente aos estudos filogenéticos e aos estudos ontogenéticos com a proposição de uma tríade que se relacionaria para a constituição dinâmica da personalidade do sujeito: filogenia, ontogenia e sociogenia. De início, destacamos o fato de o próprio Fanon não ter se debruçado extensamente sobre a categoria, dificultando nossa análise comparativa. O termo em si não aparece na Coletânea *“Alienação e Liberdade: Escritos Psiquiátricos”*, ainda que seja perceptível suas análises baseadas na sociogênese. Como apontado por Faustino (2018b), a sociogenia pode ser compreendida enquanto base estruturante de toda produção de Fanon, ainda que seja uma “presença oculta”.

Para Faustino e Rosa (2023, p.4) estas “facetras”, ou domínios, não se relacionam em hierarquia para Fanon, mas sim se correlacionam, num “equacionamento interdisciplinar e dialético”. A centralidade da sociogenia para Fanon, segundo os autores, visou evitar causalidades diretas possíveis na dedicação dessas disciplinas isoladas:

Com essa posição, evita tanto a redução da singularidade individual às grades restritivas da racialização quanto a sua anulação por análises sociologizantes que reduzem a riqueza complexa e não linear da experiência psíquica a constatações generalizantes e carentes de mediações (Faustino; Rosa, 2023, p.3).

Na psicologia histórico-cultural, vimos que a filogênese e a ontogênese são construídas na relação do sujeito com a sociedade. Foi apresentado no capítulo anterior que, enquanto gênero humano, desenvolvemos as funções psicológicas superiores, principal salto qualitativo que nos diferencia dos demais seres vivos. De acordo com Lígia Márcia Martins:

A teoria histórico-cultural, em consonância com o aporte filosófico materialista dialético, postula o psiquismo humano como unidade material e ideal construída filo e ontologicamente por meio da atividade, isto é, nos modos e meios pelos quais o homem se relaciona com a realidade, tendo em vista produzir as condições de sua sobrevivência e a de seus descendentes.

⁸⁸ “Veremos que a alienação do negro não é uma questão individual. Além da filogenia e da ontogenia, existe a sociogenia” (Fanon, [1952] 2020c, p. 24-25). Para a análise completa conferir o 1.1. desta pesquisa.

Graças a essa unidade, o psiquismo firma-se como imagem subjetiva do real (Martins, 2011).

Isto significa que as conquistas ao longo da história filogenética são incorporadas pelo processo ontogenético à medida que a realidade social possibilita esta aquisição. Observamos que no desenvolvimento ontogenético, foco da ciência psicológica para Vigotski, se faz necessário que o sujeito tenha aparato biológico básico para que determinada função elementar se transforme e alcance um nível superior, por meio de mediações proporcionadas pelo meio, por outro ser social. A relação entre a filogênese e a ontogênese não se dá de forma repetida ou paralela, sendo necessária investigação para identificação das raízes genéticas de cada um, suas possíveis coincidências e entrecruzamentos (Martins, 2011).

Partindo disso, identificamos que apesar da aparente similaridade das concepções, a sua maior diferença, ou diferença básica, pode estar nas leis gerais e nas interrelações destes níveis e a qualidade das mesmas, visto que para a psicologia histórico-cultural o entendimento da tríade é de uma disposição hierárquica na qual o processo complexo de apropriação do patrimônio humano genérico é a base norteadora da ontogenia. Já Faustino e Rosa (2023) defendem que, para Fanon, não há hierarquia entre os domínios, somente uma centralidade na sociogenia, ou seja, indicam uma horizontalidade.

Acreditamos que, para aprofundar esta afirmação necessita-se de uma investigação mais apurada se no movimento de Fanon de incorporar teorias consideradas mais desenvolvidas para os assuntos que lhe eram pertinentes ele não teve acesso aos textos da psicologia soviética. Além disso, nossa hipótese é que seu interesse estava sobre um histórico datado e contextual, sua época e as discussões em voga na psiquiatria francesa, no caso do PNMB. Diferenciando-se assim dos autores soviéticos dos quais referimos que fizeram um resgate histórico mais amplo dedicando-se ao processo de hominização-humanização. Com isso, é incerto sabermos como se desdobraria uma análise e posicionamento de Fanon sobre os pressupostos desta abordagem, diferente de outras da qual ele dialogou criticamente, como a psicanálise, por exemplo.

Com o destaque do nosso achado sobre a diferença básica entre as partes, vale apontar a ligação real entre estas duas concepções: o intuito de superar lacunas dos dois campos de estudos abarcando a riqueza da complexidade da realidade material plurideterminada. Isso é exequível pelo próprio fazer investigativo

comprometido com a práxis, sendo esta a fundamental correspondência das teorias; o bojo da relação intrínseca da política e da prática clínica, seu retorno ao concreto pensado e o intuito de transformar a realidade.

Acreditamos ser oportuno traçar conexões com a unidade dialética singular-particular-universal feita por Lukács, já exposta nesta pesquisa. Primeiro ressaltamos a cautela para não se cometer anacronismo. Em uma dimensão cronológica, encontra-se em primeiro lugar a escola psicológica soviética, por segundo a produção teórica de Fanon e, por último, a categoria aqui mencionada⁸⁹. O movimento de tecer possíveis correlações é parte de nossa análise de que podem ser realizados diálogos acerca da teoria fanoniana a partir de sua categoria de sociogenia.

A afirmação da relação entre indivíduo e sociedade pode ser muito incipiente para a compreensão da profusão dessa máxima. Fanon tinha grande preocupação com o isolamento das disciplinas e seus possíveis reducionismos pois, para o intelectual, fazia-se necessário um olhar atento à personalidade do enfermo e sua singularidade não poderia ser compreendida sem abarcar as mediações que o constituem.

No artigo “*A socioterapia em uma ala de homens muçulmanos: dificuldades metodológicas*” escrito junto a Azoulay em 1954, segundo ano de Fanon no HPB, é apontado o “erro” de sobrepôr uma compreensão universalista sobre os sujeitos ao aplicar as propostas grupais socioterápicas às alas de mulheres europeias e homens muçulmanos igualmente, desconsiderando as particularidades desses grupos. Após a “correção” deste erro foi possível – junto com os internos – construir atividades que gerassem sentido, conseqüentemente engajamento, nos moldes da psicoterapia institucional. Como concluíram: a “socioterapia só seria possível na medida em que levasse em conta a morfologia social e as formas de sociabilidade” (Fanon; Azoulay, [1954] 2020a, p. 184). Para nós, está de acordo com a psicóloga Betty Oliveira ao tratar sobre a dialética singular-particular-universal:

A cuidadosa identificação e caracterização da particularidade é condição *sine qua non* para compreender-se como se dá essa concretização da universalidade no vir-a-ser da singularidade. Somente dessa forma é possível a aproximação do pensamento ao ser concreto da realidade em movimento,

⁸⁹ Apesar de Lukács e Fanon serem contemporâneos, a formulação do qual nós nos apoiamos foi elaborada desta forma num período posterior a morte de Fanon. Na edição estadunidense “*Alienation and Freedom*” (2018) tem uma seção sobre a biblioteca de Fanon e ainda que conste livros do filósofo húngaro não é um material significativo para fazermos paralelos e não cabe nesta pesquisa tal feito.

ao movimento processual da tensão entre a universalidade e a singularidade, mediada pela particularidade (Oliveira, 2001, p. 17).

Neste caso, podemos compreender que esta experiência no HPB ilustrou, para o pesquisador estudado e demais colegas, a importância de compreender o particular que medeia o sujeito singular e a sua universalidade – neste caso forjada e incidida pelo colonialismo. Quando as mulheres europeias aderem às práticas grupais, elas desmantelam a universalização manicomial de redução a uma doença mental; pela particularidade posta – expressões de convívio coletivo comuns na Europa – podem expressar sua singularidade.

Com isso, a posição crítica de Fanon frente a universalização abstrata promovida pela/na Europa é reforçada novamente, desta vez numa experiência institucional teórico-prática. Primeiro pelo enfrentamento a concepção manicomial a qual já enfrentava em contexto francês junto a equipe de Tosquelles, e somada às concepções pejorativas confeccionadas na sociedade colonial para com os homens muçulmanos. Estas intensificavam o caráter desumanizador e de descrença em um acompanhamento terapêutico.

Vale apontar que, para Fanon, olhar apenas as diferenças culturais não bastava. Ao contrário, dar ênfase à cultura de forma atomizada poderia decorrer na mesma essencialização. Este pesquisador foi cauteloso ao reivindicar a importância da cultura considerando o fato de que havia uma ascensão de estudos culturalistas neste tom após o consenso de repúdio ao racismo científico. Para ele, era necessário analisar a cultura como expressão viva e em movimento de uma determinada sociedade, ainda quando esta é sufocada por uma sociabilidade imposta – como ocorria em sociedades colonizadas. Segundo Cherki (2022 [2000], p. 69-70 - grifos da autora):

Fanon se dissocia dos culturalistas na medida em que não só considera as culturas como pontos de referência temporal para o acesso ao universal, mas também e, principalmente, insiste na ideia de que uma cultura pode ser radicalmente modificada por outra. Se na época de *Pele Negra, Máscaras Brancas* isso era apenas uma intuição, mais tarde ela se tornaria uma ideia mais densa. Veremos que em seu trabalho socioterapêutico em Blida, ao reconhecer que a expressão das psicopatologias está enraizada nas formas culturais, Fanon começou a se aprofundar no conteúdo dessa cultura desconhecida por ele a fim de oferecer aos seus pacientes estruturas mais próximas de sua vida cotidiana.

Fanon não perde de vista a possibilidade de desenvolvimento enquanto gênero humano, entendendo que, no movimento da realidade e a depender das condições

objetivas – desalienadas – o sujeito pode atuar de forma mais fidedigna sobre seu entorno e consigo mesmo, sendo importante assim atentar-se ao nível de consciência. Este é mais um ponto de semelhança entre a teoria fanoniana e a psicologia histórico-cultural, para além do pressuposto da relação inter-intra, o seu inverso, de que o sujeito atua sobre a realidade de acordo com as condições objetivas e subjetivas.

À vista disso, ele denunciou a ideia de sujeito universal atrelado ao humanismo iluminista e teceu contundentes críticas à ciência psiquiátrica que reproduz e se beneficia de teses racistas⁹⁰, seja estas com ares biologicistas ou culturalistas. Ao buscar apreender as particularidades, ele revela as condições materiais específicas que a sociedade colonial oferecia para os diferentes grupos étnico-raciais se desenvolverem – de forma alienada e não enquanto gênero humano. Segundo Farias (2022, p. 127):

Fanon, foi do debate sobre alienação e estranhamento ao campo da emancipação política e emancipação humana. O fez diante dos desafios de seu tempo, e permitiu à internacional antirracista alçar o universal na medida em que a particularidade que a interpelava era um produto da história e não algo natural, ao mesmo tempo em que era uma contradição intrínseca ao capitalismo moderno, portanto passível de reversão pela práxis. Em Fanon, há uma reconciliação da ontologia na medida em que ela passa a ser, historicamente, a unidade do diverso, não como plano ético, mas a partir da política. Política não como atributo, mas como mediação histórica que possibilita a emancipação humana.

Esta compreensão de que a realidade está em movimento e em disputa, apostando na emancipação humana possível por meio da luta coletiva e revolucionária, vai ganhando grande destaque para o psiquiatra anticolonial e integrante da FNL. Sua relação com o debate sobre o novo humanismo é consideravelmente distinta de sua primeira obra que tem um tom mais pessimista sobre esta transformação social. E os temas sobre alienação e estranhamento persistem até os dias atuais, com novas complexidades e demais desafios.

De acordo com Cherki ([2000] 2022, p. 302) na biografia que fez sobre o colega martinicano:

A passagem do singular - que não se deve confundir com o individualismo - para o universal é uma questão que está no centro do debate no final do século XX; debate que questiona, frente à falência dos universais, o lugar do sujeito como agente. Ou ele desaparece, ou ele age, e essa ação é o tema da política. O percurso traçado por Fanon, que vai da libertação da pessoa a uma reflexão sobre o político, evoca questões que não cessam de preocupar

⁹⁰ Com destaque a Escola de Argel, polo de profissionalização no país argelino e com papel significativo nas repercussões dos estudos da etnopsiquiatria.

as nossas sociedades modernas. Um sujeito responsável, que seria um cidadão agente e não um sujeito passivo, submisso, está no centro de uma reflexão sobre a política de hoje, além, é claro, da própria questão sobre seu possível desaparecimento (Cherki, [2000] 2022, p. 302).

Assim como a pesquisadora argelina, defendemos aqui a unidade entre política e clínica para Fanon. À medida que se tem mais acesso às suas produções em diferentes períodos de sua trajetória fica mais nítido este entrelaçamento. Isso contribuiu para a compreensão do seu pensamento numa totalidade, não apenas ora político ou ora psiquiátrico⁹¹. Inclusive nos chama atenção seu estilo de linguagem atrelado diretamente a lógica do seu fazer como médico psiquiátrico: em seus textos é evidente que, quando oportuno, ele recorria ao uso de jargões clínicos e metáforas médicas⁹².

Para Fanon, a alienação era algo historicamente passível de superação. Isso é notável na sua atuação nas diferentes atividades que exercia: jornalismo, docência, psiquiatria, militância, entre outras. Nos últimos anos de sua vida ele estava imerso nas Guerras de Independência no continente africano e por poucos meses não viu o fim da luta de libertação da Argélia. Atrelado à ideia de autodeterminação disseminada nos posicionamentos anticoloniais, o entendimento do revolucionário e psiquiatra era de que o rompimento da perda de si ocorreria a partir de uma sociabilidade nova⁹³.

Fanon qualifica a crítica a seu campo de atuação sobre a “amalgama psiquiatria-manicômio” (Da Costa; Mendes, 2021, p. 77). Distinto de outras especialidades da medicina, Fanon reconhece e se posiciona na disputa da ciência psiquiátrica e do seu papel na ciência moderna, sobretudo no/pelo colonialismo, por

⁹¹ Na edição inglesa “*Alienation and Freedom*” (2018) tem uma seção sobre a biblioteca da casa de Fanon e Josie, num levantamento extenso de obras e possíveis anotações do intelectual, Khalfa alerta que essas informações não podem ser consideradas fontes para deduções, mas como apontamentos de encontros teóricos. Dentre os diversos assuntos que lhe geravam interesse havia livros políticos sobre diferentes processos revolucionários.

⁹² Um exemplo pode ser encontrado no início do seu texto “*Racismo e Cultura*” que foi apresentado em 1956 no Primeiro Congresso dos Escritores e Artistas Negros: “A moderna teoria da ausência de integração cortical dos povos coloniais é sua face anatomofiológica” (Fanon [1956] 2021, p. 69).

⁹³ Apontado por Deivison Faustino: “é apenas a participação ativa na luta política pela transformação das condições sociais concretas de existência que abriria as possibilidades para o surgimento do novo ser humano. O autor aposta na ‘luta de libertação’ como ‘entre’ que teria o poder de engendrar do ventre da reificação colonial um novo ser humano (...) Para ele, a guerra de libertação nacional descortina a possibilidade de superação, tanto do racismo como da “exploração do homem pelo homem”, inaugurando assim um novo tempo histórico. A práxis revolucionária teria o poder de negar o estatuto colonial em todas as suas dimensões, restituindo a esse “outro” reificado a sua posição de sujeito de si, ascendendo, assim, de objeto “inessencial” a um novo homem” (Faustino, 2018b, 157-158).

sua visão de mundo e da prática sobre os enfermos acometidos de doenças mentais. Como apontam Pedro da Costa e Kíssila Mendes (2021):

A saúde mental do argelino é dele, mas diz, antes de tudo, de uma questão humana, societária. Por isso, o horizonte deve ser “o universalismo inerente à condição humana” (FANON, 2008/1952, p. 28). Contudo, para que o universal seja, de fato, universal, deve deixar ser uma abstração essencialista, uma generalização do particular, isto é, elevar ao status de humano somente alguns(mas) humanos(as), reificando a não-humanidade dos(as) outros(as) (Da Costa; Mendes, 2021, p. 71).

Sobre isso, os pesquisadores acrescentam:

A crítica e superação do hospital psiquiátrico propostas por Fanon, não significam, pois, a negação da instituição hospitalar como possibilidade terapêutica, desde que orientada à desalienação; e o mesmo pode ser dito à internação. Entretanto, “o serviço clínico [deve] est[ar] voltado à tomada de consciência, à verbalização, à explicação, ao reforço do ego” (FANON, 2020/1959, p. 83). Ao mesmo tempo, existem limites para a humanização do que é inumano, como, por exemplo, o hospital psiquiátrico – e a sociedade que o forja. O que se questiona e almeja superar são as instituições e práticas que, sob véus de cuidado e tratamento, perpetuam estruturas exploratório-opressivas e alienantes de sociedade – e em especial da colonizada. Por isso mesmo não é possível dissociar o Fanon psiquiatra do revolucionário (Da Costa; Mendes, 2021, p. 74-75).

Estes autores adentram nos escritos psiquiátricos de Fanon e sua relação com a luta antimanicomial e a reforma psiquiátrica. A defesa deles é de avanços no contexto brasileiro com a recepção expandida do teórico, inclusive vão além do período demarcado por nós, examinando artigos com relatos de experiências ocorridas em Tunis, no Hospital Charles Nicolle, entre 1957 e 1959. Lá foi aplicado o Hospital Dia, de certa forma visando ranger com o caráter iatrogênico⁹⁴ e assimilacionista do modelo asilar, momento em que mais se distanciou das formulações de Tosquelles, aproximando-se de uma ideia de desinstitucionalização.

Em síntese, Fanon reivindicou a necessidade de superar a visão atomizada da patologia e considerar o sujeito em seu contexto social, trazendo a totalidade social como fator determinante. Esta máxima remete aos estudos alinhados à Luta Antimanicomial que tem por premissa a ênfase no sujeito que está em sofrimento psíquico, e não o inverso, como Da Costa e Mendes (2021, p. 72) apontam: “perguntar-se sobre ela, a loucura, é perguntar-se sobre ele, o ser louco: o que ele é ou, melhor, o que tem sido e, nisso, o que não tem sido e o que pode ser”.

⁹⁴ A iatrogenia refere-se a complicações derivado de conduta médica (Almeida, 2018).

Concluimos que, a indissociabilidade entre biológico, psicológico e sociológico está presente ao longo do percurso teórico-prático de Fanon. *Apesar de não ser novo o debate sobre a influência do meio social para a constituição do sujeito, é marcado certo ineditismo de Fanon ao falar do racismo colonial numa fusão entre descolonização e anti-imperialismo dentro do campo psi.* Sua perspectiva enquanto profissional do campo da saúde mental, de que a violência racial estabelece a realidade da qual os sujeitos se constituem, relaciona-se com diversos campos do saber e é o que faz dele um intelectual ímpar, reconhecido pela sua radicalidade:

Será com a sociogenia acrescida da dimensão singular da experiência subjetiva na relação com o ambiente relacional, afetivo e sociocultural, que Fanon vai dialogar com a psicanálise, com o existencialismo sartriano e com o marxismo, para oferecer uma contribuição significativa aos chamados “saberes Psi”, particularmente, e ao campo da saúde mental, em geral (Faustino; Rosa, 2023, p. 13).

O perfil de Fanon em ter uma posição de autonomia e de diálogo crítico já foi exposto no que diz respeito ao campo teórico, e o mesmo ocorreu em relação às terapias e técnicas propagadas na época, e a ideologias como o marxismo e a internacional comunista (Da Costa; Mendes, 2021; Cherki, [2000] 2022). De acordo com Cherki (2022 [2000], p. 218) Fanon “forjava suas próprias armas teóricas e práticas, ao arrepio de qualquer obediência ideológica”. Seu maior rigor era a atenção em não reproduzir a alienação e a construção de uma liberdade psíquica que direcionasse para a luta de uma liberdade objetiva. Em relação a isso, Fanon

sempre prezou pela fundamentação científica, avaliação constante, se pautando na literatura da área na utilização dos procedimentos. Além do mais, a postura fanoniana sempre foi de que a técnica não é vazia de propósito e sentido sociopolítico, estando circunscrita a todo o processo psicoterapêutico, de modo a evitar panaceias e fetichismos tecnicistas, e se orientar às necessidades do(a) paciente (Da Costa; Mendes, 2021, p. 78).

Frente ao exposto, vale enfatizarmos a demarcação histórica, perpassada por toda a primeira metade do século XX, como uma série de transformações a nível internacional e em níveis nacionais. Ao falarmos de uma psicologia soviética – e em destaque a escola na qual o Brasil teve mais conhecimento até então – ainda que pouco comparado a produção, circunscreve-se num contexto pós-revolução socialista. Vigotski não estava mais vivo na II GM e houve uma série de

desdobramentos políticos que impactaram as produções suas e de seus colegas⁹⁵ e Fanon ao chegar no HPB quase completava uma década do fim da II GM.

Chama atenção o fato de que, tanto Vigotski quanto Fanon, terem morridos jovens, 38 e 36 anos respectivamente, de doenças que o colocaram em perspectiva de interrupção de suas pesquisas e trabalhos clínicos, diferente de demais colegas que viveram mais tempo de vida e, portanto, mais tempo para o desenvolvimento teórico. Ademais, eles se interessavam por literatura e pela crítica literária, o tema do judaísmo também lhes eram pertinentes – o bielorrusso era judeu e Fanon compadecia pela causa pela sua própria experiência de discriminação e desumanização.

No que se refere a Fanon, Cherki ([2000] 2022, p. 291 – grifo nosso) escreve:

Aos 36 anos de idade, portanto, em plena juventude para os padrões de hoje, a vida de um homem foi interrompida e junto com ela toda uma obra desenvolvida a partir da mais profunda capacidade de experimentar o mundo e internalizar essa experiência. *As reflexões sobre essa experiência eram sempre estimuladas por uma compreensão corporificada da opressão e da violência, ainda que isso às vezes não transpareça.* Fanon, no entanto, viveu tal experiência; interiorizou e ponderou a opressão racial, política e cultural, e revelou a continuidade entre o corpo humano e o corpo político; ao identificar a alienação sem limites e a violência que a perpetuou e resultou na despersonalização de indivíduos e povos inteiros, ele procurou maneiras de revertê-la, de modo a fornecer novos pontos de referência. Tudo isso estava no coração do seu pensamento e da sua ação, estava na vida, nos atos e nos escritos de Fanon, para além de todas as circunstâncias políticas.

No âmbito psi, os dois tinham preocupações parecidas no campo de discussões sobre o normal e patológico e a particularidade de suas ciências em relação a demais disciplinas, como o é na relação entre psicologia e psiquiatria. Com isso, os dois promoveram diálogos críticos e conclusões teóricas e metodológicas, sozinhos e com demais colegas. Como afirma a psicóloga Melissa Almeida (2018, p. 136) “para além da análise da alienação envolvida nos processos de intercâmbio capitalista que embrutece os sentidos humanos, parece-nos plausível questionar os critérios de normalidade”, nesta direção, acreditamos que estes pesquisadores realizaram tal feito.

⁹⁵ A pesquisa de Silvana Tuleski investiga a recepção das primeiras obras desta escola soviética no Brasil a partir da década de 70, traduzidos diretamente do inglês americano, da qual nos EUA sofreu grande redução de conteúdo do original, apagando os fundamentos marxistas e resultado numa compreensão restrita às interações pessoais e pouco atenta a formação social. Demais pesquisadores brasileiros e estrangeiros apontam a historiografia da psicologia soviética com sua historicidade a nível interno no decorrer do desenvolvimento da URSS e os impactos internacionais.

Os temas em relação a razão, loucura e sujeito são de disputas até os dias atuais, e se faz pertinente enfatizar o compromisso ético e político do profissional de saúde que olha a singularidade do sujeito sem perder a dimensão particular-universal, visando a superação de dicotomias, como a relação sujeito-objeto, mente-corpo, objetivo-subjetivo. Tanta estas e demais dicotomias os dois tinham orientação de superação, alcançando a totalidade.

Nesta seção nos dedicamos a fazer uma análise comparativa sobre a categoria de sociogênese/sociogenia de Fanon e a concepção da psicologia histórico-cultural, perpassando em demais pontos de similaridades e diferenças. A seguir, pretendemos discorrer sobre o que identificamos enquanto uma possível grande contribuição da teoria fanoniana – a partir da sociogenia formulada por Faustino (2018b) para a psicologia histórico-cultural: a discussão sobre a unidade psicofísica, a superação da dicotomia mente-corpo e a exterioridade do corpo como um dos aspectos constitutivos desta unidade.

3.2. Aspectos para a leitura da unidade psicofísica numa perspectiva fanoniana

Acreditamos que a compreensão da unidade psicofísica para a psicologia histórico-cultural é imprescindível para os estudos sobre o desenvolvimento do psiquismo, contudo, esta é uma dentre as unidades que precisam ser mais sistematizadas e investigadas no campo empírico. Pretendemos nesta seção abordar conexões entre esta unidade e a teoria de Fanon, apontando convergências com estudos brasileiros sobre as relações raciais. Nosso intuito é apontar aspectos no desenvolvimento ontogenético que abarquem e qualifiquem a realidade concreta do contexto brasileiro e, para tanto, defendemos a importância de se considerar a exterioridade do corpo enquanto um dos fatores constitutivos da unidade psicofísica.

A cisão entre corpo e mente, a partir do dualismo cartesiano, foi de grande importância para o estabelecimento do pensamento iluminista e posteriormente para a sociedade moderna e a ciência psicológica. Na construção de uma “nova psicologia”, guiada por Vigotski e demais psicólogos soviéticos, esta era uma das principais dicotomias a serem eliminadas, naquele período – início do séc. XX – esta cisão entre corpo e mente era comumente aglutinada entre os estudos materialistas e

estudos idealistas. Para estes pesquisadores psicólogos soviéticos o objetivo era construir uma ponte, uma síntese, que poderia ser possível por meio do método materialista histórico-dialético (Tuleski, 2000).

Ainda assim, há atualmente poucos avanços na superação dessa cisão, sendo bastante frequente a compreensão do psiquismo em oposição a noção de “bio”. As pesquisadoras russas Valentina Nikolaeva e Galina Arina (2009, p. 442, tradução nossa) afirmam:

Há apresentações implícitas na ciência de que o estritamente humano no humano está limitado à mente, e o corpo é apenas uma condição biológica para o desenvolvimento da mente. Consideramos que tais pontos de vista impedem a inclusão do problema mente-corpo na psicologia. Como resultado, apenas a mente e a mão direita estão presentes nos estudos psicológicos. O resto da corporeidade humana está representado nos estudos das ciências naturais (fisiologia, anatomia, biologia, etc.)⁹⁶.

Traçando uma generalista retrospectiva sobre a ampliação dos estudos sobre o corpo humano nos últimos quatro séculos, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, o tema das diferenças corporais existentes foi reconfigurando-se no intuito de manter seu valor durante a expansão do capitalismo pelo colonialismo. Se no início a justificativa da superioridade de uns e inferioridade dos demais era divina, com o passar do tempo ela adquire uma legitimidade científica.

Lembramos que é característico do Capital a acumulação da riqueza e, para isso, converter tudo em mercado, em objeto de acumulação. Logo, a anexação territorial cumpriu o papel de apropriação de matérias-primas, e para além disso, determinadas pessoas vendem a sua força de trabalho e outras pessoas foram igualadas a mercadoria (pela escravidão). Como Fanon ([1961] 2022) afirmou, as colônias se tornaram um mercado. Nisso, o racismo científico teve papel importante na manutenção do entendimento sobre o status de humanidade, na qual grupos foram considerados desprovidos de racionalidade sendo reificadas na/pela dicotomia homem-natureza. Existem complexidades na relação de proximidade e distanciamento deste ideal supremacista de homem branco, o que não for é mais ou menos próximo da natureza/animalização/racionalidade.

⁹⁶ No original: There are implicit presentations in science that strictly human in human is limited to mind, and body is just a biological condition for mind development. We consider that such views prevent the inclusion of the mind-body problem in psychology. As the result, only mind and the right hand are present in psychological studies. The rest of the human corporeality is represented in studies of natural sciences (physiology, anatomy, biology, etc.)

Portanto, é imprescindível o reconhecimento da arma ideológica do racismo, oriunda dos últimos séculos, para apreender a lógica dicotômica entre corpo-mente também por estes marcos, visto que se mantém a ideia de desumanização do não-branco por estereótipos de um corpo animalizado.

Fanon, como médico psiquiatra forense, estava atravessado pelo campo da saúde mental, que tem no seu caráter nosológico, uma atenção ao esquema corporal, considerando os marcadores de saúde e doença identificado pelos sintomas e sinais da pessoa em sofrimento psíquico corporal. Em sua tese de exercício, aceita para conclusão da graduação, ele vai discorrer sobre um caso de quadro de doença de Friedreich com delírio de possessão trazendo estudos da época que davam evidência da relação entre alteração corporal e psíquica equivalendo sua importância psicopatológica. Para ele, o aprofundamento da indissociabilidade entre o biológico, psicológico e sociológico levaria a compreensão da síntese da personalidade, do qual ele tinha insatisfações com o raciocínio e a prática médica vigente:

essa insatisfação vem do fato de que nosso pensamento jamais consegue se libertar inteiramente do referencial anatomoclínico. Pensamos em órgãos e em lesões focais quando seria necessário pensar em funções e desintegrações. Nossa ótica médica é espacial e deveria se temporalizar cada vez mais (...) eis que volta a surgir, mais uma vez, o desesperador problema do dualismo cartesiano. Se o corpo é uma coisa e a alma é outra, as afecções neurológicas não têm nenhuma relação com os distúrbios mentais e seria preciso nos alinhar à tese da coincidência contingente. Se, em vez disso, a pessoa é vista como um todo, como uma unidade indissolúvel, toda afecção comportará duas vertentes: a física e a mental (Fanon, [1951] 2022a, p. 311).

Em sua arguição, vai fundamentar-se entre diversos autores, entre eles o neurologista psiquiatra e o psicanalista francês Henri Ey (1900-1977) que recusava a divisão entre físico e psíquico, tal como a citação a seguir: “a vida psíquica está enraizada na vida orgânica, dela se alimenta, dela se utiliza, a ela se *integra* e, conseqüentemente, a suplanta” (Ey, *et al.*, 1950 citado por Fanon, [1951] 2020a, p. 355-356).

Fanon analisou, em diferentes momentos, o papel do olhar do racista que desfragmenta o corpo. Em sua análise sobre a alienação do negro, ele identificou que a situação colonial e o racismo obstruíam a integralidade da personalidade. Vale recordarmos que Fanon teve aulas com Merleau-Ponty e sua teoria fenomenológica é até os dias atuais uma das maiores referências nos estudos sobre o corpo nas ciências humanas.

A pesquisa de Flavia da Silva e Sandro de Almeida (2023) ressalta a importância de olhar a totalidade deste fenômeno, conforme abordado anteriormente: Eles apresentam a unidade psicofísica em que o termo “físico” pode ser entendido como corpo orgânico ou biológico, não restringido ao aparato cerebral. Em síntese, os autores propõem “compreender como o desenvolvimento corporal/físico possibilita o desenvolvimento do psiquismo e vice-versa, compondo, junto com os aspectos hereditários, a unidade psicofísica” (Da Silva; De Almeida, 2023, p 147). Essa premissa se dá para a psicologia histórico-cultural porque

Durante a ontogênese humana, o corpo torna-se o primeiro símbolo universal e o instrumento do desenvolvimento humano (...) O corpo tem a capacidade de colher os frutos de todo o desenvolvimento psicológico (...) Graças à ontogenia psicológica normal, o corpo adquire bons mecanismos e fenômenos de reforma (Nikolaeva; Arina, 2009, p. 443, tradução nossa)⁹⁷.

Deste modo, entende-se que o corpo é parte incontornável de nossa experiência com o mundo, pois é a partir do corpo que é possível as relações sociais, ou seja, as relações entre sujeitos são relações intercorporais. Se em parte a hereditariedade vai determinar as características e traços do nosso aparato biológico, ao chegarmos no mundo são as relações sócio-históricas e a cultura circundante que vai dar vida ao corpo inorgânico, atrelando-os.

Apoiado pelo materialismo histórico-dialético, tem-se por perspectiva que o corpo é uma construção histórica e social não se tratando, portanto, de um fenômeno fixo ou imutável, bem como as compreensões sobre o corpo, comumente pautadas estritamente na estrutura anatômica e no funcionamento fisiológico. Os estudos sobre os sistemas que compõe o corpo biológico iniciaram há milênios, sendo um patrimônio histórico vasto que permite termos horizontes sobre o processo evolutivo da espécie humana, conhecimento consideravelmente aglutinado ao campo das ciências da saúde e biológicas. Com isso, nos perguntamos sobre a atenção dada ao esquema corporal na psicologia histórico-cultural que, de fato, une o orgânico com o inorgânico.

Quais os possíveis caminhos para uma sistematização qualificada sobre a unidade psicofísica?

Para nós, o segundo nível da análise fanoniana sobre o colonialismo explicita bem a importância do corpo para o fenômeno que se estabeleceu para todos na

⁹⁷ No original: During human ontogeny body becomes the first universal symbol and the instrument of human development (...) Body has the ability to reap the fruits of all psychological development (...) Thanks to normal psychological ontogeny body acquires good reforming mechanisms and phenomena.

sociedade moderna: a demarcação impositiva de posições sociais que, dentre os marcadores para estes agrupamentos, estão as características corporais. Segundo Faustino (2018b, p. 155):

O colonialismo em Fanon é um dado da realidade social que se manifesta como exterioridade concreta aos sujeitos, não se resumindo em hipótese alguma, a um regime de verdade ou a uma visão de mundo, mas sim, conformando as condições de possibilidades para as representações (distorcidas, diga-se, e não apenas inventadas) de colonizadores e colonizados.

Em outras palavras, a conformação das posições sociais ainda que tenha certa hegemonia não tem caráter absolutista. Deste modo, convém lembrar da realidade em movimento e as reações de resistência à violência da dominação e da exploração, como a Guerra da Argélia da qual Fanon fez parte. Nesse sentido, fica nítido a noção sociológica da raça, sendo “uma ideia fictícia que visa justificar as desigualdades e hierarquias de valores sobre os seres humanos a partir do esquadrinhamento fenotípico – portanto arbitrário – entre eles” (Schucman; Gonçalves, 2020, p. 110).

A aparência natural destes agrupamentos, a partir da imposição de papéis e da ocultação do processo de confecção das categorias raciais, foram e ainda são de grande valor e importância. O processo de conformação da racialização atingiu principalmente os países que têm no seu passado a colonização, mas reordenou todo o globo. E ainda que possa ser considerado passado, é também presente:

O colonialismo ficou para trás. A situação colonial e a relação – ou melhor, a não relação – que ela engendrou entre colonizador e colonizado, uma relação que Albert Memmi e Frantz Fanon, escrevendo a partir de suas respectivas posições subjetivas, tentaram elucidar na década de 1950, são um capítulo encerrado da política. O legado dessa situação, no entanto, permanece conosco e o efeito residual da relação entre opressor e oprimido persiste de forma velada. Nem o opressor, cujos impulsos permaneceram inalterados, nem o os oprimidos foram poupados de seu impacto persistente. Leva tempo, dizem os especialistas, uma quantidade imensurável de tempo, até que possamos nos livrar do que nos é atribuído pela opressão (Cherki, [2000] 2022, p. 315).

No que diz respeito as categorizações raciais no contexto brasileiro, Schucman e Gonçalves (2020) mencionam algumas das formas relacionadas as categorias de cor e raça para designar a aparência das pessoas, assim como para se autodesignar. Houveram distintos períodos ao logo da história brasileira que se inscreveram de diferentes formas e por meio de diferentes parâmetros, que dizem respeito a interesses e disputas próprias de cada momento. Importante recordamos que nestes

processos as relações institucionais exercem grande papel para a sistematização da desumanização em diferentes níveis da vida cotidiana.

Apoiadas em autores que fizeram sínteses distintas e complementares sobre os sistemas de classificações raciais usuais no Brasil, elas destacam duas características principais: a primeira é que estas classificações correspondem a determinadas marcas físicas. A segunda é que esta matize de cores está sempre permeada pela ideologia do branqueamento no qual remete a hierarquização valorativa, uma relação assimétrica, onde o branco é supervalorizado e o negro o inverso, desvalorizado (Schucman; Gonçalves, 2020).

Relacionamos aqui o raciocínio apoiado no psicólogo social Márcio Farias (2022) de que entre as particularidades brasileiras está a raça e o racismo, não devendo ser tratadas como mera expressão do universal, mas estudada suas leis gerais. Assim, orientando nossa investigação na relação singular-particular-universal entendemos que a raça e o racismo estão no universal, no particular e no singular. No universal pela divisão do trabalho e pelo processo de colonização com suas reconfigurações raciais visando a manutenção do racismo; no particular, por esse processo de racialização a partir da epidermização (na hierarquia de grupos humanos) e no singular enquanto concretude do corpo do indivíduo e nos desdobramentos advindos disto na constituição do sujeito. Deste modo, a particularidade racial no Brasil medeia as tensões entre o singular-universal e condiciona experiências que são únicas e irrepetíveis, ao mesmo tempo, que expressa a universalidade, esta que se sustenta a base da exploração e na dominação racial – e de gênero.

Segundo Schucman e Gonçalves (2020, p. 113):

As diferenças e desigualdades raciais, e também as muitas formas discursivas que pretendem elaborá-las, estão presentes e deixam marcas nas casas, nas famílias, nas escolas, nas ruas, nas instituições e em todos os espaços públicos; perpassam toda a socialização dos indivíduos, severa e continuamente marcada pela supervalorização do branco.

Os dados estarrecedores de desigualdade racial – e atrelados a gênero, reafirmam a correspondência dos estudos brasileiros que encontram em Fanon uma teoria coerente sobre a violência racial e sobre os impactos psíquicos nos sujeitos. Atribuímos este movimento, entre outras coisas, ao marco histórico do colonialismo, que pasteuriza os colonizados. Em consonância com isso, adiante como os

pesquisadores brasileiros Thula Pires, Marcos Queiroz e wanderson nascimento inscrevem sobre o pensamento de Fanon (2022, p. 9):

Seus escritos interpelam um pensamento negro brasileiro já convencido de que a luta antirracista compreende a violência racial como pilar da modernidade, e não como algo episódico, um acidente ou desvio. O racismo é a gramática moderna da política, da economia, do *ethos* social e da produção do conhecimento. Esse é ponto de referência que explica a sua ampla recepção pelos movimentos negros e de mulheres negras, assim como sua essencial atualidade.

Em outras palavras, *Fanon contribui de forma ímpar para o processo investigativo sobre a relação de vantagem e de desvantagens de uma materialidade que se expressa sobretudo por meio da violência*. Devido a sua práxis, ele elabora um raciocínio clínico que aponta o fato de a violência produzir sofrimento psíquico. Sua argumentação é de que a dominação econômica e psíquica interdita o processo de personalização do sujeito à medida que impede que as pessoas sejam donas da própria história – se percebam e assumam um lugar de quem em alguma medida pode determinar. Isso porque, na situação colonial ocorre uma interdição da humanização, reduzindo os sujeitos a uma sociabilidade forjada na/pela desumanização.

Nesse sentido, ao pensar o Brasil, entende-se que as condições sociais que promoveriam a constituição humanizada do sujeito estariam atravessadas pelas relações raciais e a racialização, sobretudo do racismo antinegro, reverberando em condições desumanizadas e precárias para a maior parte da população. A visão do médico martinicano não era maniqueísta, ele compreendia que era necessário compreender as especificidades de determinada região e do jogo de forças na qual no movimento da história dá contornos. Schuman e Gonçalves (2020, p. 111 – grifo nosso) comentam sobre essa complexidade:

Na medida em que raça foi construída a partir da noção da diferença, a efetivação de seu poder está nessa possibilidade de diferenciar, discernir e discriminar. Falar dela enquanto sistema de poder, implica falar de alteridade, das barreiras, linhas e limites que acabam por separar uns de outros. Porém, esses limites por meio dos quais se faz essa diferenciação também são socialmente construídos, históricos, temporais e geográficos. *Como qualquer elemento que se situe na dinâmica social, a raça é um conceito aberto, fluido, instável, em permanente transmutação e sempre sujeito à interferência de outras marcas e signos sociais aos quais se conjuga, como classe, gênero, origem ou nacionalidade*. Logo, os sistemas raciais de identificação, classificação e atribuição são socialmente estabelecidos e interagem com esses outros sistemas sociais normativos.

Deste modo, é ainda mais evidente que a unidade psicofísica é uma categoria incontornável para os estudos ontogenéticos e que a exterioridade do corpo é um aspecto social significativo de constituição do sujeito.

Avançamos nessa defesa apontando a similaridade entre o processo de internalização para a constituição do sujeito singular, para a PHC, e da interiorização subjetiva de Fanon, seu terceiro nível da análise sociogênica, segundo Faustino (2018b).

Vimos que Fanon tem a formação e o campo de atuação nas ciências biológicas e da saúde, construindo um grande apreço aos estudos sobre o cérebro, mas indo além das perspectivas biologicistas. O sujeito em sua totalidade é seu ponto de partida e de chegada. Ele amplia seus estudos interdisciplinares, mas não deixa de lado os conhecimentos voltados à psiquiatria, que no contexto francês estavam boa parte entrelaçados com a psicanálise, disciplina em expansão.

No “*Curso de Psicopatologia Social*”, um excerto de anotações realizadas por Lilian Ben Salem de uma disciplina ofertada por Fanon enquanto dava aula em Túnis, em 1959-60, aparece sua sistematização sobre a socialização em função da matéria cerebral. De acordo com o conteúdo proferido, havia entendimento do processo de hominização – nestes termos segundo a tradução – e a complexificação do sistema nervoso do ser humano frente aos demais animais devido a diferença de desenvolvimento dos hemisférios cerebrais comparada a outras espécies. Com isso ele vai ressaltar a condição necessária do ambiente para o desenvolvimento cerebral:

Não existe um só ponto do cérebro que não esteja ligado a todos os outros (...). O cérebro humano tem potencialidades enormes, mas é preciso que elas possam se desenvolver num ambiente coerente. É preciso que as mensagens enviadas ao cérebro possam ser recebidas (...). No nível do cérebro, existe consubstancialidade de nós e do eu (Fanon, [1959-1960] 2020a, p. 279).

Este mesmo apanhado de anotações é acompanhado por relato de casos de bebês que chegaram ao serviço com queixas de alterações na qual, durante o percurso de investigação, era revelado algum fator implicado no convívio familiar dos cuidadores. Assim, ele concluiu: “Desde as primeiras semanas, surgem estereótipos. Existe uma presença constante do meio social; desde os primeiros minutos de sua vida, a criança é guiada pelo meio social” ([1959-1960] 2020a, p. 280). São estes os estereótipos que seriam interiorizados desde a mais tenra idade por meio das práticas

culturais e do seu conjunto de significados revestidos ideologicamente. Tal processo é complexo e contraditório.

De acordo com Faustino (2018b), no primeiro aspecto da racialização está a epidermização e a sua característica de determinação. Por conseguinte, o multifacetado desenvolvimento da imagem de si e do outro nessa trama.

Em relação ao racismo contra a pessoa negra, Fanon dá um exemplo de uma canção de ninar para ilustrar o quanto o tema estava fundido nas relações sociais e no impacto na personalidade. A letra: “Dorme, dorme, meu pretinho, leve o tempo que levar, porque depois a mamata vai acabar” (Fanon, [1959-1960] 2020a, p. 286). Nas anotações de Salem, sobre este exemplo dado em aula, é explicado que estas apresentações geram uma tensão psicológica e muscular, relacionada ao absurdo, a proibição e a rejeição, desdobrando-se numa grande sensibilidade, na inquietude e na suscetibilidade a complexos de inferioridade. Ainda que a síntese de Fanon seja demasiadamente psicopatológica e ele utiliza-se da psicanálise para fundamentar sua análise, é passível de relacionarmos com a noção de internalização da psicologia histórico-cultural.

De forma sucinta, a internalização corresponde ao processo de transformação dos elementos interpsicológicos para intrapsicológicos, estruturando os vínculos internos da estrutura sistêmica do psiquismo e complexificando-o. No processo de formação do psiquismo humano a imagem subjetiva da realidade objetiva é construída por meio da significação, representada pelo significado da palavra. Essa congrega em si a evolução das formas psíquicas de vida. Assim é com a internalização que generalizamos e abstraímos, traçando interrelações com demais conteúdos já apropriados do meio social, construindo nosso próprio entendimento. Em outras palavras, é no processo de internalização que desenvolvemos a unidade entre pensamento e linguagem.

Fanon afirma que formas de pensamento e linguagem, junto com outros tópicos vividos no cotidiano (a exemplo da alimentação e das técnicas de comunicação), reorganizam o “cérebro de povo”. Com isso, ele assume o pressuposto de que a linguagem nunca é apenas um descritor, principalmente no que diz respeito à política e aos processos psíquicos e subjetivos (Thula; Queiroz; nascimento, 2022, p. 9).

Vimos que no processo de significação os significados das palavras estão permeados pela dimensão ideológica. De acordo com Garcia (2022, p. 155), o início das teorias racistas vem como instrumento para minimizar os conflitos sociais do seu

tempo, “o racismo é, em sua gênese, uma ideologia de dominação”. Segundo ele, a moral, os costumes, as tradições e os direitos são importantes para a manutenção de determinada ideologia que convém aos interesses da classe dominante, ocorrendo assim complexos ideológicos que influenciam por meio de valores a ação que os sujeitos vão tomar na vida cotidiana. No que diz respeito as relações raciais:

O racismo é, dentre outras questões, uma visão de mundo que se reproduz pela normalidade do próprio mundo. As ideias racistas são as ideias dominantes da sociedade. Desta forma, esta ideologia – *como toda ideologia* – procura atribuir normas sociais de cunho geral ao indivíduo quanto a sua conduta (...) o racismo age, ideologicamente, indicando formas de responder a demandas e dilemas postos pelo desenvolvimento da sociedade de forma a atender, especialmente, aos interesses da reprodução do capitalismo, ou seja, os objetivos de uma classe determinada, transmitindo-os como se fossem do próprio gênero humano (Garcia, 2022, p.155 – grifos do autor).

É neste cenário que o racismo vai compor um sistema de significados e que os sujeitos singulares vão formar sentidos pessoais das suas vivências. Em nosso esquema corporal, temos contato com a realidade objetiva a partir das sensações intero e proprioceptivas, o teor emocional e afetivo em unidade com os demais sistemas cognitivos que formam um concerto que opera, assimila e projeta como entendemos e podemos agir na realidade ao nosso entorno, por meio da linguagem interior.

Para Schucman e Gonçalves (2020, p. 109), os mecanismos de categorização e classificação racial, se caracterizam em sistemas, “polissêmicos, multiformes, mercuriais e sempre em transição”. Chama atenção a expressão “mercurial” para se referir a este processo, o significado do termo corresponde a reações intempestivas e inesperadas, termo pouco comum nas ciências humanas, mas que é pertinente visto o consenso na ciência psicológica ao tema da sensibilidade e sua importância para o desenvolvimento do sujeito.

Deste modo, é valoroso compreender a forma como o indivíduo se apropria do mundo que o afeta, no processo da afectogênese na qual os processos conscientes podem vir a ser construídos em cadeias de significados e sentidos pessoais. De acordo com Da Silva e De Almeida (2023, p. 114)

A forma como o indivíduo percebe e representa a realidade atribui significado às suas apropriações e objetivações, e produz sentidos dessas (o conteúdo sensível, o significado e o sentido pessoal para Leontiev) de maneira única, é a sua singularidade, que é construída pela mediação do particular entre o singular e o universal.

Schucman e Gonçalves (2020), fundamentadas na psicologia sócio-histórica/histórico-cultural, também endossam a premissa de que nós vamos nos apropriando do mundo e ressaltam a importância da compreensão da teia de significados que o sujeito mobiliza para o profissional da psicologia, sobretudo a construção de sentido pessoal. Elas apontam que, em alguma medida, há algo de idiossincrático no sujeito que é o sentido, sua produção está nas relações sociais e na “experiência concreta nos contextos em que se está inserido” (Schucman; Gonçalves, 2020, p. 114). Deste modo, é importante pensar também o processo de formação racial, quando alguém se auto identifica e identifica o “outro”, que ganha relevância principalmente na adolescência, período de maior desenvolvimento da consciência de si, mas que tem seus ensaios desde a mais tenra idade.

Indo na contramão da essencialização das categorias raciais, as autoras vão argumentar que seu uso se dá juntamente com as especificidades de diferentes tempos e lugares. Com isso elas vão destacar que nos diferentes contornos desse processo no contexto brasileiro é comum ocorrer a violência racial devido ao racismo antinegro, considerando a hierarquização valorativa, destacada acima, em sobreposição à valorização da supremacia branca. Por isso a “importância determinante da vivência, e do ‘encontro com o racismo’ e dos significados e sentidos raciais primários na vida de cada pessoa como fundante dos sentidos da experiência racial e da própria existência na vida de cada sujeito” (Schucman; Gonçalves, 2020, p. 116).

Assim, a internalização, tal qual a interiorização para Fanon, não é um processo passivo ou mecânico, não ocorre uma mera réplica. Para a psicologia histórico-cultural trata-se de um fenômeno demasiadamente complexo, como já afirmado, há toda uma mobilização das funções psicológicas superiores, no que já está constituído ao sujeito e no que virá a se constituir da imagem subjetiva da realidade objetiva. De acordo com Luria:

O homem não somente reage passivamente a informações que chegam a ele, como também cria *intenções*, forma *planos* e *programas* para as suas ações, inspeciona a sua realização e regula o seu comportamento de modo a que ele se conforme a esses planos e programas, o homem *verifica* a sua atividade consciente, comparando os efeitos de suas ações com as intenções originais e corrigindo quaisquer erros que ele tenha cometido (Luria, [1973] 1981, p. 60).

Sendo assim, o sujeito pode balizar suas ações, de forma mais ou menos teleológica, mais ou menos consciente. Por isso é tão precioso o processo de

desenvolvimento da consciência para o desenvolvimento da personalidade e para o autodomínio da conduta.

Traçando relação com o que foi abordado sobre a formação da personalidade no capítulo anterior, ilustrado na Figura 5, acreditamos que ter consciência sobre si para assim ter autoconsciência só é passível à medida que seja reconhecida a racialização das relações sociais e os interesses da classe dominante que funda essa organização social, que é de exploração e de dominação. Assumir que se tratando da realidade brasileira, fundada nas relações raciais e no racismo, somada ao mito da democracia racial, temos uma sociedade desintegrada que vai forjar em maior ou menor grau vínculos frágeis do sujeito com o mundo.

Isso não é factível se não houver uma leitura sobre corpo e sobre os determinantes sociais que o constitui, nesse caso apontamos a exterioridade do corpo que é decodificada por meio da racialização e da genereficação. Este entendimento está alinhado à noção de libertação psíquica de Fanon.

No âmbito singular desse processo de formação da consciência, vale reafirmar o que foi exposto no capítulo anterior sobre a teoria e prática na psicologia histórico-cultural: a atenção à situação social do desenvolvimento, a periodização e as neoformações. No caso da infância, deve ser uma atenção primordial aos impactos do racismo visto que as crianças estão em processo de desenvolvimento neuropsicológico e estão formando a consciência sobre o seu entorno e consequentemente sobre si mesmas:

na infância, a linguagem e os conceitos não se apresentam em seu registro mais elaborado; por isso sua forma de comunicação está estabelecida na espontaneidade e no sincretismo. Episódios de violência ligados à sexualidade [e à racialidade] não são simbolizados e passam à forma de tónus emocional, que é sobremaneira inconsciente, fora da compreensão imediata da criança (Neto *et al*, 2022, p. 8 – inserção nossa).

Assim, “nem sempre as percepções em relação ao corpo ou como o mundo o afeta são conscientes para o indivíduo, especialmente no início do seu desenvolvimento” (Da Silva; De Almeida, 2023, p 153). Por isso a importância de demais pessoais, principalmente adultos, terem essa percepção apurada para observar e manejar o convívio que a criança está situada e que está diretamente atuando na sua constituição.

Para as pesquisadoras russas Valentina Nikolaeva, Galina Arina e Veronika Leonova (2012) existem duas classes que condicionam e regulam as funções

psicológicas superiores – inclusive as funções corporais: os reguladores explícitos e implícitos. Esta primeira classe diz respeito ao gerenciamento social, abertamente prescrita no discurso médico e educacional, por exemplo, e que conformam uma série de conhecimentos sobre o corpo numa determinada sociedade. Um exemplo dado por elas é o ensino infantil que tem propósito do desenvolvimento psicomotor por etapas. A segunda classe permeia a vida cotidiana do sujeito singular e das principais relações ao seu entorno, o convívio com estes pares importantes vai ter um lugar especial na exposição de repertório semântico no processo de significação, formando o entendimento sobre o mundo e sobre si mesmo, por meio de ideais e de normas sociais adquiridas e propagadas por estes pares:

consideremos o processo de formação de uma atitude em relação à própria aparência, que também é regulada socialmente (no mundo moderno, ela é manifestada ao máximo), porém, as normas e os ideais por meio dos quais essa parte da imagem do “eu” é socializada não são tão claros, mas difusos; aqui, o mecanismo de desenvolvimento também é a internalização. Os pais da criança definem o tom emocional inicial, mostrando sua atitude em relação à aparência da criança desde o nascimento (...) Paralelamente, ela adquire um sistema cada vez mais complexo de ideias sobre o “corpo externo” e suas partes. Outro aspecto do desenvolvimento da relação à própria aparência é sua inclusão no contexto semântico, ou seja, sua correlação com a atividade principal e os valores significativos em um determinado estágio de desenvolvimento (Nikolaeva; Arina; Leonova, 2012, p. 4-5).

Podemos entender melhor sobre a noção de reguladores explícitos dando exemplo da área da Educação no Brasil. No período imperial havia leis que impediam pessoas negras a ter acesso ao ensino regular⁹⁸ e atualmente observamos avanços na agenda do Movimento Negro desde a Lei no 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Estes marcos legais modificam a sociedade e, conseqüentemente, a interação entre grupos médios e pequenos.

Ainda na área da Educação, vem expandindo os estudos sobre desenvolvimento infantil e relações raciais numa perspectiva antirracista⁹⁹. Contudo, no campo da teoria histórico-cultural, no tema da periodização – um dos mais estudados – é comum que não seja considerado a raça/cor dos indivíduos e nem o racismo estrutural do Brasil. Este afastamento dos estudos raciais muitas vezes é

⁹⁸ Para saber mais ver o artigo: “*Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil*” (2016) de Marco Almeida e Livia Sanchez.

⁹⁹ É vasta a literatura que acompanha a implementação da política que completou duas décadas. Uma coletânea para saber mais sobre Educação Infantil e Relações raciais pode ser acessada no link: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/edinf_igualdade.pdf

justificado na divergência com o uso da categoria da Identidade de Ciampa por possivelmente confundirem com os estudos sobre identidades raciais. Entendemos que essa prática recorrente de distanciamento é irresponsável com a realidade concreta¹⁰⁰ e dificulta, ainda que involuntariamente, o aniquilamento da ideologia da democracia racial.

Considerando a amplitude do enredamento possível nas relações sociais desta temática sobre o corpo, entendemos como urgente que a psicologia histórico-cultural se debruce mais sobre a unidade psicofísica sem corroborar com apaziguamento e/ou apagamento das relações raciais e demais violências estruturais. Como apontado por Da Silva e De Almeida (2023, p. 149), “é válido observar que existe um corpo que sente e age no mundo em sua atividade sensível, o que leva a um problema: como estão os processos de humanização dos sentidos e da motricidade.”

A resolução desse problema guiou os estudos de Fanon que identificou o processo de formação do complexo de inferioridade do negro, um processo de despersonalização, ocasionado na/pela violência colonial, como apontou ([1959-1960] 2020a, p. 286) “a dificuldade de defender o amor-próprio desvaloriza esse amor-próprio”. Por isso, a importância de estudos na psicologia histórico-cultural sobre a violência, contemplando a violência racial, no intuito de construir teorias psicoterápicas que visem dar respaldo e amparo, mitigando seus efeitos danosos com fim de evitar possível desintegrações.

Nesta direção, coadunamos com demais autores críticos das relações raciais que apontam que a confecção das categorias raciais no Brasil é historicamente definida pela exterioridade do corpo, evidenciando o marcador do fenótipo. Ainda que as concepções hegemônicas sejam sínteses de uma realidade mais complexa e em movimento, é necessário que o profissional da psicologia histórico-cultural reconheça e saiba lidar com a antinomia racial caso queira de fato estar comprometido com as emergências do nosso tempo e lugar, como dito por Tuleski (2000, p. 8) “a superação de tal cisão no mundo das ideias está condicionada à superação dessa dicotomia na

¹⁰⁰ Um exemplo simplório, porém, significativo, é a capa do livro “*Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*”, lançado em 2016, ilustrando um cenário de interação que retrataria no máximo o imaginário sul brasileiro de uma ascendência europeia. Esta obra reúne pesquisadores reconhecidos na psicologia histórico-cultural e na pedagogia histórico-crítica, e atualiza este campo de estudos, contudo o corpo editorial escolheu essa representação. Link para ver: <https://encr.pw/S4T17>

realidade objetiva”. Este entendimento vai ao encontro com a análise de Fanon a partir da sua categoria de sociogenia

Portanto, indicamos a exterioridade do corpo enquanto um dos aspectos constitutivos da unidade psicofísica e afirmamos a necessidade de mais sistematização da psicologia histórico-cultural/sócio-histórica a respeito dessa premissa alinhada ao materialismo histórico-dialético. Ao apontarmos que a aparência ganha importância nas relações sociais, principalmente no estágio neoliberal vigente, nos apoiamos em Schucman e Gonçalves (2020) que trazem como há no imaginário da população brasileira a prática de sobrepor e se intrometer sobre as noções de cor e de aparência física das demais pessoas, acreditamos que este processo permeia tanto a violência racial quanto a violência de gênero e de sexualidade.

É pertinente o entrelaçamento entre classe, raça e gênero, visto que estas categoriais de análise nos auxiliam a compreender mecanismos particulares da violência à brasileira, isso porque

a experiência racial nunca é vivida uníssona: tem-se com ela uma corporeidade, uma expressão de gênero, uma origem, um bairro, uma família, recursos materiais ou financeiros e uma série de incontáveis elementos que também constituem o sujeito e modelam as formas como a raça é vivida (Schucman; Gonçalves, 2020, p. 118).

Vejamos uma categoria associada mais comumente aos estudos de gênero e de sexualidade que evidencia nossa argumentação, a de expressão de gênero. De acordo com Jaqueline de Jesus (2012, p. 13) a expressão de gênero diz respeito a “forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive”. Tais expectativas sociais dizem respeito a genereficação das relações sociais que conformam padrões, que definem o que é homem e mulher, que são impostos por reguladores explícitos – como o discurso biomédico – e comumente por reguladores implícitos, pares importantes que conscientes ou não reproduzem o binarismo de gênero incutido na ideologia heterocisgênera. Os estudos críticos de gênero atrelados aos movimentos sociais, ainda que de diferentes fundamentações teórico-metodológicas, reivindicam a autodeterminação (Nascimento, 2021), e por isso, muito se alinham a esta pesquisa.

Um estudo que vai discorrer a respeito da sexualidade, da violência estrutural e da psicologia histórico-cultural, fundamentados da categoria de internalização, é a pesquisa de José Neto *et al* (2022). Os autores se debruçaram sobre o fenômeno da

homofobia e das implicações negativas que tendem a ocorrer para pessoas homoafetivas a partir do fenômeno nomeado nos estudos científicos como “homofobia internalizada” (HI). Buscando a gênese destes fenômenos, eles identificaram a violência da normativa social da heterossexualidade como uma das suas principais origens, assim, os autores discorrem sobre as raízes históricas profundas da homofobia, entrelaçadas nas configurações coletivo-institucionais no âmbito médico, jurídico e religioso, incidindo na compreensão da experiência homoafetiva como algo patológico, criminoso e/ou pecaminoso, podendo gerar percepções de inadequações e rejeição (Neto *et al*, 2020). Segundo eles

A HI possui natureza extremamente social, a qual tem em seu processo de internalização a compreensão e a natureza de seu funcionamento. Entende-se que a homofobia está para além do medo irracional e do sentimento de aversão que pessoas heterossexuais e homossexuais constroem em torno da homossexualidade; desse modo, compreende-se que a homofobia não tem sua gênese na intrapessoalidade, mas sim na interpessoalidade, isto é, nas relações sociais forjadas no seio da história e da cultura. A internalização, de modo mais específico a internalização da homofobia, conjuga elementos cognitivos e emocionais simultaneamente, tendo em vista que os atravessamentos afetivo-emocionais também compreendem o cenário de vivências de sujeitos homossexuais. Ademais, os conceitos formados durante a apropriação e a transformação da cultura são perpassados pela violência da homofobia, os quais acarretam reconfigurações danosas no campo das vivências e da personalidade (Neto *et al*, 2022, p. 8).

Deste modo, evidenciamos a importância de compreender a partir das categorias de análise raça e gênero as particularidades da sociedade, com uma investigação sobre a gênese dessa organização social, logo, isso requer uma apropriação de uma concepção nominalista destes fenômenos. Isso porque “são palavras que nos fazem sentir. Numa inversão do cartesianismo moderno, só há racionalidade desde que mediada pelo corporalmente sentido (Pires; Queiroz; nascimento, 2022, p. 17)”.

A partir disso, é possível requalificar a visão sobre a desigualdade social e a sociedade de classes, atrelado às suas formas de dominação, no caso as desigualdades raciais e de gênero, por meio da identificação de seus traços específicos, em relação aos traços gerais. No Brasil os estudos denunciam variedades de formas de violência, em diferentes níveis, atrelados a lógica do Capital e a especificidade nacional, de capitalismo periférico e dependente. Lembramos que é a partir da linguagem que é construída e mantida uma determinada organização social, por isso, Fanon se torna uma grande referência para esse processo de transformação. Para Cherki:

Rer a obra de Fanon é uma forma de contemplar de novo a possibilidade de um ser humano cujo “cérebro” não tenha sido dissociado dos “músculos”, um ser humano capaz de participar em cada passo, da concepção à realização, de qualquer empreendimento, *um ser humano a quem é dado o direito de trabalhar num ritmo imposto pelo seu próprio corpo e não por um princípio de produtividade que resulta em burocracia, rotina e morte* (Cherki, [2000] 2022, p. 296)

Traçamos aqui uma relação da noção de interiorização de Fanon com a compreensão do processo de internalização definido pelos autores soviéticos, destacamos a importância da organização social e seus sistemas de signos, um passo para uma série de estudos para aprofundar os estudos ontogenéticos que superem a dicotomia mente-corpo. Por isso, ter uma atenção sobre a concepção normalista de raça e gênero a partir destas categorias de análise. Diante do exposto defendemos ser

necessário ensinar um sistema conceitual que não negligencie o corpo, que vai desde o desenvolvimento de aspectos motores, psicomotores e teóricos (promovendo o desenvolvimento do pensamento concreto, a partir do abstrato), considerando as singularidades de cada indivíduo e sua relação com a universalidade, mediada pela particularidade (Da Silva; De Almeida, 2023, p. 155).

A respeito disso, o espaço clínico, assim como outros do exercício profissional da psicologia, tem uma potencialidade nesse sentido, vide as experiências dos psicólogos soviéticos que referenciamos e de Fanon. Para Schuman e Gonçalves:

Acreditamos que a clínica pode ser um entre outros espaços de fomento àquilo que as pessoas negras já vêm fazendo e construindo como discursos e lugares raciais contra-hegemônicos, em que sejam ou estejam em vigência sentidos, experiências e práticas de não assujeitamento do negro. Também, um lugar em que o exercício da autonomia e do protagonismo de pessoas negras frente à sua condição possibilite a formulação de uma experiência racial afirmativa e positivada, construída sobre a possibilidade da vivência concreta de ser negro em diversidade e multiplicidade, de um lugar, simultaneamente, singular e universal (Schucman; Gonçalves, 2020, p. 119).

Não nos esquecendo a necessidade deste entrelaçamento entre política e cuidado, pois como afirmam as psicólogas brasileiras Jussara Dias e Maria Lúcia Silva (2018, p. 210) “têm coisas que a luta política não faz por nós, e tem coisas que a cura psicológica não nos garante”. Acreditamos que as experiências de Fanon e seus acúmulos teórico-prático ilustram bem este exercício e pode enriquecer a construção da área clínica na psicologia histórico-cultural/sócio-histórica comprometida com a realidade.

Neste capítulo nos dedicamos a análise das possíveis relações e aproximações entre a teoria de Fanon e a psicologia histórico-cultural, partindo da nossa hipótese inicial de similaridade entre elas. Iniciamos com uma retomada da categoria de sociogenia de Fanon e o que compreendemos sobre a relação desta com os estudos da filogênese e da ontogênese. A partir disso, realizando a análise comparativa identificamos que apesar da aparente equivalência com a concepção da PHC possivelmente se diferenciam nas leis gerais e interrelação destes níveis. Nisso apontamos a práxis enquanto uma das convergências entre as teorias.

Realizamos também conexões com a unidade dialética singular-particular-universal, categoria que apresentamos no capítulo anterior e que também oferece subsídios teórico-analíticos para a psicologia histórico-cultural. Nisso apontamos a semelhança das teorias sobre relação inter-intra, mas também o seu inverso, ou seja, da premissa do sujeito ser determinado e determinante. Outra semelhança está no horizonte emancipatório que norteia as duas elaborações teórico-práticas. Finalizamos o primeiro subcapítulo com alguns pontos de convergência entre Fanon e Vigotski, evidenciando a pertinência de alguns debates teórico-metodológicos ainda que em contextos consideravelmente distintos.

No segundo capítulo nos debruçamos no que identificamos enquanto uma grande contribuição de Fanon a PHC: a exterioridade do corpo como um dos aspectos sociais constitutivos do sujeito, evidenciando a racialização e a genereficação construídos na/pelo meio social. Defendemos que a unidade psicofísica é uma categoria importante para o desenvolvimento ontogenético e para a superação da dicotomia mente-corpo, desvelando o quanto o colonialismo endossa essa cisão. Retomemos e trouxemos mais evidências sobre a postura de Fanon de afirmar a indissociabilidade entre o biológico, psicológico e sociológico ao longo de suas produções.

Com isso, entrelaçamos o segundo nível de análise sobre o colonialismo – as posições sociais racializadas – com o entendimento de uma consonância com o contexto brasileiro, visto o marco colonial e as reconfigurações que houve até então para a manutenção do racismo. Reconhecendo essa totalidade, analisamos a similaridade das noções de internalização da PHC e de interiorização subjetiva de Fanon, seu terceiro nível de análise sobre o colonialismo.

Nesta direção, discorreremos sobre a relação entre a linguagem, dinâmica social e violência, considerando os significados sociais atravessados pela ideologia do

racismo que se desdobram em assujeitamento e desumanização do não-branco, em especial de pessoas negras. Dentro dos limites da pesquisa indicamos a ampliação da análise para estudos de gênero e sexualidade, visando o entrelaçamento para compreensão da confecção de falseamentos das relações gerando percepções confusas a todos. Por fim, mostramos a importância de mais estudos na abordagem para aprofundar a complexidade deste fenômeno, inclusive a partir da periodização visto suas especificidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“O mundo é formado não apenas pelo que já existe, mas pelo que pode efetivamente existir”
Milton Santos*

O objetivo deste trabalho foi investigar como a teoria de Fanon, a partir de sua categoria de sociogenia, poderia contribuir para a Psicologia Histórico-Cultural. Com isso nos debruçamos sobre sua produção com ênfase num recorte: seu período de atuação como diretor-chefe no Hospital Psiquiátrico de Blida, na Argélia. Assim, evidenciamos sua práxis e a relação entre a clínica e a política.

Vimos que as formulações de Fanon estavam alinhadas ao pensamento de outros autores anticolonialistas, pensadores estes, que compreendiam o colonialismo enquanto movimento histórico de estabelecimento da sociedade moderna. O empreendimento de expansão colonial europeia foi realizado por meio de “pseudo justificativas” aparentada como intenções humanitárias e missionárias, impunha pela força bélica uma nação colonial em uma determinada região colonizada, reconfigurando uma organização prévia, categorizando a população enquanto primitivos e menos desenvolvidos. Nesse sentido, “Fanon nos convoca a entender como violência muito daquilo que nos é vendido como progresso, desenvolvimento, ordem e civilização” (Pires; Queiroz; nascimento, 2022, p. 11).

Durante esta análise, percebemos o quanto Fanon esteve comprometido com as missões da sua geração, não no sentido missionário do judaísmo cristão que forja a realidade para perpetrar violência, mas no sentido da práxis revolucionária e buscando o fim da sociedade de classes. Como descrito por Cherki ([2000] 2022, p. 85), ele foi um “psiquiatra de formação, que sabe que a língua nasce do corpo de modo incontornável e que a ética não se reduz a um voluntarismo moral”.

Buscando traçar as proximidades e diferenças das elaborações teórico-práticas do autor e a psicologia histórico-cultural, apresentamos os principais subsídios teóricos da abordagem para posteriormente realizar a análise. Identificamos que tanto na PHC quanto para a teoria fanoniana tem o entendimento de que a personalidade do sujeito é a síntese mais desenvolvida de si, constituindo sua unicidade ainda que concebida pelo meio social. Para isso foi relevante as articulações com a categoria da unidade dialética singular-particular-universal.

Em diferentes momentos reforçamos que no processo de desenvolvimento o sujeito possa balizar mais ou menos conscientemente suas ações de acordo com as condições circundantes. Para tanto, é imprescindível o desenvolvimento de consciência não apenas de si, mas da história da humanidade. Desse modo, reivindicamos a importância de nos debruçarmos mais sobre os processos prejudiciais e potencializadores do desenvolvimento da personalidade considerando a racialização e o racismo em nossas análises e intervenções.

Ainda que falte muito a ser elaborado sobre uma clínica desta teoria, apontamos algumas sínteses que avaliamos ser pertinentes para o aprofundamento do desenvolvimento ontogenético e da personalidade, com destaque em nossos achados a categoria da unidade psicofísica.

Defendemos que o aparato psicofísico inaugura o corpo numa realidade objetiva já pré-organizada com seu sistema de significados já estabelecidos e multifacetados. Nisso, os fatores externos vão forjar a compreensão em relação ao corpo do sujeito, do corpo do outro e do seu próprio. Estes conteúdos atuam no engendramento da atividade interna, entrelaçando-se com externo, vice-versa, numa relação dialética.

Ao enfatizarmos esse processo, nosso entendimento é que o sujeito é encarnado num corpo integral, vivendo num mundo em que as relações são permanentemente racializadas e genereficadas. O sujeito social será lido e designado a depender do seu fenótipo e do seu contexto, dentre outros marcadores, e é esta existência social que determinará sua consciência, não de forma mecanicista, mas num complexo de complexas determinações.

Tendo em vista a necessidade de maior delimitação e aprofundamento do assunto proposto, indicamos que seja esmiuçado tal análise com o debate sobre aparência-essência. Isto porque a imagem subjetiva da realidade será correspondida ao que foi culturalmente apropriado, porém esta não é uma cópia do real. Apesar disso, é necessário reconhecer esta realidade aparente: a racialização e genereficação na organização social e que embasa nosso convívio, para assim ir além da percepção imediata.

Entendemos que este processo é demasiadamente complexo e pode ser enriquecido com uma análise mais minuciosa apoiada em Vigotski sobre o desenvolvimento do pensamento, entre outras categoriais; elevando o conhecimento acumulado sobre os processos psíquicos.

Também seria interessante uma investigação sobre as categorias de alienação e de liberdade nas duas teorias – de Fanon e de Vigotski – a luz da filosofia marxista. Por limites da pesquisa este e demais aspectos foram perpassados, porém não foram tão aprofundados.

Ao longo do percurso da pesquisa nos dedicamos a explicitar o rigor analítico de Fanon, e que se alinha ao fundamento da psicologia histórico-cultural, de incorporar estudos mais avançados e dialogar criticamente visando uma melhoria da própria forma de fazer análise da realidade. Entendemos que o autor reflete o seu contexto, consideravelmente distinto do nosso, porém como o capitalismo se mantém e continua seu processo de expansão por diferentes formas, defendemos a importância de suas contribuições para as atuais demandas societárias.

Analizamos também o quanto o não reconhecimento da dominação racial prejudica uma proposta teórico-prática que busca ser coerente com a realidade concreta, mas que ao participar da manutenção do silêncio sobre tais questões corrobora com o racismo à brasileira. De acordo com Passos (2019, p. 85) “o apagamento de Fanon e do debate étnico-racial ocorre pela naturalização do mito da democracia racial materializando-se não só pelo viés teórico, político, ideológico”. Acreditamos que falta muito para avançarmos na direção da total desmistificação deste mito, porém é incidindo nos costumes de abstrações essencialistas que poderemos ver um percurso que humanizará a todos.

Entre as contribuições da teoria de Fanon esta que a *prática deve preceder de uma investigação da realidade concreta*. Esta premissa também é recorrente em textos da psicologia histórico-cultural/sócio-histórica, no entanto, o fato de ser incipiente as sistematizações sobre relações raciais por parte de teorias da psicologia de orientação marxista é de se refletir.

Acreditamos que podemos nos inspirar no empreendimento realizado por Fanon no seu período na Argélia, devido seu acúmulo, ele não se furtou de considerar a racialização e o racismo. Em vista disso, compreendemos que sendo exigido o contato com demais ciências para a práxis não se deve desconsiderar e/ou secundarizar as debates de raça e de gênero. Assim, o profissional da psicologia pode de fato ter conhecimento das múltiplas determinações conseguindo compor o contexto do fenômeno em que está se debruçando.

O movimento de ter consciência da historicidade rompe com a dinâmica social posta de presentificação contínua, possibilitando assim, estabelecer a relação da

geração atual com o passado público (De Oliveira, 2021). Um exemplo são as lutas para se ter reconhecimento de grandes marcos nacionais, como a escravidão, a ditadura militar e, mais recentemente, a pandemia da COVID-19. Cada conquista coletiva repercute na vida individual.

Ainda que esta pesquisa tenha ênfase em discussões teóricas de cunho episteme-metodológico, entendemos que são estes subsídios que balizam (ou que deveriam balizar) a prática. A premissa da práxis é a pedra angular do materialismo histórico-dialético.

Por isso, esperamos que as formulações teórico-metodológicas apresentadas nesse estudo possam servir de subsídio para futuras formulações teórico-práticas da psicologia histórico-cultural/sócio-histórica no que tange ao raciocínio clínico, manejo e intervenção atenta a realidade concreta e das relações raciais e de gênero a partir de uma perspectiva fanoniana.

De acordo com Farias (2022, p. 181), “daquilo que tem valor heurístico e clínico, o racismo ainda marca profundamente a formação da subjetividade do povo brasileiro”. Assim, somos entusiastas de mais estudos teóricos e principalmente empíricos, sendo de grande valor na construção e fortalecimento de uma clínica na psicologia histórico-cultural, ainda mais se evidenciando o corpo para além da dicotomia saúde-doença, normal-anormal.

Nossa pesquisa dialoga com os desafios contemporâneos compostos na Agenda 2030 da ONU, especialmente a ODS 10, sobre redução das desigualdades. Contudo, alinhadas à perspectiva fanoniana, temos desconfianças sobre a viabilidade de uma sustentabilidade ética no capitalismo. Enxergamos os mesmos grupos dominantes que produziram e produzem a exploração e dominação colonial reconhecendo nas últimas décadas o tema da sustentabilidade, realizando campanhas de pactos globais que com tempo se mostram insustentáveis. Cabe a nós entendermos o que se denota como dominante nessas iniciativas, construindo um diálogo crítico sobre o suposto compromisso social.

Outro desafio diante do Capital é a mercantilização da saúde que vem se aprimorando a passos largos, desde o desmantelamento das políticas públicas a intensificação da lógica de consumo de serviços de cuidado comerciáveis. Para a psicóloga clínica Julia Costa (2023, p. 106) é “fundamental resistir a essa lógica e reivindicar garantia de direitos, tanto da população atendida quanto das psicólogas, que são também trabalhadoras”. Vemos como urgente elevar esse debate ao campo

do trabalho e das condições da categoria havendo o risco de, escamoteando esse debate, sermos engolidos na fantasia liberal de propriedade e mérito individual, com quem atendemos e conosco.

Ademais, no que se trata da construção de uma área clínica na PHC, vemos como propositivo o debate ampliado sobre a diversidade das condições de trabalho nesta área, identificando suas semelhanças. Desnaturalizar o lugar do psicólogo distante da realidade, atrelado a uma suposta neutralidade da psicologia enquanto ciência e profissão. Dentro dessa perspectiva, nota-se que as produções que vêm sendo realizadas tendem a incorporar os avanços do campo da saúde coletiva, sendo este um bom sinal.

Tenhamos cuidado, mas não deixemos de mirar no bem-viver. Das redes de solidariedade, organizações políticas a intervenções psicoterápicas individuais – que não endossam o individualismo – é possível construir movimentos de cuidado que são primorosos. Apostamos que a perspectiva da psicologia histórico-cultural pode muito contribuir, possibilitando o reconhecimento da realidade enquanto complexo de complexos de forma fidedigna com as particularidades brasileiras, a partir da fundamentação do método. Para Schucman e Gonçalves

o paradigma histórico-cultural permite pensar nos efeitos de longo prazo desse processo de apropriação, na medida em que, engendrados nos processos de consciência e atividade do homem, designam mais que palavras e posições subjetivas singulares, mas também apontam novas formas de ação no mundo, de outras atividades objetificadoras, para fins de construção de uma nova vida material – aqui, com fins antirracistas (Schucman; Gonçalves, 2020, p. 119).

Que as novas contradições possam nos motivar na direção do desvelamento das múltiplas determinações, ainda que agridoce seja o exercício de construir uma autonomia sufocada pelos limites dessa organização social, por isso, viva!

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Melissa Rodrigues de. **A formação social dos transtornos de humor**. 2018. 417f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Botucatu/SP, 2018.
- ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira de. **Psicologia histórico-cultural da memória**. 2008. 277f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2008.
- ALVAREZ, Armando A. (2003) Alteraciones de la personalidad. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 14, p. 13-24.
- ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 18, p. 265-272, 2014.
- BALANDIER, Georges. A situação colonial: abordagem teórica. 1951. **Cadernos Ceru**, v. 25, n. 1, p. 33-58, 2014.
- BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. O método de investigação na Psicologia Histórico-Cultural e a pesquisa sobre o psiquismo humano. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 20, p. 297-313, 2010.
- CAVALCANTI, Leonardo; SIMÕES, Gustavo Frota. Assimilacionismo X Multiculturalismo: reflexões teóricas sobre os modelos de recepção dos imigrantes. **Esferas**, n. 3, 2013.
- CHERKI, Alice. **Frantz Fanon: Um retrato**. 2000. Ed. Perspectiva, 2022.
- COSTA, Júlia Pagano. **Por uma clínica: racializadas relações raciais e psicologia clínica-uma análise da branquitude a partir do materialismo histórico-dialético**. 2023. 155f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2023.
- DA COSTA, Pedro Henrique Antunes; MENDES, Kíssila Teixeira. Frantz Fanon, saúde mental e a práxis antimanicomial. **Sociedade em Debate**, v. 27, n. 1, p. 66-82, 2021.
- DA SILVA, Flávia Gonçalves. **O professor e a educação: entre o prazer, o sofrimento e o adoecimento**. 2007. 419 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007.
- _____. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia da educação**, n. 28, 2009.

DA SILVA, Flávia Gonçalves; DE ALMEIDA, Sandro Henrique Vieira. Da fragmentação à unidade psicofísica na prática pedagógica. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 1, p. 140-158, 2023.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**, v. 2, p. 42, 2012.

DIAS, Jussara; DA SILVA, Maria Lúcia. Por uma clínica interventiva contra o racismo. **Violência e sociedade: O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**, 2018. p. 209-218.

DE OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. Dandara Editora, 2021.

DUARTE, Newton. A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. In: **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. 1993. p. 227-227.

D'ALLONES, Claude Revault. 2004. O estudo de caso: da ilustração à convicção. In: A. GIAMI; M. PLAZA (eds.) **Os procedimentos clínicos nas ciências humanas: documentos, métodos, problemas**. São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 69-90

FANON, Frantz. Um caso de doença de Friedreich com delírio de possessão: Alterações mentais, modificações de caráter, distúrbios psíquicos e déficit intelectual na heredodegeneração espinocerebelar. FANON, Frantz. (Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu, v. 1951, p. 295-384, 2020a.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. 1952. Ubu Editora, 2020c.

_____. Traço de União. FANON, Frantz. (Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu, v. 1952-1953, p. 261-267, 2020a.

_____. Considerações etnopsiquiátricas. FANON, Frantz. (Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu, v. 1955, p. 232-235, 2020a.

_____. Racismo e Cultura. 1956. In: **Por uma revolução africana: textos políticos**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

_____. **Medicina e Colonialismo**. Editora Terra sem amos: Brasil, 1959. 40p. 2020b

_____. Encontro entre a sociedade e a psiquiatria. In: FANON, Frantz. (Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu, 1959-1960. p. 268-291. 2020a.

_____. **Os condenados da terra**. 1961. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

_____. (Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade**: escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu, 2020a.

FANON, Frantz; AZOULAY, Jacques. A socioterapia numa ala de homens muçulmanos: dificuldades metodológicas. FANON, Frantz. (Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade**: Escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu, v. 1954, p. 171-194, 2020a.

FANON, Frantz; AZOULAY, Jacques. A vida cotidiana nos douars. FANON, Frantz. (Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade**: Escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu, v. 1954 ou 1955, p. 194-208, 2020a.

FANON, Frantz.; GERONIMI, Charles. A internação diurna na psiquiatria: valor e limites (2). In: FANON, Frantz. (Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade**: Escritos psiquiátricos. São Paulo: Ubu, 1959. p. 85-101. 2020a

FARIAS, Márcio. **O Hércules Quasímodo da psicologia sócio-histórica: ontologia negativa, lutas políticas e dimensão subjetiva da realidade**. 2022. 204f. Tese (Doutorado em Psicologia Social), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2022.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Colonialismo, racismo e luta de classes: a atualidade de Frantz Fanon. **V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. “REVOLUÇÕES NAS AMÉRICAS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO”**. Anais... Londrina, p. 216-232, 2013.

_____. **Frantz Fanon**: um revolucionário, particularmente negro. Ciclo Contínuo Editorial, 2018a.

_____. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social, Brasília**, v. 20, n. 42, p. 148-163, 2018b.

_____. El malestar colonial: racismo y sufrimiento psicológico en Brasil. **Clínica & Cultura**, v. 8, n. 2, p. 82-94, 2019.

_____. **A disputa em torno de Frantz Fanon**: A teoria e a política dos fanonismos contemporâneos. São Paulo. Editora Itermeios. 2020.

FAUSTINO, Deivison Mendes; ROSA, Miriam Debieux. O MAL-ESTAR COLONIAL: RACISMO, INDIVÍDUO E SUBJETIVAÇÃO NA SOCIABILIDADE CONTEMPORÂNEA. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e275160, 2023.

GARCIA, Jeferson. **Racismo, capital e emancipação humana**: notas sobre a questão da negra na tradição comunista. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2022, 341p.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal**, v. 10639, n. 03, p. 39-62, 2005.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: o debate pós-moderno. BOCK, AMB; GONÇALVES, MG Marchina; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, p. 53-73, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. **Novos estudos CEBRAP**, p. 99-114, 2008.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saude publica**, v. 18, p. S57-S65, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. - Método Quali-Quantitativo na coleta de dados em pesquisa clínica materialista histórico e dialética. In Kublikowski, I; Kahhale, E.M.S.P. e Tosta, R.M. (orgs) - **Pesquisas em Psicologia Clínica: Contexto e Desafios**. São Paulo: Educ, p. 81-110. 2019

KHALFA, Jean. Fanon, psiquiatra revolucionário. FANON, F.(Khalifa, J., organizador). **Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu, v. 2018, p. 21-56, 2020a.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 1926. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAURENTI, Carolina. Trabalho conceitual em psicologia: pesquisa ou "perfumaria"? **Psicologia em Estudo**, v. 17, p. 179-181, 2012.

LEONTIEV, Alexis. **O Desenvolvimento do Psiquismo**. [1947]. São Paulo: Centauro, 2004. 352 p.

LURIA, Alexander Romanovich. A Atividade Consciente do Homem e Suas Raízes Histórico- Sociais. (pp. 71-84). Terceiro Capítulo. In: **Curso de Psicologia Geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (1 de 4 volumes).

_____. **Fundamentos de neuropsicologia**. 1973. Rio de Janeiro/São Paulo: LTC/Edusp, 1981.

MARTINS, Lígia Márcia. A natureza histórico-social da personalidade. **Cadernos Cedex**, v. 24, p. 82-99, 2004.

_____. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. Campinas: Autores Associados. 2007.

_____. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica.** Tese apresentada ao concurso público para obtenção de título de Livre-Docente em Psicologia da Educação junto ao Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru. 2011.

MARTINS, Lígia Márcia; CARVALHO, Bruna. A atividade humana como unidade afetivo-cognitiva: um enfoque histórico-cultural. **Psicologia em estudo**, v. 21, n. 4, p. 699-710, 2016.

MARX, Karl. (2013). **O Capital: Crítica da Economia Política.** [1867] São Paulo: Boitempo.

MASIERO, André Luís. A Psicologia racial no Brasil (1918-1929). **Estudos de Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 199-206, 2005.

MONTEIRO, Patricia Verlingue Ramires; ROSSLER, João Henrique. A unidade afetivo-cognitiva: aspectos conceituais e metodológicos a partir da Psicologia Histórico-cultural. **Psicologia Revista**, v. 29, n. 2, p. 310-334, 2020.

MONTREOZOL, Jeferson. R.; KAHHALE, Edna M. S. P. A Clínica na Psicologia Sócio-Histórica: uma abordagem dialética. **Psicologia Sócio-Histórica e Desigualdade Social: do pensamento à práxis.** Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo** São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETO, José da Silva Oliveira *et al.* A HOMOFOBIA INTERNALIZADA COMO UM PROCESSO PSICOSSOCIAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 33, p. 1040-1040, 2022.

NIKOLAEVA, Valentina; ARINA, Galina A. Clinical psychology of corporeality: principles of cultural-historical subject analysis. **Psychology in Russia: State of the Art**, v. 5, n. 1, p. 441-456, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275404775_Clinical_Psychology_of_Corporeality_Principles_of_Cultural-Historical_Subject_Analysis. Acesso em: 20 set. 2023.

NIKOLAEVA, Valentina. V.; ARINA, Galina. A; Leonova, Veronika. M. **Um olhar sobre o desenvolvimento psicossomático infantil através do prisma do conceito de P. Ia. Galperin.** 2012. Kátharsis. Tradução: Bruno Bianchi. 2023. Disponível em: <https://medium.com/katharsis/v-v-nikolaeva-um-olhar-sobre-o-desenvolvimento-psicossom%C3%A1tico-infantil-2012-208565f4e7e0>.

NOGUERA, Renato. Apresentação. Fanon: uma filosofia para reexistir. J. Khalfa & R; J. C. Young (Orgs.), Frantz Fanon. **Alienação e Liberdade: Escritos Psiquiátricos**, p. 7-19, 2020a.

OLIVEIRA, Betty. A dialética do singular-particular-universal. **Método histórico-social na psicologia social**, p. 25-51, 2005.

PASQUALINI, Juliana Campregher; MARTINS, Lígia Márcia. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicologia & Sociedade**, v. 27, p. 362-371, 2015.

PASSOS, Rachel Gouveia. Frantz Fanon, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial no Brasil: o que escapou nesse processo? **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 25, n. 3, p. 74-88, 2019.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 9, n. 2, p. 257-266, 2014.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira Pires; QUEIROZ, Marcos; NASCIMENTO, wanderson flor do. A linguagem da revolução: Ler Frantz Fanon desde o Brasil. In: FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

ROSA, Elisa Zaneratto; ANDRIANI, Ana Gabriela Pedrosa. Psicologia sócio-histórica: uma tentativa de sistematização epistemológica e metodológica. **A diversidade da psicologia: uma construção teórica**. São Paulo: Cortez, p. 259-288, 2002.

RUIZ, Valéria Salek *et al.* François Tosquelles, sua história no campo da Reforma Psiquiátrica/Desinstitucionalização e suas pistas para uma abordagem clínica do trabalho centrada na atividade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 13, n. 3, p. 855-877, 2013.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 166-175, 2012.

SCHUCMAN, Lia Vainer; GONÇALVES, Monica Mendes. Raça e subjetividade: do campo social ao clínico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 72, n. SPE, p. 109-123, 2020.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX/ coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa** - Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

TULESKI, Silvana Calvo. Para ler Vygotski: recuperando parte da historicidade perdida. **Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da Anped**. Recuperado de http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/tuleski.PDF . 2000.

_____. Em defesa de uma leitura histórica da teoria vigotskiana. In: FACCI, M.G. D., TULESKI, S. C., BARROCO, S. M. S. **Escola de Vigotski: contribuições para a psicologia e a educação**. Maringá: EDUEM, 2009.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. [1930?] Internalização das funções psicológicas superiores. In: **A Formação Social da Mente**. 7ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **História do desenvolvimento das funções mentais superiores Textos de Psicologia**. [1931] Tradução de Solange C. Afeche. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2021.